

Universidade de Lisboa

Faculdade de Letras

Departamento de Linguística Geral e Românica



Era Chegado ho tempo.
Um contributo para o estudo da
construção *Ser* + Particípio Passado
em Português Antigo

Ana Rita Guilherme

Mestrado em Linguística

Área de especialização – Linguística Portuguesa

2009

Universidade de Lisboa

Faculdade de Letras

Departamento de Linguística Geral e Românica



Era Chegado ho tempo.
Um contributo para o estudo da
construção *Ser* + Particípio Passado
em Português Antigo

Ana Rita Guilherme

Mestrado em Linguística

Área de especialização – Linguística Portuguesa

Dissertação orientada por:

Professora Doutora Manuela Ambar

Professora Doutora Esperança Cardeira

2009

À minha família
Aos meus amigos

Resumo

O trabalho que aqui se expõe apresenta-se como um estudo descritivo e, em parte explicativo, da construção de tempo composto medieval “*ser* + particípio passado inacusativo”.

Têm sido vários os estudos que se dedicam à emergência do tempo composto em Português, mas quase todos eles investigam a evolução de *ter* e *haver* na formação de tempo composto, excluindo muitas vezes a construção aqui analisada.

Nesta dissertação trabalha-se em torno da hipótese de que os verbos ‘locativos’ serem verbos auxiliares em muitas línguas do mundo. A hipótese é suportada por vários estudos empíricos, dos quais se destacam Clark (1978) e Ribeiro (1996), autora que realizou um trabalho sobre a relação dos verbos locativos com a formação de tempo composto em Português Europeu. Por outro lado, a mudança que afectou a construção em estudo é entendida no quadro da teoria generativa. Lightfoot (1979, 1999, 2006) é uma figura central no quadro generativista sobre a mudança linguística, e os seus estudos têm-se desenvolvido em torno de duas concepções fundamentais: (i) a mudança sintáctica está intimamente associada com a aquisição da linguagem, e (ii) a mudança paramétrica, que decorre nessa fase da vida do falante, é o único mecanismo capaz de dar conta da mudança linguística.

Este trabalho utiliza um *corpus* constituído por textos literários e não literários dos séculos XIII ao XVI, e, através da observação dos dados recolhidos pretende responder-se às seguintes questões: (i) até quando é que a perífrase *Ser* + PtP inacusativo se manteve na língua? (ii) terá sido a perda do traço Locativo que provocou a reanálise destas estruturas, ou houve outras causas para essa mudança na gramática?

Palavras-chave: linguística histórica, verbos auxiliares, verbo *ser*, mudança sintáctica, verbos locativos.

Abstract

The aim of this work is to present a descriptive study and, to some extent, an explicative study too, about the medieval periphrastic tense construction *to be + Unaccusative Past Participle* (*Ser + Particípio Passado inacusativo*).

Many studies have investigated the evolution of the periphrastic tense in Portuguese, but the majority of those studies deal with the evolution of *ter* and *haver* in the formation of the periphrastic tense, and the construction here analysed is often left aside.

This thesis follows two theoretical conceptions: on one hand, the hypothesis that the ‘locative’ verbs are auxiliary verbs in many languages in the world, an hypothesis sustained by several empirical studies, such as Clark (1978) and Ribeiro (1996) - Ribeiro has worked on the relation between the locative verbs and the development of the periphrastic tense for the European Portuguese. On the other hand, the change that affected this medieval construction is seen under the light of the Syntactic Theory. Lightfoot (1979, 1999, 2006) is an important author in the generative framework about linguistic change and his investigations have developed around two major notions: (i) that syntactic change is profoundly related with language acquisition, and (ii) that parametric change, that occurs in this period of life, is the only proper mechanism that can explain language change.

For this work it was gathered a *corpus* of literary and non literary texts from the 13th century to the 16th century and through the observation of the data this work expects to answer to the subsequent questions: (i) up until when did the periphrastic tense *ser + PtP* live in the language; (ii) was the lost of the Locative feature that conducted to a reanalysis of these structures, or other causes also led to a change in the grammar?

Keywords: historical linguistic, auxiliary verbs, verb *to be*, syntactic change, locative verbs.

Índice

1.	Introdução	1
1.1.	Apresentação	1
1.2.	Ensaio Prévio	1
1.1.	2
1.2.1.	Estudos sobre o verbo <i>ser</i> : da gramática tradicional à gramática generativa	2
1.3.	Definição do Objecto de Estudo	9
2.	Mudança Sintáctica.....	13
2.1.	Introdução	13
2.2.	Reanálise	13
2.3.	Gramaticalização.....	16
2.3.1.	Gramaticalização e verbos auxiliares	19
2.4.	Teoria da Gramática e Teoria da Mudança.....	20
3.	As Construções ‘Locativas’	25
3.1.	Verbos existenciais, possessivos e copulativos: semelhanças	25
3.2.	As construções ‘locativas’ e os verbos auxiliares	28
3.2.1.	As construções ‘locativas’ em Português Antigo: dados	30
3.2.1.1.	Estrutura existencial e de posse.....	31
3.2.1.2.	Estrutura locativa e predicativa.....	35
4.	A perífrase Ser + Particípio Passado	39
4.1.	O Tempo Composto em Português	40
4.1.1.	Os tempos compostos: sincronia.....	40
4.1.2.	Os tempos compostos: diacronia.....	43
4.2.	A Tradição Gramatical.....	50
4.3.	Verbo Ser como auxiliar: estruturas ‘locativas’ e tempo composto.....	51
4.4.	A perífrase <i>ser</i> + particípio passado: uma hipótese de mudança.....	53
5.	Organização do Estudo	57

5.1. Um <i>corpus</i> para estudos diacrónicos: problemáticas	57
5.2. Problemática da periodização da língua portuguesa.....	59
5.3. A abrangência textual do <i>corpus</i>	62
5.4. Os textos do <i>corpus</i> : caracterização	63
5.5. Metodologia: recolha de dados	67
6. Análise de Dados.....	71
6.1. Perífrase <i>ser</i> + PtP de verbos inacusativos: os dados	71
6.2. Análise sintáctica.....	72
6.2.1. Análise semântica	78
6.3. Conclusão	78
7. Considerações Finais	83
Bibliografia	87
Anexo 1	I
Anexo 2	IX
Anexo 3	X

Índice de Tabelas

Tabela 1: Textos do <i>corpus</i>	67
Tabela 2 : Total de construções de <i>Ser</i> + PtP inacusativo no <i>corpus</i>	71
Tabela 3: Total de construções de <i>Ser</i> + PtP inacusativo por século	72
Tabela 4: Total de construções de <i>Ser</i> + PtP inacusativo por tipo de texto	72

Lista de Abreviaturas

Agr	Concordância
AgrP	Sintagma Concordância
Aux	Auxiliar
CP	Sintagma Complementador
DP	Sintagma Determinante
I	Flexão
NP	Sintagma Nominal
OT	Operador de Tempo
PP	Sintagma Preposicional
PtP	Particípio Passado
Suj	Sujeito
SC	<i>Small Clause</i> (Oração Pequena)
Spec	Especificador
V	Verbo
VP	Sintagma Verbal
CDF	<i>Crónica de D. Fernando</i>
CDPM	<i>Crónica de D. Pedro de Meneses</i>
DN	Documentos Notariais
FD	<i>Flores de Direyto</i>
HGP	<i>História do galego-português</i>
SP	<i>Segunda Partida</i>
TP	<i>Terceira Partida</i>

Agradecimentos

A tese de mestrado que aqui apresento é o resultado de um longo, árduo e muito gratificante trabalho. Aprendi muito com a investigação que realizei e esta dissertação marca uma importante etapa na minha vida. Todavia, e por mais *cliché* que pareça, este trabalho só foi possível de concretizar porque tive o apoio, directo e indirecto, de muitas pessoas que me rodeiam ou rodearam. A todos elas quero dar os meus sinceros agradecimentos.

Agradeço à minha orientadora, Professora Manuela Ambar, e à minha co-orientadora Professora Esperança Cardeira, pela a ajuda que me deram durante o decorrer deste trabalho.

À Ilza Ribeiro, pela generosidade com que, à distância, cedeu o seu tempo e discutiu comigo ideias.

Muito especialmente aos meus avós, que sempre me ajudaram: ao avó Abílio, à avó Leopoldina e ao avó Bruno. Sei que estariam muito orgulhosos se estivessem connosco. Sei que o estão! À minha avó Vitória, que felizmente ainda pode assistir a este momento da minha vida, e que tanto me tem ajudado e apoiado. Às minhas irmãs – Elsa, por se preocupar e ser amiga- e Catarina. Ao meu querido afilhado e sobrinho Ivo, por me fazer sempre rir. Aos meus pais. Enfim, a toda a minha família.

À Paula, ao Eduardo e à Sofia, que sempre me acolheram com muito carinho, e muito me têm apoiado.

Aos meus amigos -sem eles seria tudo tão difícil!

À Marisa, pela incansável amiga que tem sido: obrigada pelas tarde de *être et avoir* e pelas infindáveis horas de trabalho técnico. Pela sua enorme amizade, generosidade e apoio.

À Mariana por se importar, por querer saber, pelas palavras de ânimo que me deu quando o espírito empurrava uma lágrima ,e ao Zé Pedro, pela generosidade com que se disponibilizou para me ajudar.

À Leonor, pelas suas doces palavras de ânimo e coragem.

À Rita Marquilhas, pela grande amiga que é e tem sido nestes últimos anos, por estar sempre preocupada e por nunca querer me (nos) deixar mal. Por toda a ajuda que me deu no decorrer deste trabalho, com comentários e opiniões que foram muito importantes, e pela força que me deu para nunca desistir.

À Raquel, por estar sempre comigo, desde há muito tempo.

À Patrícia, pela amizade de longos anos, por estar sempre ao meu lado e pronta para me dar a mão.

À Lúcia, minha madrinha, a quem tenho muita estima.

Ao Eduardo, por estar sempre ao meu lado, pelo seu apoio, por todo o seu amor.

Por me fazer rir!

A todos, bem hajam!

“Querem que vos ensine o modo de chegar à ciência verdadeira? Aquilo que se sabe, saber que se sabe; aquilo que não se sabe; saber que não se sabe; na verdade é este o saber” Confúcio

1. Introdução

1.1. Apresentação

Este trabalho teve como ponto de partida investigar o desenvolvimento diacrónico do verbo *ser* em Português Europeu. Para tal, foi realizada uma leitura prévia da literatura que aborda a problemática do verbo. Ao mesmo tempo que se realizou o levantamento bibliográfico, procedeu-se a uma recolha de dados com construções com o verbo *ser*, em Português Antigo. A recolha de dados foi feita a partir do *corpus online Corpus do Português*¹. Resultou num trabalho demorado, devolveu muitos dados (cf. Anexo 3), mas foi necessário descartá-los por haver algumas falhas ao nível das edições utilizadas pelo *corpus*, o que poderia comprometer a fiabilidade dos dados deste trabalho. Após esta revisão preliminar da literatura, e depois da observação do *corpus*, optou-se por se estudar a sequência *ser* + participípio passado inacusativo. De igual modo, decidiu-se seleccionar outros textos (cf. 1.3.) para a constituição do *corpus* desta investigação.

1.2. Ensaio Prévio

Como acima foi mencionado, esta investigação pretendia estudar o desenvolvimento histórico do verbo *ser*. A revisão da literatura que se realizou aborda tópicos que são incontornáveis para quem se lança no estudo do verbo *ser*, entre os quais se destacam: o estatuto do verbo *ser*, a oposição entre *ser* e *estar*, a problemática que as orações pequenas suscitam no que respeita à predicação e à estrutura hierarquizada de constituintes. Este levantamento bibliográfico encontra-se descrito no ponto 1.2.1. desta secção.

Paralelamente à leitura da literatura relacionada com os pontos mencionados, procedeu-se a uma exaustiva recolha de dados (cf. Anexo 3²). A recolha foi feita através da pesquisa de todas as formas do verbo *ser* junto de participípios passados, de participípios presentes e em contextos predicativos, tudo isto em textos do século XIII ao século XVI. Do conjunto desses dados, destacaram-se algumas estruturas por se distanciarem do Português Europeu contemporâneo. Essas construções são aquelas em que o verbo *ser*

1 Davies, Mark and Michael Ferreira. (2006) Corpus do Português. Disponível em <http://www.corpusdoportugues.org>.

2 O anexo 3 encontra-se no CD que acompanha esta tese.

surge com predicados [+ transitórios] (cf.1), com participios presentes (cf.2) e como auxiliar perfectivo de verbos inacusativos (cf. 3):

- (1) eram d'isto mui mall-contentes (séc.XV, *Crónica de D.Fernando*).
- (2) testemunhas que presentes foram (séc. XV, Documento Notarial)
- (3) os quaes stromêtos leudos presente o dito Joham rrodriguiz e Gonçalo martjnz uimeeyro e Gil martjnz procurador e antõijo iuyãez que fforõ hy chegados (séc.XV, Documento Notarial)

Feito este ensaio prévio, decidiu-se que o trabalho focaria apenas um dos três tipos de estruturas, optando-se por estudar as construções de tempo composto com verbos inacusativos, ou seja, a estrutura *ser* + participio passado inacusativo (doravante *ser* + PtP inacusativo). A escolha foi feita principalmente em razão de se pretender estudar uma construção pouco contemplada no âmbito da linguística histórica. Esta lacuna é sentida, por exemplo, por Vincent (1982:71): “(...) but not so frequently discussed, is the use of *esse + past participle* to mark perfect of a class of intransitive verbs (...)”. Além disso, o carácter complexo de *ser* obriga a um trabalho de investigação mais vasto, de outra envergadura, que não se adequa à natureza desta dissertação. Todavia, não se quis deixar de dar a conhecer o estudo prévio.

1.2.1. Estudos sobre o verbo *ser*: da gramática tradicional à gramática generativa

O interesse pelo estudo do verbo *ser* tem abrangido diversas áreas, como a lógica e a filosofia, não se cingindo apenas ao campo da linguística (Rouveret 1998). Já no século XIX, o lógico Frege identifica dois tipos de proposições formadas pelo verbo *ser*: (i) predicativa e (ii) identificativa. Uma construção predicativa, segundo Rouveret (1998), será do tipo *L'etoile du matin est une planète* ('A estrela da manhã é um planeta') e uma identificativa será *L'etoile du matin est Vénus* ('A estrela da manhã é Vénus') (Rouveret 1998:14). A primeira é predicativa pois existe uma relação lógica entre o primeiro e o segundo termo da frase ; a segunda é identificativa pois a cópula estabelece uma relação de identificação entre o sujeito e o predicado (Rouveret 1998:14). Russell, outro lógico que estudou o verbo *ser*, postula que todas as proposições que apresentam um predicado nominal são identificativas, e aquelas que apresentam um predicado adjectival serão predicativas. Com os neo-gramáticos, no fim do século XIX e início do XX, através da observação de várias línguas antigas, realizou-se uma análise positivista, com base em pressupostos empíricos, o que criou um distanciamento em relação à posição dos lógicos

(Rouveret 1998:15). Uma das conclusões a que se chegou então foi a de o verbo *ser* não funcionar sempre como um predicado normal. Meillet foi um dos estudiosos que seguiu tal perspectiva, postulando que as frases que têm a cópula são consideradas do tipo nominal, já que o verbo apenas veicula tempo e pessoa; para Meillet, portanto, o verbo copulativo era apenas um suporte que continha informação morfológica (Rouveret 1998: 15).

Nesta abordagem tradicional, o verbo *ser* é entendido como um elemento funcional, semanticamente vazio, e que apenas transporta tempo, aspecto e modo; a diferença entre *ser* e *estar* assenta na dicotomia entre predicados permanentes e transitórios, sendo que o primeiro verbo se associa a predicados permanentes e o segundo verbo a transitórios. Said Ali (1964:157) classificou o verbo *ser* como um verbo nocional e relacional, postulando que o valor de existência, outrora expresso por este verbo, apenas se manteve em expressões como *Era uma vez*. Said Ali (1964: 158) apontou a falta da função predicativa por parte destes verbos como a causa da perda total (*ser* e *estar*) ou parcial (*parecer*, *ficar*) dos seus significados. O filólogo postulou que eles permanecem junto a um adjectivo ou um substantivo devido à “tradição da linguagem, mas ainda em razão de seus elementos flexionais” (Said Ali 1964:158) O adjectivo ou substantivo não possui marcador de tempo e modo; assim sendo, caberia a estes verbos providenciar essas informações gramaticais. Outras línguas permitem a omissão do verbo em determinadas construções, como o permitia o latim em expressões como *vita brevis*, *ars longa*. Todavia, a língua portuguesa não aceita esta elipse. Quase 200 anos antes, Jerónimo Soares Barbosa (1822, ed.póstuma) na *Gramática Filosófica da Língua Portuguesa* tinha defendido que o verbo é a figura principal de uma oração porque é uma conjunção que serve para ligar o sujeito da frase a uma qualidade ou predicado. Ou seja, o verbo seria o enunciador de uma relação de coexistência entre uma entidade e o seu predicado. E o verbo central, nesta gramática filosófica, era precisamente o verbo *ser* (Soares Barbosa 1881:132, 134). Toda a sintaxe de uma língua se construía, segundo o autor desta gramática, em redor deste verbo por ser o único elemento capaz de enunciar a existência. A relação de atributos e sujeitos fazia-se pelo verbo *ser*. O filósofo considerava três classes de verbos: o verbo substantivo (*ser*), o verbo adjectivo (os demais verbos) e os verbos auxiliares (Soares Barbosa 1881:133). Os verbos adjectivos, de acordo com Jerónimo Soares Barbosa, iriam buscar a informação de tempo, modo e pessoa ao verbo *ser*, ou seja, segundo este autor essa informação morfológica era emprestada pelo verbo *ser* e o que os verbos adjectivos unicamente expressavam uma determinada propriedade do sujeito.

Os verbos auxiliares (*haver, ter e estar*) ligar-se-iam a este verbo para veicular informação aspectual.

Peral Ribeiro (1959: 148) defende que a evolução de *ser* e *estar* do latim para os diferentes romances assentou em necessidades discursivas mais específicas: “a mesma preocupação de concretizar (...)”. Assim, *stare* entrou no espectro de *esse* para preencher esta necessidade de concretização, precisamente por ter um significado primário bem definido “que o tornava apto a substituir o verbo da existência” (Peral Ribeiro 1959:150). Com esta mudança, o sentido de *stare* evoluiu para outros sentidos figurados como “persistir” e “ficar”, aproximando-se cada vez mais de *esse* (Peral Ribeiro 1959:149). Em Português Antigo, a escolha entre *seer* e *estar* não era transparente e a ambiguidade entre *seer* e *estar* terá durado até ao século XVI. No entanto, em Português Antigo, em determinados contextos, o uso de um verbo em detrimento do outro parecia claro. Atente-se nas cinco generalizações para o uso destes verbos em Português Antigo apontadas por Peral Ribeiro (1959: 171):

- (i) *Estar* aparenta ser preferido para expressar a posição física ou moral em que alguém se encontra num dado momento;
- (ii) Mas se não importa frisar o facto, basta *esse*, verbo, por assim dizer incolor;
- (iii) *Sedere* aparece quer no sentido de estadia prolongada, quer no conceito original, ou quase;
- (iv) Com adjectivos e advérbios não há ainda o propósito definido de distinguir o permanente do transitório, e por isso, usa-se normalmente *esse*;
- (v) *Stare*, todavia, aparece de quando em vez com adjectivos ou participios, se é necessário descrever com rigor.

Na escola estruturalista, Benveniste, por exemplo, dedicou-se ao estudo da gramática do verbo *ser* também a partir da distinção entre dois tipos de predicado: um transitório, o outro permanente. Defendeu que o que importa para distinguir uma frase nominal de uma frase copulativa é o modo global como a frase é construída, e não tanto a particularidade de cada membro da frase. (A. Rouveret 1998: 17). No entanto, no seu estudo, Benveniste distinguiu dois tipos de verbo *ser* : a cópula enquanto “marque grammaticale d'identité” (A.Rouveret 1998: 18) e o verbo *être*, que considerou um verbo pleno exprimindo a existência – “(...) qui signifie «avoir existence, se trouver en réalité”

(A.Rouveret 1998: 18). Benveniste determinou esta distinção a partir da observação de certas línguas³ que apresentam várias estratégias linguísticas para a construção de frases nominais com o verbo *ser*. O Português, bem como na maioria das línguas indo-europeias, insere-se na categoria que Benveniste descreve como a das línguas que generalizaram a raiz do verbo *es – para a cópula e para o verbo de existência. Benveniste não considera que as frases copulativas sejam diferentes das frases nominais porque as frases copulativas partilham da mesma propriedade das nominais, ou seja, estabelecem a identidade entre dois termos nominais. Todavia, para Benveniste, as orações copulativas possuem explicitamente um verbo que marca a identidade entre esses termos nominais – o verbo *ser*, e não o considera como um assessorio do predicado (Rouveret 1998: 19).

Os estudos de semântica também têm abordado a problemática do verbo *ser* e, segundo Rouveret (1998: 21), as várias abordagens semânticas assentam no princípio de que este verbo veicula vários significados heterogêneos – “la prédication, l’assertion d’identité, l’affirmation d’existence (...)” (A. Rouveret 1998: 21) –, isto porque o verbo é visto como um elemento neutro, e o que entra em jogo são os termos que participam na frase – o predicado e o sujeito. Todavia, Rouveret também salienta que não têm sido desenvolvidos muitos trabalhos em semântica que estudem as frases com *ser* por si só, e que por isso o trabalho que mais se destaca é o de Higgins (1973, 1979). Higgins desenvolveu uma classificação das frases que possuem *ser* e o seu principal objectivo foi o de adaptar a nomenclatura da lógica de Frege e de Russell à complexidade das línguas naturais. Assim, o seu trabalho assenta numa *taxinomie référentielle* (A. Rouveret 1998: 21) porque se baseia numa lógica de referencialidade (ou não) entre o predicado e o sujeito. A classificação elaborada por Higgins foi a seguinte:

- (4) Frases predicativas: *Pierre est intelligent* (‘Pedro é inteligente’)
- (5) Frases identificacionais: *Cet homme est Alfredo Funoll* (‘Este homem é o Alfred Funoll’)
- (6) Frases especificacionais: *Le meilleur ami d’Hamlet est Horatio* (‘O melhor amigo de Hamlet é Horácio’)

³ As línguas observadas por Benveniste foram: o russo (não possui o verbo *ser* em frases copulativas, no Presente, do tipo a *Maria é bonita*); árabe, hebraico, turco, irlandês e inglês. Cf. Rouveret 1998: 19.

- (7) Frases de identidade: *L'étoile du soir est l'étoile du matin*. ('A estrela da noite é a estrela da manhã').

No quadro generativo têm surgido também vários estudos no que respeita às várias construções sintáticas com o verbo *ser*. Sobre o Português Europeu, Costa (1998) compara frases como (cf.8) (cf.9) e (cf.10) e defende que estruturas como (cf.8 e 10) contêm um predicado ambíguo (Costa 1998:146):

- (8) a. A Ana é feliz.
b. A Ana está feliz.
- (9) a. A Maria é doente.
b. A Maria está doente.
- (10) a. O açúcar é doce.
b. *O açúcar está doce.

Perante a comparação de construções como as frases em (cf.8,9, e 10) Costa (1998:146) conclui o seguinte: "Notons cependant qu'il n'est pas vrai que les prédicats dont le sujet est important pour la sélection du verbe ne puissent pas fonctionner indépendamment comme des prédicats ambigus. En d'autres termes, ces prédicats ne forment pas une classe *per se*, puisqu'ils se comportent comme des prédicats temporaires, lorsque le sens du sujet n'influe pas sur l'interprétation du prédicat".

A escolha de *ser* é explicada pela relação entre o sujeito e o predicado. Ou seja, se as propriedades de um sujeito podem ser inferidas pelas suas implicações universais, então selecciona-se *ser*. A selecção de *ser* exprime a interdependência das propriedades do sujeito com as propriedades do predicado que serão sempre intemporais – "On peut formaliser ces notions, en postulant que ce qui permet de sélectionner *ser*, dans ces cas, est la possibilité d'exprimer des relations entre des prédicats e des sujets à travers une logique insensible à notion de temps (...)" (Costa 1998: 147). Se não for possível inferir uma propriedade universal, se não for possível estabelecer esta lógica da relação entre sujeito e predicado, então selecciona-se *estar*. Para se determinar se o predicado é do tipo transitório ou permanente, é preciso associar o sujeito ao predicado, e esta informação é veiculada pela projecção máxima de uma oração pequena. Costa (1998) defende que este argumento favorece a existência de orações pequenas; no entanto, reconhece um obstáculo. A escolha do verbo dar-se-ia para cima, ou seja, a partir da oração pequena, o que vai contra a concepção tradicional de selecção, já que é o núcleo a seleccionar o seu

complemento: “Pourtant, cela impliquerait une sélection du verb vers le haut, ce qui est le contraire de la notion traditionnelle de sélection (...)” (Costa, 1998: 150). Costa (1998:150) defende então que se se seguir a teoria de projecção de Grimshaw (1991), assume-se que a projecção funcional em que o verbo está integrado, i.e., I, não é mais do que a projecção de uma oração pequena, o que exigiria que quer a projecção lexical quer a projecção funcional partilhassem os mesmos traços semânticos. Todavia, nem sempre isso acontece, já que para Costa (1998:151) I é [-N, +V] e Adj é [+N, +V]. Esta caracterização de I parece ir contra a caracterização apresentada na maioria da literatura que defende que I é [+N, +V] (cf. por exemplo Kayne 1983). Em termos sintácticos, segundo Costa (1998) a diferença entre *ser* e *estar* reflecte-se no tipo de complementos que seleccionam: *ser* selecciona uma SC e *estar* selecciona um Operador Tempo, que o domina.

Na análise do verbo *ser*, é incontornável o estudo de orações pequenas, já que este é o tipo de complemento que o verbo selecciona. As orações pequenas (doravante SC-*small clause*) são o complemento seleccionado por um verbo copulativo, como *ser*, numa estrutura predicativa ou copulativa. Todavia, uma SC é aparentemente uma estrutura anómala por ser uma oração em que a predicação não se realiza por meio de um verbo. No entanto, uma questão que parece já estar assente é a de que as orações pequenas são de facto orações. Mas assumir-se este facto não encerra a problemática destas estruturas. Por um lado, é a existência de predicação que faz com que as orações sejam orações ,e, por outro, numa oração plena, a predicação é realizada entre o sujeito e o verbo por meio da flexão verbal, desencadeando a concordância. Moro (1995) discute a questão da predicação nestas estruturas a partir de estruturas com predicados nominais. O autor parte do postulado de que nestas estruturas existe predicação, tal como existe numa oração plena. Moro (1995) defende que a relação de predicação não se pode explicar pela natureza categorial dos seus constituintes – sujeito e predicado – pois podem ambos ser preenchidos por um NP (Moro 1995:111); nem em termos estruturais já que uma SC parece não necessitar de um sintagma Agr, uma vez que há várias construções que não apresentam concordância (Moro 1995:115); nem pela teoria temática, uma vez que é possível obter estruturas em que não é atribuído nenhum papel temático ao argumento externo (Moro 1995:117). Moro (1995:118) propõe que uma SC é projectada por um núcleo, mas que a categoria funcional Agr⁰ tem outro valor, i.e., sugere que é um núcleo predicativo vazio (“predicative head”). O autor sustenta esta posição a partir da observação das seguintes construções:

(11)a. I consider [John the cause of the riot]

(12)b. I consider [John as the cause of the riot]

Em (12b), de acordo com Moro (1995:118), *as* pode ser visto como um marcador predicativo e defendendo o autor que existem três possíveis análises para a frase em (13):

(13) I consider John as my best friend.

A primeira análise de Moro é a de considerar *as* como um tipo de afixo que foi inserido para poder licenciar o DP predicativo [my best friend]; a segunda análise é a de assumir que *as* funciona como um verbo cópula e, como tal, selecciona uma SC [my best friend]; finalmente, a terceira análise é aquela em que se pode assumir que *as* é a concretização de um núcleo predicativo vazio (Moro 1995:119). Moro (1995:119) observa que a segunda análise não é muito viável pois se *as* tivesse como argumento uma SC, as orações invertidas seriam possíveis, o que não sucede, ao contrário do que acontece com o verbo copulativo. Todavia, Moro (1995:119) assume que a teoria do “predicative head” pode vir a ser mais desenvolvida.

Contrária a esta posição é aquela defendida por Guéron e Hoekstra (1995), que também analisam a predicação das SC. Para estes autores, numa SC existe um sintagma Agr (Guéron e Hoekstra 1995:78). Defendem que cada projecção lexical é dominada por um nó Agr, e é com base neste domínio que a predicação se estabelece. Em termos estruturais, os autores afirmam que Agr é adjunto à estrutura que modifica (Guéron e Hoekstra 1995:78). Todavia, a predicação só se concretiza quando inserida dentro de um mecanismo complexo de predicação, que os autores denominam da *T-chain* (Guéron e Hoekstra: 79). Segundo Guéron e Hoekstra, uma cadeia-T é formada por um Operador de Tempo, por uma posição de Tempo (T) e por um verbo (Guéron e Hoekstra 1995: 79). De acordo com os autores, o nó T é constituído por uma variável do tipo pronominal e o verbo lexical liga-se a T apetrechando T com um papel-e (*e-role*) (Guéron e Hoekstra 1995:79). O papel-e contém informação semântica, i.e., denota dois valores aspectuais: estados e eventos (Guéron e Hoekstra 1995:79). Para poder satisfazer os princípios semânticos e sintácticos, por forma a criar a predicação, uma cadeia-T necessita de um verbo lexical pois estes verbos têm propriedades de atribuição de papel-e e propriedades sintácticas de tempo, originando concordância com o sujeito. Quando o verbo não possui conteúdo lexical, então, está-se perante um verbo auxiliar, que vai marcar o seu complemento por forma a suprir a falta de conteúdo semântico da cadeia, i.e., de modo a preencher a

ausência de *e-role* (Guéron e Hoekstra 1995:82). Ou seja, uma cadeia-T é um objecto de predicação sofisticado que é constituído quer por propriedades sintácticas de concordância, quer por propriedades semânticas que são transmitidas sob a forma de um papel-e que marca o evento que predica um objecto temporal (Guéron e Hoekstra 1995:82). Os elementos de tempo e de evento podem-se encontrar numa única unidade gramatical, como os verbos lexicais, ou podem distribuir-se pelo verbo e seus complementos, no caso de o verbo carecer de conteúdo lexical (Guéron e Hoekstra 1995:82).

Ao contrário de Moro (1995), que realiza uma análise unificada das estruturas copulativas como sendo todas predicativas, Heycock e Kroch (1998) distinguem as estruturas copulativas entre equativas e predicativas. Para estes autores, as estruturas equativas não são construções predicativas invertidas (Heycock e Kroch 1998:17). A existência de duas estruturas copulativas deve-se, de acordo com Heycock e Kroch, à existência de dois tipos de SC (Heycock e Kroch 1998:17). O que distingue então uma estrutura predicativa de uma equativa é que o movimento do predicado de uma predicativa dá-se para uma posição do tipo SpecCP, e o movimento numa estrutura equativa só é possível se o sujeito da SC não se mover e se a língua em causa licenciar *scrambling* (Kroch e Heycock 1998:17).

Os estudos apresentados são apenas alguns, de entre muitos, que tratam da questão do verbo *ser* e das orações pequenas. Em suma, pode concluir-se que a problemática da predicação das orações pequenas continua em aberto na literatura, bem como o próprio estatuto do verbo *ser*. É disto exemplo a insuficiência explicativa da gramática tradicional, baseada na dualidade de permanente vs transitório para delimitar o tipo de predicados que ocorrem com *ser* e *estar* ou ainda a questão da predicação, que ainda permanece em aberto no quadro generativo. O que importa ressaltar é que as investigações sobre o verbo *ser* permanecem em constante evolução, na medida em que este verbo, em Português Europeu, por exemplo, parece ainda não ter atingido um grau estável na língua.

1.3. Definição do Objecto de Estudo

A formação dos tempos compostos em Português Europeu tem suscitado muito interesse no âmbito dos estudos de linguística histórica (Mattos e Silva 1981, 1989; Vincent 1982; Ribeiro 1996; Cardoso e Pereira 2004; Howe e Amaral 2009, *et al.*). Quase todos estes trabalhos abordam o desenvolvimento dos tempos compostos com os

auxiliares *ter* e *haver*, mas o desenvolvimento do verbo *ser* como auxiliar de tempo composto tem sido um pouco marginal na literatura em geral. Neste sentido, e como já foi referido anteriormente, o objecto de estudo deste trabalho é a construção de *ser* + PtP inacusativo em Português Antigo, i.e., pretende-se analisar o verbo *ser* como auxiliar perfectivo de tempo composto inacusativo. O principal objectivo é o de descrever essa construção no período medieval da língua. Todavia, tentar-se-á não perder de vista algum carácter explicativo, que dê conta das razões que levaram à exclusão de *ser* como auxiliar perfectivo de tempos compostos.

Neste sentido, será levada a cabo uma revisão da literatura que assenta em três tópicos, e que serão distribuídos pelos capítulos 2, 3 e 4 deste trabalho.

O primeiro tópico diz respeito à problemática da mudança sintáctica, uma vez que a exclusão de *ser* destas estruturas implica uma mudança na gramática. A mudança linguística pode ser perspectivada de diferentes maneiras, segundo diferentes escolas; no entanto, importa perceber que mecanismos estão por detrás da mudança e que processos de mudança existem. Este ponto do trabalho é desenvolvido em diferentes secções, abordando cada uma delas questões específicas sobre mudança, nomeadamente: (i) a reanálise, que tem sido amplamente estudada e discutida nos estudos relativos à mudança linguística (Harris e Campbell 1995, Lightfoot 1979, Roberts 2007 *et al.*); (ii) a gramaticalização, bem como a forma como ela é entendida pela teoria da gramaticalização e pela escola generativa. A última secção é dedicada à teoria da mudança e da sua figura central, David Lightfoot. Na esteira desse autor postula-se a mudança paramétrica como único mecanismo explanatório de mudança sintáctica.

O segundo tópico é o que diz respeito à descrição da correlação, que vários estudos demonstraram existir (Clark 1978, Freeze 1992, entre outros.), entre verbos ‘locativos’ e verbos auxiliares. Com efeito, muitas línguas do mundo mostram que os verbos presentes em estruturas ‘locativas’ são também verbos auxiliares. Será apresentada a concepção que assume que as construções possessivas, locativas e existenciais têm uma origem ‘locativa’. O verbo *ser* em latim era cópula, mas também verbo locativo e verbo existencial e, como tal, servia para localizar e expressar a existência. Este valor semântico manteve-se em Português Antigo, mas no decorrer do seu desenvolvimento histórico deixou de poder expressar a existência.

Finalmente, o último tópico trata dos estudos sobre a construção *ser* + PtP e é apresentada uma hipótese para a exclusão de *ser* como auxiliar perfectivo. Esta hipótese, postulada por Ribeiro (1996), associa a perda do traço existencial com o desaparecimento

de *ser* destas construções. Ressalva-se que esta hipótese se apresenta como uma entre outras possíveis, i.e., terá com certeza um carácter provisório, na medida em que, como já foi explicitado previamente, o objecto de estudo em causa ainda carece de alguma investigação de fundo. Aliás, Ribeiro (1996), no seu artigo, observa precisamente que é necessário proceder-se a um estudo mais profundo que possa demonstrar que de facto há uma relação entre o verbo existencial e o verbo auxiliar de tempos compostos (Ribeiro 1996:374): “ (...) parece-nos provável poder estabelecer-se para o português uma relação diacrónica entre o traço existencial de um verbo e a sua realização como auxiliar dos tempos compostos. Esse é um tópico a ser mais bem pesquisado e empiricamente fundamentado.”

Os textos que constituem o *corpus* deste trabalho – *Flores de Direyto*, dois fragmentos da *Segunda Partida* de Afonso X, dois fragmentos da *Terceira Partida* de Afonso X, Documentos Notariais editados por Ana Maria Martins, *História do galego-português*, *Crónica de D.Fernando* de Fernão Lopes e *Crónica de D.Pedro de Meneses* de Gomes Zurara – são apresentados no capítulo 5, bem como a metodologia subjacente a este estudo. Neste ponto, é de igual modo tratada a problemática da constituição de um *corpus* em diacronia e da periodização da língua portuguesa, uma vez que esta questão não poderá ser marginalizada em estudos de linguística histórica.

A apresentação dos dados é realizada no capítulo 6. Será feita uma análise sintáctica à construção de *ser* + PtP inacusativo e discutir-se-á a proposta avançada por Ribeiro (1996) sobre o desaparecimento de *ser* nestas estruturas. No último capítulo desta dissertação serão tecidas as considerações gerais sobre o trabalho aqui apresentado.

2. Mudança Sintáctica

2.1. Introdução

A mudança linguística é um fenómeno observável em todas as línguas naturais. O interesse pelo estudo da língua é antigo, assim como o é o interesse em encontrar uma explicação para a multiplicidade das línguas, interesse esse que remonta aos tempos bíblicos. Mas foi no século XIX, com o surgimento dos neo-gramáticos, que se começou a estudar intensamente as línguas naturais e a investigar uma razão que desse conta das mudanças sofridas pelas línguas. Esta nova disciplina deu origem à Linguística Moderna tal como hoje a conhecemos (Lightfoot 2006: 19). Os neo-gramáticos realizaram um estudo exaustivo de comparação entre as várias línguas e defenderam a existência de uma língua matriz- o Indo-Europeu- que teria dado origem à maioria das línguas modernas faladas na Europa e em parte da Ásia. Deste estudo resultou uma abrangente descrição de mudanças fonéticas, mas a sua capacidade explicativa para a mudança em geral revelou-se insuficiente: “The historical approach had not brought a scientific analysis of language, of the kind that had been hoped for, and there was no predictability to the change.” (Lightfoot 2006: 19). Esta abordagem histórica ao estudo da língua foi abandonada, tendo sido recuperada no século XX (Lightfoot 2006:19).

Todavia, até hoje não existe consenso entre as várias escolas sobre as razões pelas quais as línguas mudam, ou seja, os mecanismos que estão por detrás da mudança linguística, nomeadamente da mudança sintáctica, são vistos sob diferentes perspectivas, embora, em termos de nomenclatura, certas classificações sejam as mesmas. Neste sentido, um determinado fenómeno de mudança linguística pode ser encarado de diversos modos. Neste capítulo, pretende-se descrever as concepções mais generalizadas sobre a mudança sintáctica.

2.2. Reanálise

No âmbito dos estudos de linguística histórica, um dos conceitos fundamentais para o entendimento de processos de mudança como o que aqui se pretende estudar é o da reanálise, pois é tida como sendo um dos maiores mecanismos desencadeadores de mudança sintáctica (Harris e Campbell 1995:61). A ideia de que a reanálise é central na mudança sintáctica vem já desde Aristóteles, bem como da tradição gramatical árabe: “(...) reanalysis as a mechanism of syntactic change was recognized early and repeatedly throughout the history

of linguistics” (Harris e Campbell 1995: 16). E nos últimos trinta anos tem mesmo alcançado um papel primordial nos estudos de mudança sintáctica. Nas palavras de Harris e Campbell (1995:30): “Reanalysis (...) has been the single most important factor in modern treatments of syntactic change.”

De acordo com Harris e Campbell (1995:50), a reanálise é um mecanismo que cria novas relações na estrutura profunda, mas que não envolve modificação da sua projecção em superfície: “a mechanism which changes the underlying structure of a syntactic pattern and which does not involve any modification of its surface manifestation.” (Harris e Campbell 1995:50). Isto significa que as mudanças que ocorrem na estrutura profunda não são necessariamente visíveis em superfície. Atente-se no seguinte exemplo de uma reanálise, retirado de Campbell (2004:284):

- (1) a. Hermione is going to marry Ron = estrutura de superfície
b. Hermione is going [verbo de movimento] to marry Ron = estrutura profunda
- (2) a. Hermione is going to marry Ron = estrutura de superfície
b. Herminone is going [futuro composto] to marry Ron = estrutura profunda

As frases (1) e (2) ilustram a reinterpretação do constituinte verbal *be going to* em futuro composto (“future auxiliary”). Em superfície, ambas as frases são idênticas, mas a reanálise ocorreu quando o constituinte verbal *be going to* foi reinterpretado como futuro composto (“future auxiliary”). Segundo Harris e Campbell (1995), a reanálise depende da ambiguidade exibida linearmente em superfície por uma dada construção ou da possibilidade de mais do que uma análise: “(...) reanalysis depends upon a pattern characterized by surface ambiguity or the possibility of more than one analyses” (Harris e Campbell 1995: 51).

Todavia, certas reanálises envolvem alguns movimentos que deixam de ocorrer, e, nestes casos, a manifestação é visível em superfície. Como a reanálise está associada à estrutura profunda, ou seja, aos constituintes, à estrutura hierárquica, às categorias lexicais, às relações gramaticais e à coesão, ao ocorrer uma reinterpretação qualquer propriedade destes elementos é atingida (Harris e Campbell 1995: 61). Isto é, com a reanálise, o que muda são os traços associados às unidades lexicais e funcionais. Outros exemplos de reanálise são a mudança dos verbos modais ingleses, o desenvolvimento do futuro das diferentes línguas românicas, ou ainda as estruturas que constituem o objecto de estudo deste trabalho: a reinterpretação de *ser* como verbo auxiliar perfectivo de construções perifrásticas, na sequência da qual o verbo foi banido dessas construções.

Para Harris e Campbell (1995), o ambiente necessário para a ocorrência de uma reanálise é o de abertura à possibilidade de múltiplas interpretações estruturais, em que uma potencial análise é a mais velha, sendo a outra nova: “(...) the conditions necessary for reanalysis to take place are that a subset of the tokens of a particular constructional type must be open to the possibility of multiple structural analyses (...)” (Harris e Campbell 1995: 72). Ou seja, a reanálise envolve contextos de ambiguidade ou de opacidade que permitem duas leituras de uma dada construção. Harris e Campbell (1995:82) identificam três momentos no processo da reanálise:

- (i) Stage A, Input: The input structure has all of the superficial characteristics of the input analysis;
- (ii) Stage B, Actualization: The structure is subject to multiple analysis; it gradually acquires the characteristics of an innovative analysis, distinct from that of Stage A;
- (iii) Stage C, Completion: The innovative structure has all of the superficial characteristics of the innovative analysis.

A reanálise ocorre na passagem do estágio A para o estágio B, e neste estágio é possível encontrar várias alterações. Algumas reinterpretações não alcançam o estágio C (Harris e Campbell 1995: 82).

O conceito de reanálise também se encontra na abordagem generativa, mas não é perspectivado da mesma forma que os estudos tradicionais de linguística histórica adoptam. Para a teoria generativa a reanálise não é um mecanismo teórico explicativo da mudança. Embora Roberts (2007) utilize o termo “Reanálise Diacrónica” para explicar as mudanças ocorridas na estrutura profunda, seguindo nisto Harris e Campbell (1995), enquanto objecto teórico reconhece que constitui um epifenómeno (Roberts 1993, 2007). Também Lightfoot (1979), na obra *Principles of Diachronic Syntax*, utiliza a designação de reanálise a propósito do desenvolvimento dos verbos modais ingleses, e encara-a como uma mudança sintáctica que altera a gramática (Lightfoot 1979:113) mas não a vê como um mecanismo que explique a mudança na gramática. Aliás, mais tarde, Lightfoot (1999), a respeito da proposta de Roberts de “Reanálise Diacrónica” (1993), contraria vivamente a concepção de que a reanálise seja um recurso associado à Gramática Universal, que esteja por detrás da mudança linguística, intimamente ligado à Língua-E de uma geração e à Língua-I de outra. Também não aceita que a reanálise envolva a denominada estratégia de aquisição *Least Effort Strategy* (Lei do Menor Esforço). Para Lightfoot (1999: 216), o papel da reanálise nesta perspectiva é desnecessário. Sendo um epifenómeno, cada reanálise será um eco de uma mudança paramétrica, portanto um recurso pouco

válido para dar conta da mudança: “ (...) Robert’s “theory” of change consists of two things: steps and Diachronic Reanalyses (...). This is not a theory, and Diachronic Reanalyses gain no credibility for being part of a coherent theory of change” (Lightfoot 1999: 217). Lightfoot também não aceita que a LES esteja associada à mudança linguística pois entende que esta estratégia não é suficiente para explicar a passagem de um nível para outro na mudança (“steps”). Para ele, o que provoca esta passagem é a experiência desencadeadora (“triggering experience”). Posteriormente (cf. 2.4.) será descrita com maior detalhe a abordagem generativa sobre a mudança sintáctica.

2.3. Gramaticalização

Para a compreensão da gramaticalização importa distinguir duas perspectivas distintas: a da Teoria da Gramaticalização e a da que apenas observa a gramaticalização como um epifenómeno da mudança sintáctica.

Como foi referido na secção 2.1. deste capítulo, os neo-gramáticos, através do método comparativo, encontraram várias mudanças fonéticas nas línguas. Postularam que a mudança fonética é regular e que o que não encaixa neste tipo de mudança é considerado uma alteração por analogia. E, embora tentassem perceber o que causava estas mudanças, nunca encontraram uma explicação, talvez porque, como observa Lightfoot (2006:32), o objecto de estudo dos linguistas históricos da altura fosse a língua enquanto entidade exterior e não tanto a língua ou a linguagem enquanto uma capacidade inata do Homem. Neste sentido, a abordagem histórica sobre a mudança nas línguas foi abandonada uma vez que não conseguia encontrar causas para a mudança, assim como o foi alguma tentativa explanatória a nível psicológico: “The historical approach had not brought a scientific, Newtonian-style analysis of language, of the kind that had been hoped for (...)” (Lightfoot 2006: 34). Este abandono, segundo Lightfoot (2006), ocorreu nos anos 20 do século XX, quando emergia uma nova escola de linguistas, os estruturalistas, que eram veementemente contra a perspectiva histórica para dar conta dos fenómenos exibidos pelas línguas (Lightfoot 2006: 35).

Desenvolve-se, então, uma nova linha de investigação que assenta no princípio de que as línguas mudam de acordo com uma certa unidireccionalidade (Lightfoot 2006: 37). Esta concepção de mudança é denominada de gramaticalização e inaugurou a Teoria da Gramaticalização. Foi identificada por Meillet ,no início do século XX, (Lightfoot 2006, Roberts 2007) e tem sido um tópico amplamente estudado na literatura sobre mudança sintáctica dentro do arcabouço tipologista e funcionalista, como por exemplo, pelos

autores⁴ Heine e Reh (1984), C. Lehmann (1986), Heine, Claudi e Hünnenmeyer (1991), Traugott e Heine (1991), Bybee, Perkins e Pagliuca (1994). A gramaticalização é um processo de mudança, principalmente semântico, que faz com que as unidades lexicais alterem para unidades gramaticais, ou unidades já gramaticais existentes evoluam para outra unidade gramatical. É acompanhada por um esvaziamento semântico e redução fonológica e, poderá envolver uma reanálise⁵. Atente-se na definição de gramaticalização de Heine, Claudi e Hünnenmeyer (1991):

“where a lexical unit or structure assumes a grammatical function, or where a grammatical unit assumes a more grammatical function”

Associada à noção de gramaticalização encontra-se a ideia de gradação (*cline*), ou seja, embora a gramaticalização seja abrupta, i.e., a passagem de uma forma lexical para uma funcional é abrupta, a convivência de ambas as formas traduz-se num processo gradual e não abrupto. O termo “cline” ou “pathway” (Hopper e Traugott 2003: 6) ilustra as várias etapas do processo da gramaticalização, sendo que neste processo as duas formas podem coexistir. A ideia de gradação assenta precisamente na coexistência de duas formas até uma delas se extinguir.

Hopper e Traugott (2003: 6) afirmam que não existe consenso entre os linguistas no que diz respeito a identificar o momento em que uma determinada unidade se encontra num “cline”; porém as diferentes posições sobre o “cline” propriamente dito reúnem maior consenso. Hopper e Traugott (2003:7,16) identificam um ciclo de gramaticalização ou de gramaticalidade (“cline of grammaticality”) pelo qual as unidades lexicais passam até se tornarem unidades funcionais:

content item> grammatical word> clitic> inflectional affix

less grammatical > more grammatical.

Como foi referido anteriormente, a teoria da gramaticalização reconhece que existe uma forte orientação para a unidireccionalidade (*unidirectionality*) e assume que a tendência é a de que uma unidade se mova sempre de um ponto mais à esquerda do modelo de gramaticalização para um extremo mais à direita (Hopper e Traugott 2003: 7).

Também a questão da gramaticalização não é consensual no seio da linguística. O que foi descrito acima desenha-se no quadro da Teoria da Gramaticalização, uma

⁴ Exemplos de autores retirados de Roberts 2007:141. Cf. Roberts (2007:141) para outros exemplos.

⁵ Certas reanálises que não alteram o material lexical para material gramatical não constituem uma gramaticalização (Cf. Campbell 2004: 296).

perspectiva que entende que a língua se desenvolve num determinado sentido, em que tendencialmente as unidades lexicais se tornam gramaticais e considera a gramaticalização como um mecanismo independente, subjacente à mudança sintáctica. Mas muitos investigadores não reconhecem o mesmo estatuto à gramaticalização e julgam-na apenas como um processo de mudança que altera as unidades lexicais em unidades funcionais, e não como um mecanismo que explique a mudança sintáctica. A teoria generativa assume esta posição.

No quadro generativo, por conseguinte, a gramaticalização é insuficiente como mecanismo explicativo da mudança sintáctica: “Grammaticalization is a real phenomenon but is quite a different matter to claim that it is general, unidirectional, or an explanatory force.” (Lightfoot 2006: 38). Roberts e Roussou (2003) reiteram a posição de Lightfoot (2006). Ou seja, para estes autores a gramaticalização é, à semelhança do que postula a Teoria da Gramaticalização, um processo que torna um item lexical num item gramatical, mas não é independente enquanto mecanismo de mudança, antes está associado à mudança de parâmetro (Roberts e Roussou 2003). Atente-se na definição de gramaticalização de Roberts (2007: 141):

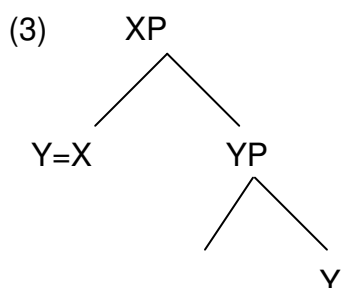
“Grammaticalization can be defined as the process by which new grammatical morphemes are created”.

De igual modo, no quadro generativo entende-se que o material a ser reanalisado por gramaticalização pode ser uma unidade lexical que se transforma numa unidade funcional, ou uma unidade funcional já existente que evolui para outra unidade funcional (Roberts e Roussou 2003: 35). Todavia, o processo de gramaticalização não resulta numa mudança estrutural, apenas alterando o modo como os núcleos funcionais se concretizam: “(...) grammaticalization implies that it is not a structural change: functional structure is present both before and after grammaticalization takes place: what changes is the way the features associated with the functional heads are realized” (Roberts e Roussou 2003: 35).

Em termos estruturais, a gramaticalização é caracterizada como sendo um processo ascendente pois o ‘movimento diacrónico’ de um dado morfema dá-se sempre para uma posição mais alta na estrutura⁶ – “the diachronic movement of a given morpheme, possibly tracked over many centuries through successive reanalyses, is always “upwards” in the structural hierarchy of functional categories” (Roberts e Roussou 2003: 36). Uma das consequências

⁶ Embora possam existir casos de gramaticalização “descendente”, como é o caso da perda de movimento de V-para- I na história do Inglês (Cf. Roberts e Roussou 2002: 27).

da gramaticalização é a de que as estruturas reanalisadas se tornam mais simples (Roberts and Roussou 2003:200):



Segundo Roberts e Roussou (2003: 200) a estrutura em (3) é a construção formal da gramaticalização. Adiantando os autores que o sintagma YP não precisa de ser um complemento de X. Um dos casos de gramaticalização analisados por Roberts e Roussou (2002) é o do desenvolvimento do futuro nos diferentes romances, distribuído por várias fases: na primeira fase o verbo latino *habere* foi reanalisado como verbo auxiliar de futuro; na segunda fase este auxiliar evoluiu para um afixo sintáctico; finalmente, a última fase correspondeu à mudança deste afixo sintáctico para um afixo lexical. Ou seja, com o processo de gramaticalização, *habere* foi reintroduzido em T (tempo): “The third change was the reanalysis of the syntactic affix as a lexical affix, i.e. a feature of V, and the corresponding reintroduction of V-to-T movement in futures and conditionals” (Roberts and Roussou 2002:37).

Resumindo, a gramaticalização é um processo que cria novo material gramatical. O grande diferendo entre os linguistas está no variável estatuto que lhe atribuem. De acordo com a abordagem estruturalista, a gramaticalização é vista como o caminho que as línguas encetam quando mudam, i.e., as línguas tenderão a mudar numa determinada direcção e este processo explicaria por si só a mudança sintáctica. Para outros linguistas, nomeadamente os que se enquadram na abordagem generativa, a gramaticalização é apenas um fenómeno e não uma causa de mudança.

2.3.1. Gramaticalização e verbos auxiliares

Um dos casos típicos de gramaticalização é o dos verbos auxiliares, precisamente aquele que mais importa para este trabalho. Os verbos auxiliares são verbos originalmente plenos mas que sofrem um processo de gramaticalização, tornando-se palavras funcionais. Os auxiliares, ao contrário dos verbos lexicais, não têm conteúdo semântico e, como tal, são unidades linguísticas sem estrutura argumental que seleccionam um VP como complemento (O míudo *tem feito* os trabalhos de casa todos os dias) (Duarte 2003:304). Outras propriedades que os verbos auxiliares possuem são as

seguintes: não admitem uma frase completiva como complemento (cf.4); o advérbio de negação precede sempre o verbo auxiliar (cf.5); as construções com verbos auxiliares apenas admitem um advérbio de tempo (cf.6) e os pronomes são colocados junto do auxiliar e não junto do verbo auxiliado (cf. 7) (Duarte 2003:305):

- (4) *O miúdo *tem* [que faz/fez os trabalhos de casa todos os dias]
- (5) O miúdo não tem feito/* tem não feito os trabalhos de casa todos os dias.
- (6) Hoje o miúdo tem feito os trabalhos de casa/ *Hoje o miúdo tem feito os trabalhos de casa ontem.
- (7) O miúdo tem-nos feito/ * tem feito-nos.

Os verbos que em Português apresentam estas características são *ter*, *haver*, *ser*, *andar*, *estar*, *ficar*, *ir* e *vir* (Duarte 2003:305).

A classe dos verbos pode ser dividida em “verbos plenos”, capazes de atribuir papel temático e “verbos auxiliares aspectuais” que não conseguem atribuir papel temático (Ribeiro 1996: 347). A classe das unidades auxiliares também se subdivide, dependendo do local da estrutura em que são criadas. Roberts (1992) esquematiza do seguinte modo a diferença entre verbos plenos e verbos auxiliares⁷:

- (i) verbos que designam papel temático → verbo lexical;
- (ii) verbos que não designam papel temático → auxiliar lexical;
- (iii) elementos verbais gerados em I → auxiliar funcional
- (iv) elementos morfológicos de tempo e concordância → auxiliar funcional do nível I'

No que diz respeito ao objecto de estudo deste trabalho, i.e., o verbo *ser* como verbo auxiliar perfectivo, segundo Ribeiro (1996:349) este elemento deixou de pertencer à categoria V e passou a pertencer a I.

2.4. Teoria da Gramática e Teoria da Mudança

Nas secções anteriores (cf. 2.2. e 2.3.) verificou-se que a perspectiva generativa, embora reconhecendo a reanálise e a gramaticalização como mudanças sintácticas, não as julga como mecanismos explicativos da mudança sintáctica.

⁷ Esquema retirado de Ribeiro (1996: 348).

No quadro generativo, a mudança está intimamente associada com a aquisição da linguagem. Cada indivíduo terá no cérebro um dispositivo genético que o habilita para a linguagem. Este órgão inato, denominado de Gramática Universal (GU), é composto por princípios universais abstractos e parâmetros variáveis (Lightfoot 1999: 59). Alguns linguistas, nomeadamente Kayne (2003) e Roberts e Roussou (2000) defendem que é ao nível das unidades funcionais que ocorre variação. Mais concretamente, a variação do parâmetro está relacionada com a realização fonética (ou não) de uma determinada unidade gramatical: “We see then that is the specific characteristic of functional elements that they are not necessarily PF-interpretable (...) Variation in PF-interpretability leads to cross-linguistic variation which functional categories are overtly realized” (Roberts e Roussou 2002:24). Em Português Europeu, por exemplo, *l'* é realizado foneticamente em contextos em que não é realizado noutras línguas, como por exemplo o inglês, conduzindo à variação do sujeito nulo.

Para que a GU possa ser activada, a criança tem de estar exposta a um determinado ambiente linguístico (“triggering experience”) para que desenvolva uma gramática (Lightfoot 1999: 64). A gramática é tida como uma entidade mental, biológica, que se encontra na mente dos falantes (Língua-I) e que vai amadurecendo face às experiências desencadeadoras. A gramática é então o conhecimento interiorizado que cada falante possui, muitas vezes inconsciente, sobre a língua a que foi exposto (Lightfoot 1999). A fixação do valor do parâmetro ocorre na fase da aquisição da linguagem. Um dos argumentos mais reiterados na literatura generativa para suportar a teoria da capacidade inata para a linguagem é o da pobreza do estímulo (Lightfoot 1999). A criança desenvolve uma gramática interior de acordo com a informação linguística que absorve, mas esta informação é insuficiente para justificar o conhecimento gramatical que a criança tem. Sabe-se que o discurso do adulto nem sempre é fluído, contém hesitações, pausas, e muitas vezes a figura maternal ou parental utiliza um determinado tipo de discurso, mais ‘infantilizado’, para comunicar com a criança. Além disso, um adulto não produz todas as frases possíveis numa língua, e uma criança é capaz de produzir uma frase que não nunca ouviu (Lightfoot 1999: 49).

Na teoria da gramática, a mudança é despoletada por um determinado contexto linguístico em que a criança recebe dados linguísticos diferentes dos da geração anterior, ou seja, uma criança ao estar exposta a usos diferentes da língua (Língua – E) pela geração anterior pode sofrer mudanças na sua Língua – I. A mudança na gramática sucede quando há uma alteração no valor do parâmetro. Neste sentido, a mudança

paramétrica é o principal mecanismo explanatório de mudança sintáctica e resulta de um acumular de sucessivas reanálises (Roberts 2007, Lightfoot 1999), provocando a extinção de uma determinada estrutura na gramática. De acordo com Lightfoot (1999), as inovações dos adultos, que podem ser estimuladas por vários factores extra-linguísticos como o contacto entre línguas e movimentos demográficos, ou ainda, por diferentes usos da língua ou por influências sociais (Lightfoot 1999, 2006), não têm necessariamente de constituir uma mudança na gramática. Podem ser apenas inovações no discurso do adulto, sem alterar a gramática interna, biológica. Todavia, essas inovações revelam mudanças nos dados primários que são transmitidos às crianças na fase de aquisição, potenciando assim a emergência de novas gramáticas (Lightfoot 2006).

Neste quadro teórico, alguns estudiosos também defendem que o conceito de abdução é relevante (Roberts 2007). Abdução é um termo da lógica aristotélica dos silogismos em que a premissa maior é correcta e a menor é menos provável, o que compromete a autenticidade de uma conclusão. Neste sentido, o raciocínio abduutivo pode envolver um erro. Quando uma criança se encontra exposta a uma gramática particular, pode realizar um erro de abdução estimulando a mudança (Roberts 2007: 124). As gramáticas são transmitidas às novas gerações através das frases produzidas pelos falantes, através de *corpora*, e isso pode dar lugar a juízos abdutivos. A reanálise, de acordo com alguns generativistas, é provocada por “mismatches”, ou seja, a mudança é provocada por “desajustes” linguísticos entre a gramática de *output* e a gramática de *input* (Roberts 2007: 125). Segundo Roberts (2007), esta visão tem sido defendida por vários linguistas, nomeadamente Kroch (2001), que defende precisamente que a mudança linguística assenta numa falha na transmissão, através do tempo, de propriedades linguísticas: “language change is by definition a failure in the transmission across time of linguistic features” (Kroch 2001: 699). Ainda seguindo Roberts (2007: 140), o juízo abduutivo não é incongruente com o conceito de pobreza do estímulo, pois a reanálise abdutiva parece estar sujeita a padrões sintácticos de mudança muito restritos, actuando apenas sobre as categorias funcionais e sobre as operações sintácticas de Movimento (*Move*) e Concordância (*Agree*) (Roberts 2007: 140).

No âmbito da teoria generativa sobre esta matéria, importa também saber distinguir mudança na gramática e mudança na língua. A mudança gramatical é sempre abrupta, embora a mudança na língua seja sempre gradual e demorada (Lightfoot 1999). Ou seja, por um lado, a mudança na gramática é um acontecimento abrupto que cria ruptura com a gramática anterior, mas, por outro lado, a mudança na língua é progressiva. Ou seja, o

reflexo de uma mudança gramatical concretiza-se na língua só de um modo gradual. Neste sentido, encontra-se nos textos escritos, os quais constituem a matéria-prima por excelência para quem analisa estádios históricos da língua, variação de dados. De acordo com Kroch (1989:3), o aparecimento em fontes escritas de novas estruturas é um aparecimento lento devido a factores sociais, como o da influência de um dialecto sobre outro, ou devido ao carácter conservador da língua escrita. Além disso, os falantes, no decorrer da sua vida, mudam o tipo de discurso, ou então mudam, de acordo com as circunstâncias, para um sistema gramatical diferente (Kroch 1989, Lightfoot 1999). Todavia, estas alterações apenas reflectem usos discursivos específicos e não espelham uma alteração na gramática (Kroch 1989, Lightfoot 1999). Kroch (1989) observa que a variação nos documentos está subjacente a determinados critérios que extrapolam os princípios da gramática: “ (...) variation often reflects choices that are not categorically determined by linguistic principles at any level but instead are only probabilistically influenced by features of context and situation” (Kroch 1989:3). Deste modo, na documentação escrita que apresente variação, o investigador depara-se com uma estrutura antiga ao lado de uma estrutura nova. Kroch (1994) denominou este sistema de convivência de formas como “Competição de Gramáticas”: uma velha estrutura convive com uma nova estrutura até que a antiga construção é totalmente erradicada, deixando de ocorrer na língua e consequentemente nos textos.

Resumindo, para a teoria generativa a mudança está intimamente associada ao processo de aquisição da linguagem. A criança desenvolve a GU estando exposta a experiências linguísticas, o que faz com que a gramática mental cresça e se fixem os valores dos parâmetros de acordo com os dados primários. Se uma criança se encontra exposta a um ambiente linguístico diferente, novo, em relação à geração anterior, então irá reajustar o valor de um determinado parâmetro, criando assim uma nova gramática. Os novos dados a que as crianças estão expostas resultam de inovações linguísticas, de usos sociais específicos da língua, e todos estes factores entram no processo complexo da génese de uma nova gramática. Todavia, no quadro generativo o mecanismo capaz de dar conta da mudança gramatical é a mudança paramétrica.

3. As Construções 'Locativas'

3.1. Verbos existenciais, possessivos e copulativos: semelhanças

As várias línguas do mundo parecem exibir semelhanças comportamentais nas frases locativas, copulativas, existenciais e possessivas. E, neste sentido, têm sido realizados vários estudos, sob diferentes perspectivas, para evidenciar essas semelhanças: Lyons (1968), Clark (1978), Benveniste (1988) e Freeze (1992) são alguns dos linguistas que realizaram investigações sobre as semelhanças entre este tipo de frases, com base na observação de várias línguas. Estudos mais recentes sobre os verbos presentes nestas várias construções retomam a ideia de que existem muitas afinidades entre os verbos possessivos, existenciais e locativos. É o caso dos estudos realizados por Avelar (2004, 2006) e por Callou e Avelar (2007), que trabalham no quadro teórico da Morfologia Distribuída de Marantz⁸. No trabalho desenvolvido por Callou e Avelar (2007) sobre a frequência de *ter* em contextos existenciais em Português Brasileiro, os autores defendem que o que estimula a mudança destes verbos são, precisamente, as propriedades comuns por eles partilhadas: “ (...) a existência de uma mesma estrutura subjacente para as construções possessivas, copulativas e existenciais” (Callou e Avelar 2007: 1).

Observando as várias construções em diversas línguas do mundo, tem sido possível determinar essas propriedades, o que permite uma análise unificada dos verbos em causa com base no pressuposto de que as construções existenciais, possessivas, locativas e copulativas assentam numa estrutura subjacente comum (Avelar 2004: 9). De acordo com Avelar (2004:9), os estudos generativistas, alicerçados na teoria de que existe uma gramática mental, têm procurado encontrar evidências para essa Gramática Universal nas propriedades comuns entre o verbo copulativo, existencial e possessivo.

As semelhanças entre estes verbos parecem indicar que as frases possessivas derivam de um estado e que as existenciais têm como padrão subjacente contextos de posse e copulativos (Avelar 2004:10). Além disso, as frases existenciais estão associadas a traços de indefinição e estabelecem uma relação entre um sujeito indefinido e um constituinte locativo (Lyons 1969: 390). As estruturas locativas criam uma relação de

⁸ Para detalhes técnicos sobre a teoria referida cf. Avelar (2004, 2006).

predicação entre um constituinte definido e um constituinte espaço-temporal. As frases possessivas dependem de uma língua conter um verbo possessivo ou não: se não existir no léxico tal unidade, a língua utiliza o verbo existencial ou copulativo (Avelar 2004: 9). Outro argumento a favor do tratamento unificado destes verbos é o de que várias línguas utilizam o mesmo verbo existencial para as frases possessivas e/ou copulativas (Avelar 2004: 13). Avelar (2004: 14) elenca algumas línguas com base no modo como utilizam estes verbos: o inglês utiliza o verbo *to be* para as estruturas existenciais e copulativas e o verbo *to have* para as estruturas possessivas; o francês emprega o verbo *avoir* para as possessivas e existenciais e o verbo *être* para as copulativas/estativas; o Português Brasileiro aplica o verbo *ter* nas frases existenciais e possessivas, *ser* nas copulativas de valor de estado permanente e *estar* nas de valor de estado transitório; o Português Europeu, juntamente com o Espanhol, é dos sistemas “menos económicos” pois têm quatro verbos para as diferentes estruturas: *haver/haber* para as frases existenciais, *ter/tener* para as possessivas e *ser* e *estar* para as copulativas. Num eixo totalmente oposto ao do Português Europeu e Espanhol, encontram-se o Russo e o Finlandês que possuem apenas um verbo para os quatro tipos de estrutura (Avelar 2004: 14).

Dentro da abordagem generativa, parece existir um consenso quanto a uma particularidade que une estes verbos: a de as frases existenciais, possessivas e locativas terem como base uma estrutura “locativa”. Uma construção locativa, semanticamente, é aquela em que um referente real é localizado num espaço físico ou no âmbito do possuidor (Lyons 1969). As várias construções locativas estão divididas pela gramática tradicional em “existenciais”, “possessivas” e “locativas”. Lyons (1968) é um dos autores que defende esta posição, ideia que será seguida por Clark (1978). Duarte (2003: 547), a propósito do Português, em relação aos verbos impessoais como os de existência e de aparição (*aparecer, brotar, surgir*), afirma que o que têm em comum é, precisamente, o constituinte locativo. Em Português, o PP Locativo pode ser preenchido pela preposição *em* (cf.1) ou pela preposição *de* (cf.2), exemplos retirados de Duarte (2003:547):

(1) Há flores *em* Sintra.

(2) Uma árvore brotou *do* chão.

Em superfície, o PP locativo pode surgir, nestas construções, antes do VP:

(3) Em Sintra há árvores.

(4) Do chão brotou uma árvore.

Hoekstra e Mulder (1990:29) analisaram as estruturas em que o PP surge anteposto ao verbo e defendem que estes verbos seleccionam uma SC como constituinte temático, que é constituída por um NP e por um PP formando relação predicativa. O PP move-se da sua posição inicial para o lugar de especificador de I e recebe caso Nominativo; ao receber caso Nominativo, consegue, por meio de transmissão, atribuir caso Nominativo ao sujeito, e licencia-o: “Our solution to this problem is to assume that Nominative Case is assigned to the PP in [SPEC, IP] position. The PP originates in the predicative part of a SC complement, and provides Nominative Case to its subject under head-spec agreement (...) from its base position”. Atente-se na estrutura proposta por estes autores para as construções locativas (Hoekstra e Mulder 1990:29):

(5) [_{IP} PP_i I [_{VP} V [_{SC} NP t_i]]]

Hoekstra e Mulder (1990:31) defendem que verbos que seleccionam uma SC como argumento, como acontece com os verbos ‘locativos’, sofrem um processo de inacusativização. Esta proposta é denominada na literatura como *Inversão Locativa* (Hoekstra e Mulder 1990:27).

Duarte (2003: 548) reitera a ideia de que as construções existenciais e de aparição seleccionam uma SC, e é por este motivo que o PP pode surgir numa posição pré-verbal. Ambar (1989), que trabalha o fenómeno *inversão sujeito-verbo* neste tipo de construções, propõe uma análise baseada na identificação ou verificação temática. A diferença, então, entre verbos existenciais e copulativos é a de que os primeiros precisam de ter um complemento (SC) de expressão locativa.

Benveniste (1988) defende igualmente a semelhança entre o verbo cópula e o verbo possessivo postulando que o verbo possessivo não é mais do que um *être-a* invertido; entende este autor que o verbo *ter*, à semelhança da cópula *ser*, é também um verbo de estado e que o que os distingue é que “*ter* predica uma relação extrínseca e *ser* uma relação intrínseca” (Benveniste 1988:218). Freeze (1992) postula que o verbo possessivo deriva da inserção de uma preposição junto ao verbo copulativo/existencial (Avelar 2004: 11). Também para este autor, o alicerce locativo é o que há de comum entre estes verbos. Kayne (1993, 1994) segue, de igual modo, esta linha de raciocínio e propõe que o verbo inglês *have* não é mais do que uma derivação de *be* no qual foi inserido uma preposição abstracta (Avelar 2004).

Avelar (2004, 2006) propõe que a estrutura subjacente às frases com *ter*, *ser* e *estar* assenta num mesmo predicador abstracto e que cada unidade só irá receber a sua matriz

morfológica e fonológica depois de a componente sintáctica estar completa já no processamento da Forma Lógica (Callou e Avelar 2007:7).

De acordo com Avelar (2004: 12), a base locativa comum às várias construções pode ser comprovada com estudos de aquisição da linguagem. Seguindo os estudos de Lemos (1987) as frases locativas são as primeiras a ser adquiridas, seguidas das predicativas e possessivas. Em relação às frases existenciais, as que têm um constituinte locativo também são adquiridas em primeiro lugar. Além disso, tal como observa Avelar (2004: 12), na história do Português as frases locativas, dominadas pelo verbo *seer*, foram as primeiras a deixar entrar o verbo *estar*, e as estruturas existenciais com constituinte locativo, também ocupadas pela cópula *seer*, foram dando espaço à entrada de *aver* (cf.3.2.1.).

Finalmente, outra propriedade que estes verbos apresentam, e que permite de igual modo analisá-los como um grupo unificado, é a de que os mesmos são verbos auxiliares nas construções perifrásticas “em praticamente todas as línguas” (Avelar 2004: 14). Esta visão é defendida por Benveniste, que não se surpreende por os verbos *ter* e *ser* serem verbos auxiliares perfeitos pois para o autor o perfeito expressa uma “noção de estado”. Segundo ele, o perfeito significa que o sujeito é “possuidor da realização” (Benveniste 1988: 219). Clark (1978) também apresenta um estudo sobre várias línguas do mundo e, com base nessa investigação, alega que os verbos que se encontram nestas estruturas serão verbos auxiliares em muitas línguas.

Resumindo, nesta secção foram apresentadas, a partir de diversas perspectivas, as propriedades comuns dos verbos que participam nas estruturas possessivas, existenciais, locativas e copulativas. As particularidades dos quatro padrões levam as várias línguas a usá-los de um modo muito similar, e a estrutura que parece estar subjacente às várias construções é a locativa. Para além de terem um comportamento análogo nas estruturas aqui em causa, estes verbos, em quase todas as línguas, integram o grupo de verbos auxiliares de construções perifrásticas. Na secção seguinte, irá ser explorado este aspecto pois é relevante para a descrição do objecto de estudo desta dissertação.

3.2. As construções ‘locativas’ e os verbos auxiliares

Como foi mencionado anteriormente, alguns autores, com base na análise de várias línguas, defendem que os verbos que participam nas construções locativas estão por detrás da evolução dos verbos auxiliares.

Clark (1978) defende, seguindo Lyons (1967, 1968, 1969) e Verhaar (1967), que estes três tipos de frases locativas estão intimamente relacionados porque as três construções são todas originalmente “locativas” (Clark 1978: 87). A autora identifica quatro tipos de construções locativas (Clark 1978: 87):

- (6) There is a book on the table : existencial;
- (7) The book is on the table: locativa;
- (8) Tom has a book: possessiva “have”;
- (9) The book is Tom's: possessiva “be”.

A partir de um estudo comparativo entre várias línguas, Clark (1978) afirma que existem muitas correlações entre os verbos que participam nas construções “locativas” e os auxiliares. Algumas das conclusões que retira da observação dos dados são as que aqui se parafraseiam (Clark 1978: 104):

- (i) Se o verbo da possessiva (“have”) e o verbo da existencial forem o mesmo, então esse verbo poderá ser auxiliar noutras construções;
- (ii) Se as línguas usam dois verbos diferentes para as construções existenciais, locativas e possessivas, então geralmente usam esses verbos como auxiliares noutras construções;
- (iii) Se uma língua tem apenas um verbo auxiliar, este é normalmente o mesmo que é utilizado nas construções existenciais. Se uma língua tem dois ou mais verbos auxiliares, um pode ser também verbo cópula, e pode ser usado nas construções locativas e possessivas de *be*.

O Português Europeu pode ser identificado como uma língua do tipo (iii) pois tem mais do que dois verbos auxiliares. O Português Europeu possui, entre outros (cf.2.3.1.), os seguintes verbos auxiliares - *ser*, *estar*, *ter* e *haver*. O verbo *ser*, para além de ser verbo auxiliar de frases passivas, também participa nas construções copulativas como cópula (cf.10), nas construções locativas (cf.11), e nas possessivas *be* (cf.12). Notem-se os seguintes exemplos, que ilustram o que em cima foi referido:

- (10) A Maria é bonita: verbo *ser* cópula.
- (11) Portugal é na Europa: verbo *ser* locativo.
- (12) O livro é meu: verbo *ser* possessivo.

Tendo em conta a descrição feita sobre as construções locativas, na secção seguinte irão ser apresentados os dados sobre o uso do verbo *ser* em Português medieval nestas construções.

3.2.1. As construções ‘locativas’ em Português Antigo: dados

Em latim, o verbo *esse* “existir” (cf.13) era locativo mas também verbo auxiliar de participios passados de verbos inacusativos em construções perfectivas. Outros verbos locativos em latim eram: *sedere* (“estar sentado”) (cf.14), *stare* (“estar de pé”) (cf.15), *habere* (“possuir”) (cf.16) e *tenere* (“segurar”) (cf.17):

(13) Romam fui (cf.Peral Ribeiro 1959:149)

(14) si mihi nin animo fixum immotumque sederet (Virgílio, *Eneida*)

(15) Hi stant ambo, non sedent (Plauto)

(16) in ea provincia pecunias magnas collocatas habent (Cícero)

(17) tenere scepra manu (Cícero)

Em Português medieval, ainda é possível encontrar o sentido primário destes verbos. Observem-se os exemplos retirados de Mattos e Silva (1989):

(18) En terra de Campanha foi hũũ homem muito honrado – *ser* com valor de “existir, haver”

(19) E seendo el-rei comendo com seu genro, veo Paulino aa mesa – *ser* com valor de “estar sentado”

(20) E estando os frades cantando ante ele e dando graças a Deus alçou ele muit’agũa a voz – *estar* com valor de ‘estar de pé’

(21) Cubas que el avia – *haver* com valor de “possuir”

(22) Teve-a pela mão – *ter* com valor de ‘segurar’

De uma das obras fundamentais para o entendimento do Português Antigo *Estruturas Trecentistas, Elementos para uma gramática do Português Arcaico*, de Rosa Virgínia Mattos e Silva, será retirada a descrição dos dados sobre as construções em causa no mesmo período da língua. Esta obra tem como *corpus* os *Diálogos de São Gregório* (Século XIV). Além disso, e ainda em relação aos dados, será analisado o artigo

artigo “Ser, *estar*, *jazer*, *andar* no português trecentista” também de Rosa Virgínia Mattos e Silva, e igualmente fundamentado a partir do *corpus* das *Estruturas Trecentistas*.

3.2.1.1. Estrutura existencial e de posse

Em Português Antigo (Mattos e Silva 1989:524), os verbos que participam na estrutura existencial são os seguintes: *aver* “existir”, *seer* “haver, existir”, *fazer*⁹ e *chover*¹⁰. Em termos formais, segundo a autora, a estrutura mais prevalente é: [NP_{sujeito} [VP existencial + NP_{atributivo}]]. Vejam-se alguns exemplos retirados das *Estruturas*:

(23) Non *avia* padres santos – *aver* com valor existencial;

(24) En terra de Sania *foi* hũa vila düü homen – *ser* com valor de “haver, existir”;

(25) E el non podia sair de casa pola gram tempestade que *fazia* – *fazer* com valor de ‘existir’.

De acordo com a autora, o verbo *fazer* era muito marcado, só utilizado para referir fenómenos atmosféricos, ao passo que os verbos *seer* e *aver* eram menos marcados semanticamente, e portanto os mais usados nestas estruturas. O verbo *seer*, na história do Português, deixou de ser utilizado na expressão da existência, passando a ser substituído pelos verbos *haver* e *existir*. Todavia, no *corpus* analisado pela autora não foi encontrado o verbo *existir*. Segundo Mattos e Silva (2008:14), é um verbo que também não surge documentado no glossário da *Crónica de D. Pedro* de Fernão Lopes, editada por Macchi (1996), nem na *Crónica Geral de Espanha* (versão galega) ou na *Crónica de Castela*, editada por Lorenzo (1977). Também não ocorre nenhuma entrada deste verbo no Dicionário de Verbos Medievais, disponibilizado *online* pela Universidade Nova de Lisboa¹¹; de igual modo, não surge também na *Crónica de D. Fernando*, documento pertencente ao *corpus* deste trabalho. Ou seja, nestes textos apenas surgem os verbos *seer* e *aver* para construções de existência, à excepção de *fazer* que apenas se associa a fenómenos meteorológicos. Estes dados levam a considerar que o verbo *existir* foi introduzido mais tarde no Português, com a função de exprimir o valor semântico de *existência* e, provavelmente, quando se documenta *existir*, já o verbo *ser* teria perdido a capacidade de expressar a existência. Em relação ao verbo *haver*, o seu desenvolvimento

⁹ Seguido de sintagmas nominais atributos que expressam fenómenos atmosféricos (Mattos e Silva 1989: 524).

¹⁰ Único verbo que expressa fenómenos atmosféricos que ocorre no *corpus* (Mattos e Silva 1989: 524).

¹¹ Cf.: <http://cipm.fcsh.unl.pt>.

traduz-se na perda do significado primitivo do verbo latino *habere* “possuir” (*in ea provincia pecunias magnas collocatas habent* – Cícero) e na extensão para o campo semântico de “existir”, que em latim era realizado pelo verbo *esse* (*adhuc sumus e omnium qui sunt, qui fuerunt, qui futuri sunt* – Cícero). O valor existencial de *esse*, em Português Europeu contemporâneo, só permanece em expressões cristalizadas, em contextos literários, como *era uma vez um rei*, como foi aliás referido na Introdução deste trabalho.

No que diz respeito às construções possessivas, o núcleo do predicado era ocupado pelos verbos *aver* e *teer*. No entanto, embora estes verbos pudessem comutar, o verbo *aver* era o mais utilizado. Aliás, Mattos e Silva sublinha que “É *aver*, depois de *seer*, o verbo mais frequente no corpus: ocorre 803 vezes e seus valores básicos são os expressos no predicado existencial e no possessivo” (Mattos e Silva, 1989: 588). Segundo a autora, o verbo *teer* surge 119 vezes documentado (Mattos e Silva, 1989:588). A estrutura das frases possessivas em Português Antigo é a seguinte (Mattos e Silva 1989:587):

[NP_{sujeito} [V + NP_{complemento}]]

A autora postula que a utilização destes dois verbos não é livre, e é restringida por factores semânticos. Assim, de acordo com a análise do *corpus*, Mattos e Silva (1989:588) estabelece que existem três tipos de predicados possessivos:

- (i) a posse como aquisição de bens materiais, de objectos exteriores ao possuidor (=AM);
- (ii) a posse como aquisição de bens ou qualidades imateriais, intrínsecos ao possuidor (bens ou qualidades morais, espirituais, intelectuais, afectivos, sociais) (=AI);
- (iii) a posse de qualidades inerentes ao possuidor, não adquiríveis (características ou estados físicos) (=QI).

O verbo *aver* é o mais usado nas estruturas de posse do tipo AI e QI (80%), sendo que só ocupa 20% das estruturas AM, i.e., não é o verbo por excelência das frases de posse de bens materiais. O verbo *teer* é o verbo por excelência das estruturas AM (82%), e *aver* ocupa apenas 20% destes predicados (Mattos e Silva 1989: 589). Atente-se nos exemplos retirados de Mattos e Silva (1989: 587) para cada tipo de construção possessiva:

(26) *An esperança en el* – construção de posse do tipo AI;

(27) *Idade que avia* – construção de posse do tipo QI;

(28) *Averemos* outra casa – construção de posse do tipo AM;

(29) Pera *teer* o vinho mais sãão – construção de posse do tipo AM.

Brocardo (2005) realizou um breve estudo sobre os usos dos verbos *aver* e *teer/ter* em Português Antigo recorrendo a textos do século XIV – *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* (LLC) e Documentos Notariais editados por Ana Maria Martins – e do século XV *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*. Nesse trabalho, que se afasta da análise oferecida por Mattos e Silva (1989, 1994) sobre as construções de posse, é defendido que *aver* e *ter*, em Português medieval, ocorriam não só como verbos plenos, mas também já como verbos leves, ou de suporte, e como tal formavam predicados complexos (Brocardo 2005: 98, 99). Um verbo leve é um verbo que sofreu um processo de esvaziamento lexical, em que o valor semântico se desloca para o NP (Duarte 2003:312). Todavia, o processo de esvaziamento lexical sofrido pelos verbos leves não é tão acentuado como o que atinge os verbos auxiliares, já que ainda mantém a sua estrutura argumental (Duarte 2003:312). Uma vez que Brocardo (2005) observa que existem estruturas em que os verbos *aver* e *ter* funcionam de facto como plenos, e outras em que funcionam como leves, não considera adequada a caracterização de todas as estruturas em que estes verbos participam como expressão de 'posse' (Brocardo 2005:99). Deste modo, a autora distingue estruturas com *aver* e *ter* como verbos leves, que 'podem exprimir eventos', e estruturas com estes verbos plenos que significam estados (Brocardo 2005:99). Em relação a estas estruturas, reconhecendo que nem todas podem receber claramente uma leitura de 'posse estrita' (cf. 30), pois algumas, por exemplo, veiculam 'posse temporária' (cf.31) e, reconhecendo que muitas línguas do mundo realizam a expressão de posse por meio de outros verbos, como por exemplo o inglês (cf.32), a autora insere *aver* e *ter*, enquanto verbos plenos, no grupo de verbos 'estativos locativos' (Brocardo 2005: 101). Observem-se os exemplos oferecidos pela autora, que ilustram o que foi descrito (Brocardo 2005:100):

(30) Eles têm uma casa em Sintra

(31) Para ir para a Faculdade, tens o metro/ o carro do teu pai

(32) He's 17 years old

Ao agrupar estes verbos como estativos locativos, oferece uma caracterização semântica mais abrangente, que dá conta da multiplicidade das estruturas que expressam 'posse' (Brocardo 2005: 101). Brocardo (2005:101), para a caracterização de *aver* e *ter* plenos, também assume a concepção da literatura, apresentada no capítulo 3 deste

trabalho, de que existe um constituinte Locativo abstracto comum às estruturas que elencam o grupo dos verbos estativos locativos, como o verbo existencial e copulativo. A autora assume, seguindo nisto a caracterização de Duarte e Brito 2003, que o sujeito na expressão de posse é ‘um Locativo em sentido abstracto’, e o argumento externo é o complemento directo que tem o papel temático de ‘Tema’ (Brocardo 2005:101). Posto isto, a autora classifica as várias construções de ‘posse’ que ocorriam em Português medieval de acordo com os seguintes padrões (Brocardo 2005: 103):

- (i) Posse estrita: e *auya* hũa casa ã Riba de pisorga que *auya* nome de uilla de sareç (séc.XIV, *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* -LLC)
- (ii) Posse perspectivada como transitória: A uera cruz ã teedes aqui (séc. XIV, LLC)
- (iii) Relação parte/todo (sujeito animado vs não animado): lançaua as maaos da barua que tijna muy longa e cãa (séc. XIV, LLC) ; E e feita d’asperooes chantãdos as astas no capo. e teẽ os esperoes feros de três quadras (séc. XIV, LLC)
- (iv) Relação de vários tipos entre indivíduos (familiar/social): casou ela cõ este Vaasco martijz monudo de que *auya* o filho a furto (séc.XIV, LLC); E esta dona Tereia Gil ouuea el Rei dõ afomso de leõ. e fez ã ela huũ filho (séc. XIV, LLC)
- (v) Relação de um indivíduo com diferentes tipos de parâmetros descritivos que o caracterizam: huũ filho que ouue nome dõ egas gomez (séc. XIV, LLC).

Para o primeiro padrão (i), os dados revelaram que ocorre apenas *aver* ; no padrão (ii), a posse transitória é sempre preenchida com *ter*; no que respeita o padrão (iii), não há a atestação nos Documentos Notariais (DN) destes verbos com esse valor (apenas no Livro de Linhagens do Conde D. Pedro), e a autora localizou apenas dois exemplos, um com *aver* e outro com *ter*, com sujeitos animados. Com sujeitos não animados, foi atestado um único exemplo, com *ter*; no tipo (iv), no subtipo familiar, nos exemplos registados por Brocardo, a ‘esmagadora maioria’ surge com *aver*, e no subtipo *social*, variam *ter* e *aver*. Finalmente, no último padrão (v), apenas surge *aver* (Brocardo 2005: 103).

Nos dados observados, a autora também encontrou estruturas com *aver* que classificou como ‘transitivas predicativas’ (cf. 33 e 34) e estruturas em que esses verbos funcionam como ‘estativos-epistémicos’ (cf.35) (Brocardo 2004: 111, 112):

(33)e a mea nobre caualaria que eu auia prouada ã muytas fazẽdas (séc.XIX, LLC)

(34)nas sobredictas Casas [...] e ãno sobredicto sobrado [...] e ãno sibredicto oliual que lhys Assy escambhados Auyã (séc. XIV, DN)

(35) *auedeuos por preso* (séc. XIV, LLC)

A propósito das estruturas transitivas predicativas, Brocardo (2005:111) ressalva que nos Documentos Notarias foram localizados exemplos em que *aver* se encontra no pretérito imperfeito, e sobre elas afirma: “(...) parece haver uma interpretação de tempo composto, apesar de existir sempre concordância do particípio passado.” (Brocardo 2005:111). Todavia, com *ter*, embora a concordância se verifique, Brocardo postula que não veiculam tempo composto (Brocardo 2005: 111).

No que concerne a *aver* e *ter* como verbos de suporte em Português Antigo, a autora defende que a substituição de *aver* por *ter* seguiu o avanço diacrónico de *ter* nos contextos de *aver*, quer nas estruturas de posse, quer nas estruturas de valor estativo-epistémico (Brocardo 2005: 113). Brocardo ressalva que a investigação sobre *ter* e *aver* enquanto verbos leves deve ser feita em comparação com o estudo sobre *aver* e *ter* como verbos plenos, e não tanto em comparação com o estudo desses verbos como auxiliares de tempo composto, uma vez que os verbos leves “mostram estabilidade ao longo de grandes períodos de tempo”, ao contrário do que acontece com os auxiliares, e o processo de esvaziamento lexical não parece ser o mesmo que sofrem os verbos auxiliares (Brocardo 2005: 113). Nos documentos do século XIV analisados pela autora, o verbo *aver* é o único que ocorre como leve (Brocardo 2005: 114). Este quadro, levou Brocardo (2005:115) a considerar que *ter*, no século XIV, não funcionava ainda como verbo leve ou de suporte, e que isto só se verificou quando *ter* generalizou o seu valor semântico. De acordo com os testemunhos textuais analisados pela autora, *ter* no século XV já surge como leve, e é também neste século que parece haver um ‘recuo de *aver* em favor de *ter*’ (Brocardo 2005: 116).

Em suma, Mattos e Silva e Brocardo apresentam uma caracterização distinta sobre as expressões de posse em Português medieval, no entanto, em ambos os estudos foi possível atestar que é *aver* o verbo mais comum, quer em construções de posse quer como verbo leve, embora no século XV já ocorram dados de *ter* como verbo leve.

3.2.1.2. Estrutura locativa e predicativa

Mattos e Silva (1987), no artigo “*Ser, estar, jazer, andar* no Português trecentista”, analisa estruturas de dois tipos com o verbo *ser*: o locativo e o predicativo. A autora decide debruçar-se sobre estas duas estruturas pois revelam uma “marcante diferença entre o português trecentista e o contemporâneo” (Mattos e Silva 1987: 31). Mattos e Silva (1987) encontrou no seu *corpus* 1648 ocorrências do verbo *seer* e apenas 238 ocorrências de

estar. O verbo *seer* apresenta tantas ocorrências assim porque abrangia não só o campo semântico de *estar*, mas também o de *aver* com valor existencial, de *aver* e *teer* com valor de posse e o de *tornar* e *ficar* (Mattos e Silva 1987: 33). Mattos e Silva (1987:33) adianta que o amplo campo semântico de actuação de *seer* poderá ter contribuído para a evolução de outros verbos para o âmbito de *seer*.

Nas estruturas locativas, de valor permanente ou transitório, o verbo copulativo podia ser *seer* ou *estar* (para além de *jazer* ou *andar*), e o complemento podia ser preenchido por um NP locativo (cf.36) ou por um PP (cf.37). Veja-se os seguintes exemplos (Mattos e Silva 1987:34):

(36) E pois foi manhã veeron os frades.

(37) Mosteiro que he no monte Seracutis.

Em (36) o V é preenchido pelo verbo *seer*, e o complemento por um NP locativo – *manhã*; em (37) o V é preenchido pelo mesmo verbo, e o complemento por um PP – *no monte Seracutis*. Nestas frases, o sujeito é localizado espacialmente, temporalmente ou nocionalmente, e em relação à localização espacial, a autora dividiu-a entre localização espacial absoluta e relativa. Observem-se os exemplos (Mattos e Silva 1987:34):

(38) E pois *foi* manhã veeron os frades – localização temporal;

(39) Ele *era* en seu sen¹² – localização nocional;

(40) Moesteiro que *he* no monte Seracutis – localização espacial absoluta;

(41) Homens que ora *son* en nosso tempo – localização espacial relativa.

As estruturas locativas mais comuns no *corpus* estudado pela autora são as da localização espacial relativa (254), e embora o verbo *seer* seja o mais frequente no conjunto do *corpus* - *Diálogos de São Gregório* -, o verbo *estar* é o mais utilizado para o tipo de estrutura (d) (135), seguido de *jazer* (57). Perante estes dados, a autora defende que o verbo *seer*, dos quatro verbos, é o menos marcado semanticamente, e que a sua frequência é equilibrada e generalizada já que está presente nos quatro tipos de frases; quanto ao verbo *estar*, é o mais marcado. Mattos e Silva (1994:77) observa que no século XIV o verbo *estar* é o mais comum para frases locativas de valor transitório, e que no século XV ocorre um acréscimo significativo de *estar* para esses contextos. Esta alteração

¹² “Senso”, “juízo” (Mattos e Silva 1987:34).

do uso de *seer* e *estar*, de acordo com a autora, permite concluir que o aumento do uso de *estar* para frases que expressam a transitoriedade se deu mais rapidamente em estruturas locativas do que em estruturas predicativas (Mattos e Silva 1994: 77). A autora aponta como uma das causas mais importantes para o uso de *estar* em contextos de valor transitório o valor semântico de *stare*, i.e., “estar de pé”, porque desde o latim que este verbo tem o traço [+ transitório], o que não acontece com o verbo *ser*; este último é, desde a sua génese, um verbo complexo por ser o resultado de duas raízes com valores distintos – *sedere* (“estar deitado”) [+ transitório] e *esse* (“ser, existência”) [+ permanente] (Mattos e Silva 1994:77).

Perante estas considerações, Mattos e Silva defende que o verbo *estar* no Português Antigo começa a perder o seu valor primitivo, embora ainda se registe este valor no século XIV, e começa a estender-se para o campo semântico de *seer*, avançando principalmente nas frases locativas de expressão espacial relativa (Mattos e Silva 1987: 36).

As estruturas de localização temporal são as menos frequentes, e em todas elas o verbo mais utilizado é *seer* (14); as estruturas nocionais são preenchidas pelos quatro verbos, mas mais uma vez o verbo *seer* é o mais recorrente (46), seguido de *estar* (14). Nestas últimas, é possível encontrar *estar* com o seu valor etimológico – Estando *en sa oraçon* – mas de igual modo se pode encontrar *estar*, que co-ocorre com *seer* e *andar*, em frases de valor idêntico ao das estruturas nocionais mas em que não preservou o valor original: *Ofício en que estou/ Ofício en que sōõ*. (Mattos e Silva 1987:37). Embora neste tipo de frases concorressem os quatro verbos, a autora ressalva que num enunciado cujo locativo indique posse (cf.42) ou origem (cf.43) só ocorre *seer*.

(42) Ele era de alto sangui

(43) Era da cidade de Tuderte

A autora também observa que frases do mesmo tipo que (cf.42) poderiam ser ocupadas com o verbo *aver* (Mattos e Silva 1987: 37). Observe-se o exemplo (cf.44) (Mattos e Silva 1989:594):

(44) *An* algũas enfermidades

Em relação às frases de localização espacial absoluta, o verbo *seer* é o mais abundante (53), seguido de *jazer*, *andar* e *estar*. Em frases de localização espacial absoluta de indicação geográfica, nunca ocorria *andar*, e os outros três verbos comutavam, ao passo que em frases de localização espacial absoluta de valor predicativo

permanente, co-ocorriam *seer*, *jazer* e *andar*, mas nunca *estar*. Todavia, Mattos e Silva afirma que os contextos em que surgia *jazer* são limitados – “o sujeito é sempre alma e o lugar onde jaz ou anda é o corpo, o inferno ou o paraíso” (Mattos e Silva 1987:38). Mas o verbo *seer* aparecia em contextos menos restritos: “semelhantes ou idênticos aos mencionados e em outros em que se aproxima de ser existencial ou de enunciados genéricos” (Mattos e Silva 1987:38).

Resumindo, nos três tipos de construções “locativas” – existencial, locativa e possessiva –, em Português Antigo, o verbo *seer* era o mais comum para os dois primeiros padrões de construção e o menos frequente para o último padrão que era ocupado principalmente pelos verbos *aver* e *teer*.

4. A perífrase Ser + Particípio Passado

Em Português Antigo, o verbo *ser* era auxiliar de tempo composto junto de participípios passados de verbos inacusativos, como *morrer*, *chegar*, *entrar*. Os verbos inacusativos ou ergativos são verbos que seleccionam apenas um argumento interno com a função sintáctica de sujeito (Duarte 2003:300). Este argumento interno, tal como acontece com o argumento interno dos verbos transitivos, pode participar em construções de participípio absoluto (cf.1); por sua vez, o participípio passado inacusativo pode ocorrer em construções predicativas e atributivas (cf.2), como acontece com as formas participiais dos verbos transitivos. Os inacusativos, contrariamente ao grupo dos verbos transitivos, não possibilitam a nominalização em *-or* (cf.3) (Duarte 2003:301). Atente-se nos exemplos retirados de Duarte (2003:301):

- (1) Chegado [o João] / [O João]_{su} chegou.
- (2) O rapaz [está desmaiado]_{pred} / [O rapaz desmaiado] é nosso amigo.
- (3) cair > *caidor

Os verbos inacusativos¹³ não atribuem Caso ao argumento interno que seleccionam nem papel temático à posição de sujeito (Duarte 2003: 509). Uma vez que os verbos inacusativos não atribuem papel temático ao argumento externo nem conseguem atribuir Caso ao seu argumento interno, a legitimação de uma frase pode ocorrer por meio de uma de duas estratégias: ou o NP interno se move para a posição de especificador de I (cf.4), ou o argumento interno não se move (cf.5), e neste caso recebe caso Nominativo por c-comando do núcleo de I' incorporado em V (Duarte 2003:512)

- (4) Os miúdos chegaram.
- (5) Chegaram os miúdos.

Ambar (1988), para a ordem V_Suj, não assume a alternativa de atribuição de caso por c-comando de I. Considera antes que nestas estruturas o verbo subiu para uma posição acima de IP (CP). Assume, por outro lado, que os verbos inacusativos têm em CP um Operador de Tempo (OT).

¹³ *Generalização de Burzio*: Um verbo atribui caso Acusativo ao seu objecto se e só se atribuir papel temático externo. (cf. Duarte 2003: 517)

Exposta esta breve caracterização das propriedades dos verbos inacusativos, nas secções seguintes deste capítulo será apresentada uma síntese da literatura sobre a estrutura *ser* + PtP inacusativo. Iniciar-se-á essa apresentação com uma sumária descrição de alguns estudos que abordam a questão da formação do tempo composto em Português.

4.1. O Tempo Composto em Português

4.1.1. Os tempos compostos: sincronia

Neste ponto, serão descritas, sucintamente, as propriedades temporais e aspectuais em sincronia do *Pretérito Perfeito Composto* (doravante PPC) e do *Pretérito Mais-que-Perfeito Composto* (doravante PMPC).

O PPC constrói-se com o verbo *ter* _[presente] + PtP e manifesta as seguintes propriedades aspectuais: (i) o valor aspectual do PPC é iterativo, ou seja, ao contrário do pretérito perfeito simples que expressa um valor perfectivo, o PPC recebe uma leitura iterativa (Amaral e Howe 2009, Cardoso e Pereira 2003); (ii) decorre desta propriedade a incompatibilidade do PPC com advérbios do tipo *uma vez* (cf.6); (iii) o PPC é de igual modo incompatível com predicados que expressem eventos que apenas se verifiquem uma vez, como os expressos pelos verbos *morrer* e *nascer* (cf.7), embora admita, com esse tipo de predicados, um sujeito plural pois veicula uma multiplicidade de eventos (cf.8) (Amaral e Howe 2009); (iv) o PPC admite apenas eventos de valor durativo ou não-télicos (cf.9) (Cardoso e Pereira 2003: 161); (v) para além de expressar a pluralidade de um evento, o PPC também manifesta a distribuição desse evento ao longo de um determinado intervalo de tempo: “(...) it is not enough to simply have a ‘plurality’ of events; these events must also be distributed along the time interval of which the predicate holds.” (Amaral e Howe 2009); (vi) quando a frase apresenta um verbo de estado, o valor aspectual pode receber duas leituras, iterativa ou durativa (cf.10) (Amaral e Howe 2009). A frase (10) tanto pode indicar que o *Pedro* tem estado doente mas que alterna com momentos em que esteve doente e outros em que esteve são, como pode expressar que num determinado período de tempo o *Pedro* tem estado ininterruptamente doente, até ao momento do discurso. Pelas características que apresenta em termos aspectuais, Cardoso e Pereira (2003) não concordam com a denominação de *Pretérito Perfeito Composto*, já que não exhibe nenhuma propriedade perfectiva, preferindo antes o termo *Pretérito-.Presente* (Cardoso e Pereira 2004: 162).

- (6) *A Ana tem chegado atrasada *uma vez.
- (7) *O animal tem nascido (morrído)
- (8) Muitos animais têm nascido nesta rua.
- (9) Ela tem morado no campo desde a doença do pai.
- (10) O Pedro tem estado doente.

No que respeita às propriedades temporais, o PPC é um tempo composto que tem de referir obrigatoriamente eventos que incluam o momento da enunciação (Amaral e Howe 2009, Cardoso e Pereira 2004). A este propósito, Amaral e Howe (2009), seguindo Campos (1986) e Cabredo-Hofherr *et al.* (2007), postulam que o PPC é restringido por duas fronteiras: (i) o PPC tem como limite direito de tempo o momento do discurso - 'First, the interval of evaluation for the PP must include utterance time as its right boundary'- (ii) o limite esquerdo do intervalo de tempo que marca o evento não pode ser muito próximo do momento da produção da frase. Esta restrição está associada com questões pragmáticas. Segundo Amaral e Howe (2009), a frase (cf.11) não obedece à propriedade (ii):

- (11) Desde sempre/#Desde ontem, tenho andado no mundo de cabeça levantada.

Mas a frase (12) já não levanta nenhuma contestação em termos pragmáticos:

- (12) A língua falada no Brasil tem evoluído muito desde que os portugueses ali chegaram no século XVI.

Em termos sintácticos, o complemento directo encontra-se à direita do particípio passado e não concorda nem em género nem em número com este.

O PPC português distancia-se do contexto dos pretéritos perfeitos compostos de outras línguas românicas, dada a sua natureza aspectual. Cardoso e Pereira (2003: 163), seguindo Colaço e Gonçalves (1995), afirmam que é possível dividir as línguas românicas em dois grupos: (i) o Italiano e o Francês por um lado; (ii) o Português, o Castelhana e o Romeno por outro. Nem o Italiano nem o Francês possuem uma construção resultativa do tipo *Tenho o livro lido*, ao passo que o Português, o Castelhana e o Romeno a possuem (Cardoso e Pereira 2003: 163). O Português, o Castelhana e o Romeno não manifestam concordância morfológica entre o particípio passado e o complemento directo, mas o Francês e o Italiano manifestam essa concordância quando o complemento directo é pronominalizado (Cardoso e Pereira 2003: 164). Em Castelhana, segundo Cardoso e Pereira (2003), a distinção entre o tempo composto e a frase resultativa é feita a partir da selecção do auxiliar, ao passo que em Português e Romeno, tal não acontece.

Finalmente, o Português Europeu tem como verbos auxiliares para os tempos compostos *ter* e *haver*, ao passo que as restantes línguas românicas, utilizam *haver* ou *ser*, sendo que no caso de línguas como o francês e o italiano ambos os auxiliares são utilizados para a formação de tempo composto.

Âmbar, em vários artigos anteriores (1992, 1996, 1998), também considera estas propriedades, além das de restrição sobre a determinação do objecto em comparação com o francês e o italiano.

Relativamente ao PMPC, ele é igualmente constituído pelo auxiliar *ter* [p. imperfeito] + PtP e, contrariamente ao PPC, não expressa a iteratividade de um evento. Por o PMPC não ter o mesmo valor aspectual, Cardoso e Pereira (2003) defendem que a natureza imperfectiva do PPC não se explica apenas pelo uso de *ter*, pois assim sendo o PMPC teria de partilhar a mesma propriedade. O PMPC é manifestamente um tempo composto de natureza aspectual perfectiva, uma vez que exhibe uma situação consequente (Oliveira 2003:141). Ou seja, o PMPC expressa um evento que ocorreu antes de outro, também passado, encontrando-se este, normalmente, no pretérito perfeito simples (Oliveira 2003). Considere-se o seguinte exemplo, de Oliveira (2003:141):

(13) Ele *tinha lido* o livro quando os amigos telefonaram.

De acordo com Oliveira (2003: 161), o PMPC é um tempo composto anafórico pois precisa de um ponto de referência para se poder localizar temporalmente; tipicamente, este ponto de referência é expresso pelo pretérito perfeito simples ou pelo pretérito imperfeito (Oliveira 2003:164):

(14) Ela *tinha estudado* Sintaxe e Semântica, pois *tinha* uma licenciatura em Linguística.

O PMPC admite advérbios de tempo que meçam e delimitem temporalmente. É também compatível com advérbios de frequência, mas apenas com predicados de evento ou ‘estados faseáveis’ (cf.15), pois não apresenta compatibilidade com predicados de estado ‘não faseáveis’ (cf.16) (Oliveira 2003: 163). Atente-se nos seguintes exemplos, retirados de Oliveira (2003: 164), que ilustram o que acima foi descrito:

(15) A Maria disse-me que *tinha feito* o jantar/ganho a corrida/ estado doente/trabalhado bem/tossido frequentemente.

(16) */?A Maria disse-me que *tinha tido* um BMW frequentemente.

Em suma, em termos aspectuais o PPC é caracterizado por expressar a iteratividade de um evento, além da sua duração. No que diz respeito às propriedades temporais, o PPC requer que o intervalo da avaliação ('interval of evaluation') inclua o momento do discurso como limite direito, e um período longo de tempo que manifeste a multiplicidade de eventos expressa pelo predicado. O PMPC, contrariamente ao PPC, é um tempo composto que se associa com o valor aspectual de perfectividade e que manifesta uma situação anterior a uma outra, também pretérita. Formam-se ambos com o auxiliar *ter*, embora o auxiliar no PPC se encontre no presente do indicativo e no PMPC se encontre no pretérito imperfeito do indicativo. O particípio passado não exhibe concordância morfológica com o complemento directo.

Na secção seguinte, irão ser descritos os tempos compostos do Português em diacronia.

4.1.2. Os tempos compostos: diacronia

Em Português Antigo, os verbos auxiliares dos tempos compostos eram *ser*, *ter* e *haver*. O primeiro auxiliar associava-se a verbos inacusativos e os últimos a verbos inergativos, embora, segundo Cardoso e Pereira (2003), Mattos e Silva (1997) tenha localizado num *corpus* do século XIII a ocorrência de *haver* como auxiliar de particípios passados ergativos. Os verbos *ter* e *haver*, pelo menos até ao século XVI, concorriam como auxiliares na forma perifrástica, até que *ter* se tornou o auxiliar dos tempos compostos por excelência, substituindo *haver* e *ser*. Said Ali (1957) e Mattoso Câmara Jr. (1956), de acordo com Mattos e Silva (1989:438), defendem que enquanto o particípio passado concordar com o complemento directo, a sequência de *ter/haver* + PtP não pode ser considerada tempo composto. Mattos e Silva (1989: 439), seguindo esta linha de pensamento, defende que apenas quando a concordância gramatical em género e número do particípio passado com o seu complemento deixa de ocorrer é que se pode entender, na história do Português, que se está perante um tempo composto, embora reconheça mais tarde (Mattos e Silva 1997), conforme salientam Cardoso e Pereira (2003:166), que no século XIII já se pode considerar a existência de tempos compostos. Segundo Wigger (2004) as ocorrências de *ter* e *haver* + PtP (inergativo) no século XIII e XIV eram praticamente as mesmas, e nos séculos XVII e XVIII *ter* já se tornara, indiscutivelmente, o auxiliar das construções de tempo composto (Amaral e Howe 2009).

No *corpus* das *Estruturas Trecentistas*, Mattos e Silva (1989) encontrou apenas 5 ocorrências de *aver* + PtP e 34 de *teer* com particípio passado, sendo que este particípio

é sempre de verbos que apresentam propriedades transitivas e concorda com o seu complemento directo. Segundo Mattos e Silva (1989:440), as construções de *teer/aver* + PtP apresentam muitas variações ao nível da ordem de palavras, o que constitui um outro argumento favorável à não apreciação destas construções como tempo composto. Atente-se em alguns exemplos retirados das *Estruturas Trecentistas* (Mattos e Silva 1989: 440):

(17) *Avia perdudo* todo aquele.

(18) *Teve cercada* aquela meesma cidade.

(19) Homen que *tevera* no aar legado o braço e *estendudo*.

Mattos e Silva (1989), após a observação dos dados, tece as seguintes conclusões, que aqui se parafraseiam:

- (i) o particípio exhibe sempre o traço transitivo e concorda em género e número com o seu complemento. Note-se que não existe nenhuma excepção no *corpus* respeitante à concordância: ‘Esta concordância no *corpus* é categórica’ (Mattos e Silva 1989:444);
- (ii) a estrutura *teer/aver/* + PtP apresenta variação na ordem dos seus constituintes mas é preferível o segmento *teer/aver* + PtP;
- (iii) os dois verbos são usados em variação embora se prefira *teer* ;
- (iv) a estrutura em causa não é ainda uma conjugação verbal composta.

Ainda em relação à observação de *corpora*, Amaral e Howe (2009), a partir de dados retirados do *corpus Thyco Brahe Parsed Corpus of Historical Portuguese (TBCHP)*, afirmam que no século XVI foram encontrados apenas 8 casos de *ter* + particípio passado de verbos estativos, na sua maioria verbos de cognição, mas no século XVIII já se encontram 105 frases com estes verbos. Com verbos inacusativos, do tipo *chegar*, os autores registam que não encontram nenhuma ocorrência com o auxiliar *ter*, antes do século XVI, o que não será surpreendente já que estes verbos eram auxiliados pelo verbo *ser*.

Cardoso e Pereira (2003) analisaram textos oficiais do século XIII (*Testamento de Afonso II, Notícia do Torto, Chancelaria de Afonso III, Foro Real de Afonso X, Foros de Garvão*) e os documentos notariais editados por Clarinda Maia (1986) e Ana Maria Martins (1994), e contestam a posição de Mattos e Silva (1989) sobre a não aceitação da existência de um tempo composto em Português Antigo. Para aquelas autoras, Mattos e

Silva fundamenta-se apenas em critérios morfo-sintáticos (concordância de particípio passado com o complemento e traços de transitividade do particípio) que, a serem seguidos, levariam a uma ocorrência diminuta de tempos compostos no *corpus* – ‘Se a análise de textos do século XIII que aqui se apresenta tivesse apenas por base critérios morfo-sintáticos, as ocorrências de tempo composto teriam muito pouca representatividade no *corpus*.’ (Cardoso e Pereira 2003: 166). Seguindo os critérios de Mattos e Silva, Cardoso e Pereira (2003:167) detectaram apenas cinco ocorrências de tempo composto. Com efeito, Cardoso e Pereira (2003: 167) não se limitaram aos critérios morfo-sintáticos, e entenderam que não existe nenhuma incompatibilidade entre tempo composto e construções resultativas, pois, na generalidade da literatura, entende-se que a construção resultativa está na origem das formas perifrásticas perfectivas. Para defender esta posição, Cardoso e Pereira (2003: 168) seguem Loporcaro (1998), que afirma precisamente que enquanto o particípio passado concorda com o complemento directo, a perífrase não está totalmente gramaticalizada, e quando deixa de ocorrer essa concordância, a perífrase já se encontra gramaticalizada. Suportando esta posição, encontram-se línguas como o Francês, que manifestam no tempo composto concordância com o pronome de complemento directo. Neste sentido, Cardoso e Pereira (2003: 168) defendem que não foi o aparecimento de um particípio passado sem variação que levou à mudança para tempo composto, mas que num período de transição o tempo composto poderia ou não concordar com o complemento nominal: ‘Numa perspectiva diacrónica, parece assim mais coerente assumir, não que é a emergência de um particípio passado invariante que leva à reinterpretação de uma estrutura enquanto tempo composto (...), mas que existiu um período de transição em que o tempo composto poderia ou não exibir um particípio invariável.’ (Cardoso e Pereira 2003: 168). Além disso, as autoras também concluem, com base em Naro e Lemle (1977), que a alteração semântica de tempo e aspecto antecede a mudança formal: ‘(...) é plausível que a mudança semântica, em termos de tempo e aspecto, tenha precedido a mudança de traços formais.’ (Cardoso e Pereira 2003:169).

A propósito dos dados encontrados no *corpus*, Cardoso e Pereira (2003) afirmam que o verbo *ter* é o preferível nas estruturas resultativas (cf.20) e expressa, na maioria dos casos, o valor de duratividade (Cardoso e Pereira 2003:170):

(20) das armas e doutras dezimas que eu tenio apartadas en tesouros per meu reino
(1214 TL)

As autoras ressalvam que estruturas como em (cf.21) podem receber a leitura de que o sujeito (sintático) é possuidor de algo num determinado estado, mas a análise dos outros dados revelou que o verbo *ter* marca aspectualmente a duração e que não precisa

de expressar obrigatoriamente posse (Cardoso e Pereira 2003:170). Observe-se o seguinte exemplo retirado de *corpus* analisado pelas autoras (Cardoso e Pereira 2003: 170):

(21) E se teendo a carta entrega morrer (1280? FR)

De acordo com a sua análise, a frase (cf.21) pode ser interpretada como ‘X entregou a carta’, de que resulta ‘a carta está entregue’ por oposição ‘X possui a carta num estado particular’ (Cardoso e Pereira 2003: 170). No artigo, conclui-se então que *ter* nas construções resultativas é um marcador de localização, mas que mantém o traço durativo (Cardoso e Pereira 2003: 170).¹⁴

No *corpus*, *haver* também aparece nas frases resultativas, mas em menor número. Nas construções de tempo composto, o verbo *haver* é o preferido, sendo que *ter* só surge duas vezes (Cardoso e Pereira 2003:171). O valor aspectual das perífrases com *haver* é o perfectivo, e surge na maioria dos exemplos no pretérito mais-que-perfeito. Cardoso e Pereira (2003:172) também encontraram nos dados o auxiliar *haver* no presente (cf.22) e no pretérito perfeito (cf.23). Em Português Europeu contemporâneo esse tipo de construções seria preenchido com o pretérito perfeito simples, dada a alteração aspectual sofrida no pretérito perfeito composto:

(22) E plus li a custado uosa aiuda (1214?NT)

(23) tornelhy a soldada dubrada daquel ano se a recebeo. E se não ouue recebuda de’lhy outro tão (1280?FR)

As autoras sugerem que o facto de o auxiliar se encontrar no presente está relacionado com o momento de enunciação, e que quando surge no pretérito perfeito simples, remete para uma ocasião anterior ao momento do discurso (Cardoso e Pereira 2003:174).

Perante o resultado da globalidade dos dados, Cardoso e Pereira (2003:174) consideram que em Português Antigo as perífrases com *aver* + PtP exprimiam um valor perfectivo pois em todas as construções estudadas pelas autoras o tempo composto

¹⁴ Sobre Tempo e Aspecto nestas construções ver Peres, J. (1993) , “Towards an Integrated View of the Expression of Time in Portuguese” in *Cadernos de Semântica* 14, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 50 pp.

aver+PtP possui esse valor aspectual. Sugerem ainda que o estudo do tempo composto em Português deverá assentar em critérios semânticos como tempo e aspecto. Apoiando-se nestes critérios, as autoras concluíram que as construções com *ter*, na maioria resultativas, veiculam um aspecto imperfeito, dada a natureza durativa do verbo *ter* (Cardoso e Pereira 2003:176). Finalmente, as autoras avançam com a hipótese de que a mudança aspectual do pretérito perfeito composto ou Pretérito – Presente está na natureza aspectual de *ter*.

Amaral e Howe (2009) aproximam-se na sua análise de Cardoso e Pereira (2003). Aqueles autores defendem que a mudança na história do Português do PPC reside na ambiguidade sintáctico-semântica; critérios apenas sintácticos, como a ordem de palavras, não serão assim suficientes para o estudo em diacronia de perífrases perfectivas.

Como foi mencionado anteriormente, é a construção resultativa, do tipo (cf.24) que se julga estar na origem das formas perifrásticas dos tempos compostos nos diversos romances (Amaral e Howe 2009, Cardoso e Pereira 2003):

(24) *habeo epistulam scriptam*

‘posso/tenho a carta escrita’

Este tipo de construção encontra-se em latim no período pré-clássico e, segundo Amaral e Howe (2009) apresentava as seguintes características, que aqui se parafraseiam:

- (i) *habere* é um verbo pleno que expressa posse;
- (ii) o particípio *scriptam*, funciona como um adjectivo e tem função predicativa, modificando o complemento directo;
- (iii) o sujeito não tem obrigatoriamente o papel temático de agente atribuído por *escrita*, i.e., pode ter sido ,ou não, o falante a escrever a carta;
- (iv) este tipo de construção só ocorre com verbos télicos.

Este tipo de construção resultativa (cf.24), que expressa um evento consequente de um acontecimento anterior (Cardoso e Pereira 2003), ainda persiste em Português. Vejam-se as diferenças entre uma construção resultativa (cf.25) e outra iterativa (cf.26) (Howe e Amaral 2009):

(25) *Tenho a porta fechada.*

(26) *Tenho fechado a porta.*

No exemplo (cf.25), a estrutura linear é [aux NP Adj], em que o adjectivo *fechada* concorda em género e número com o NP *a porta*. Já em (cf.26) a ordem linear é [aux PtP NP] e não existe concordância entre o NP *a porta* com o particípio passado.

Após a análise de dados do século XVI, Amaral e Howe (2009) encontraram os seguintes padrões de construções perifrásticas com *ter* + PtP:

- (i) Padrão estruturalmente resultativo;
- (ii) Padrão estruturalmente perfeito. Neste padrão não existe concordância entre o NP complemento e o particípio;
- (iii) Padrão estruturalmente ambíguo: o PtP encontra-se no masculino singular, bem como o NP complemento.

Vejam-se os seguintes exemplos de cada padrão, retirados de Amaral e Howe (2009):

(27) Vejo que *temos* a carta *cerrada, selada* e com sobre escrito (TBCHP séc. XVI) = padrão estruturalmente resultativo

(28) os Padres da Companhia de Jesus, que nelas *tem tão dilatada* a fé de Cristo (TBCHP séc. XVI) = padrão estruturalmente resultativo.

Embora o nome *fé* ocorra depois do adjectivo modificado *tão dilatada*, não restringe o aspecto resultativo da construção, o que para Amaral e Howe (2009) corrobora a ideia de que a ordem de palavras não é um critério fiável para analisar estas construções.

(29) e pela amizade que *tenho amostrado* a el Rey de França (TBCHP séc. XVI)= padrão estruturalmente perfeito.

Em (cf.29) não existe concordância entre o NP *amizade* e o particípio passado *amostrado*.

(30) e o nome deste soldado também *o tempo tem gastado*, como o tem a outras muitas cousas bem dignas de memória (TBCHP séc. XVI)= padrão estruturalmente ambíguo.

De acordo com Amaral e Howe (2009), a frase (cf.30) é ambígua pois o particípio concorda com o NP *tempo*, mas não é possível determinar se é uma construção resultativa ou iterativa. São precisamente construções deste tipo, segundo Howe e Amaral (2009), que deram origem ao PPC em Português. Ou seja, estas frases são ambíguas do

ponto de vista sintáctico uma vez que exibem concordância entre o NP complemento e particípio passado, e são ambíguas semanticamente por o aspecto que denotam tanto poder ser resultativo como iterativo. Relembre-se que os contextos ambíguos são os ideais para a ocorrência de uma reanálise. O que Amaral e Howe (2009) propõem é que a pluralidade de eventos veiculada pelo predicado esteja relacionada com uma multiplicidade semântica que o complemento do verbo induz: ‘The driving assumption of our proposal is that the ambiguity arises VP-internally, i.e., plurality in the verbal domain is triggered by semantic plurality in the internal argument of the verb (...)’. (Amaral e Howe 2009). Esta pluralidade semântica é compelida por NP’s complemento do verbo preenchidos por pronomes indefinidos, por nomes massivos ou por quantificadores (cf.31). Esta semântica do NP levou a uma mudança no valor aspectual do PPC.

(31) *tenho provido cada hospital* de seu físico, que são os abades, retores, vigários e curas (TBCHP, Século XVI).

Neste sentido, para Amaral e Howe (2009) foram as propriedades nominais que se encontram no complemento directo que tiveram um papel na reinterpretação semântica que o PPC sofreu em diacronia (Amaral e Howe 2009). Assim, neste recente trabalho, Amaral e Howe (2009) assumem que a estrutura resultativa, na história do Português, sofreu uma mudança semântica que fez com que os falantes utilizassem a perífrase *ter* [presente] + PtP para expressar eventos iterativos, e esta mudança terá acontecido em virtude de uma transferência do valor de pluralidade do constituinte nominal para o predicado.

Em suma, nesta secção foi descrita, de acordo com alguns estudos, a evolução dos tempos compostos em Português com os verbos auxiliares *ter* e *haver*. Não existe um consenso relativamente ao período da história da língua portuguesa em que ocorreu a emergência do tempo composto, isto porque alguns linguistas (Said Ali 1957, Mattoso Câmara Jr.1956, *et al.*) não consideram que exista uma perífrase verbal enquanto o particípio passado concordar com o seu complemento, enquanto outros (Ribeiro 1996, Cardoso e Pereira 2003, Amaral e Howe 2009) defendem que o tempo composto já existe desde o período antigo da língua. As diferentes perspectivas são o resultado de diferentes abordagens do fenómeno, uma vez que alguns estudos (Mattos e Silva 1989) se baseiam em critérios morfo-sintácticos, nomeadamente a questão da concordância e ordem de palavras, outros estudos (Cardoso e Pereira 2003) fundamentam-se em juízos semânticos, como tempo e aspecto, e outros ainda, em critérios sintáctico-semânticos (Amaral e Howe 2009). Em todo o caso, os estudos que assumem a existência de um

tempo composto em Português Antigo são consensuais na ideia de que esse tempo tem o valor perfectivo. No que respeita às causas da mudança aspectual do PPC, Amaral e Howe (2009) defendem que certas estruturas que são ambíguas do ponto de vista sintáctico-semântico levaram à mudança aspectual do PPC, e Cardoso e Pereira (2003) defendem que o traço de duração do verbo *ter* está nos alicerces da mutação aspectual do PPC. Embora o PPC em Português tivesse deixado de expressar a perfectividade de um evento, o PMPC manteve a sua expressividade aspectual.

Posto o que acima foi apresentado, nas secções seguintes passar-se-á a alguns estudos sobre a sequência *ser* + PtP inacusativo em Português Antigo.

4.2. A Tradição Gramatical

Em relação à construção perifrástica de *ser* + PtP de verbos inacusativos (na gramática tradicional denominados “intransitivos”), muitos estudiosos entendem-na como um remanescente dos tempos compostos do latim de verbos depoentes (Said Ali [1931] 1971:159, Silva Dias [1918] 1970: 250). M. Said Ali afirma que, nas construções com o verbo auxiliar *ser* + PtP, o particípio está associado ao sujeito e não ao complemento: “O mesmo papel de auxiliar cabe também ao verbo *ser* (...) devendo-se contudo entender que o particípio passado nestas combinações resulta de um anexo referido, não ao objecto, mas ao sujeito da oração” (Said Ali 1971: 160). Um dos exemplos a que Said Ali recorre para ilustrar essas combinações é *Lopo Soares era chegado* (Barros, Déc. 1, 10, 2) (Said Ali 1971:160) O gramático parece sugerir que esta construção perifrástica tem valor perfectivo porque de seguida afirma que “Da junção de *ser* com o particípio de verbo intransitivo resultam (...) dizeres de sentido similar a *ter chegado*, *ter falecido*, *ter corrido*, *ter nascido*, *ter vindo*, etc., cujo uso prevalece no falar hodierno” (Said Ali 1971: 160). Epiphanyo da Silva Dias também acompanha M. Said Ali nesta posição, i.e., defende que o verbo *ser* junto de particípios passados de verbos intransitivos tem expressão perfectiva: “um acto consumado (...): *somos chegados*, correspondente a *chegámos*” (Silva Dias 1970: 250). Deste modo, Silva Dias (1970:250) faz a seguinte correspondência:

- (i) *Ser* [presente] + PtP = pretérito perfeito;
- (ii) *Ser* [imperfeito] + PtP = pretérito mais-que-perfeito;
- (iii) *Ser* [perfeito] + PtP = pretérito perfeito;
- (iv) *Ser* [futuro imperfeito] + PtP = futuro perfeito.

Muitas décadas antes, Jerónimo Soares Barbosa ([1822] 1881), na *Gramática Filosófica da Língua Portuguesa*, defendeu que os verbos auxiliares ajudam o verbo substantivo (*ser*) a veicular informação aspectual (Soares Barbosa 1881: 133). Para este gramático, os verbos auxiliares eram *haver*, *estar* e *ter* (Soares Barbosa 1881: 134). O autor não aceitava que o verbo *ser* pudesse ser considerado um auxiliar, nem mesmo nas construções passivas, pois nessas construções continuava a exprimir a existência: “N’estas duas orações, eu sou amado, e eu amo (...) o verbo sou afirma do mesmo modo na primeira a coexistência em mim do amor (...). Isto é claro. Não é pois auxiliar, mas um verbo substantivo, único (...)” (Soares Barbosa 1881:135). No entanto, embora não admitisse a denominação de *ser* como verbo auxiliar, Soares Barbosa observava que existem certos participípios, que designava por “participípios de significação neutra”, que se juntavam “melhor” ao verbo *ser* do que ao verbo *haver*, e oferecia vários exemplos, entre os quais um do Padre António Vieira: *Ainda não era vinda a hora do sol* (*Sermão*, tomo I, col. 277) (Soares Barbosa 1881: 207). Acrescentava, posteriormente, que exemplos como este podem ser glosados mudando o verbo auxiliar *ser* para o verbo auxiliar *ter*: “Nos quaes exemplos, e em infinitos outros, é para notar, como os verbos, parecendo de voz passiva, tem todos significação activa, e tanto valem como se, para ella mudados, se dissesse no primeiro exemplo: que tinham carecido, ou que careceram; no segundo que tenham succedido ou succederam (...)” (Soares Barbosa 1881: 207).

Em suma, a gramática tradicional parece admitir que a construção aqui em causa é um remanescente dos tempos depoentes latinos e reconhece neste tempo composto uma interpretação activa de valor perfectivo.

4.3. Verbo Ser como auxiliar: estruturas ‘locativas’ e tempo composto

Ribeiro (1996) analisa a evolução dos verbos *ter*, *haver* e *ser* na formação dos tempos compostos em Português à luz de um fenómeno de reanálise diacrónica que levou à gramaticalização desses verbos. A autora retoma a posição de Clark (1978) defendendo a relação existente entre estruturas “locativas” e verbos auxiliares.

Assim, a partir de dados do século XIII até ao século XVI, muitos deles retirados das *Estruturas Trecentistas* (1989) de Mattos e Silva, a autora analisa as frases “locativas” e “o desenvolvimento das estruturas *seer/aver/teer* +PtP + NP complemento”, pretendendo demonstrar que as propriedades desses verbos ‘locativos’ estão intimamente relacionadas com os traços de transitividade do participípio passado a que se juntam (Ribeiro 1996: 351).

Como foi descrito na secção 3.2.1., em Português Antigo, o verbo *seer* ocorria nas construções existenciais a par do verbo *aver*, e surgia em construções locativas em variação com o verbo *estar*, mas não surgia em frases do tipo possessivo “have” (cf.3.2.)

Perante as conclusões de Clark (cf. 3.2.) sobre o uso dos verbos nas estruturas “locativas” e a sua relação com os verbos auxiliares, Ribeiro coloca as seguintes questões teóricas, que sumariamos (Ribeiro 1996: 355):

- (i) O verbo *seer* ocorre em frases existenciais mas não em frases possessivas “have”. Quais as relações lexicais e estruturais entre estes dois tipos de frases?
- (ii) Segundo Clark (1978), o verbo *aver*, que ocorre nas frases existenciais e possessivas “have”, pode ser auxiliar em outras estruturas. Na forma composta *aver* + PtP o verbo *aver* é auxiliar? Que relação existe entre verbo existencial e auxiliar?
- (iii) Os verbos que participam em construções existenciais – *seer* e *aver* – e em frases possessivas – *teer* e *aver* – são verbos auxiliares em construções de PtP?

Para este trabalho terão particular interesse as questões levantadas sobre o verbo *seer* na construção perifrástica com particípio passado.

Ribeiro (1996) inicia a sua análise sintáctica para responder às questões acima, partindo de uma descrição sintáctica das frases “locativas”. À luz da teoria de Guéron (1986) e de Kato e Nascimento (1990), e à luz de quase todo o quadro generativista¹⁵, Ribeiro (1996:356) assume a hipótese trazida para a literatura segundo a qual os verbos presentes nas construções locativas são verbos que seleccionam uma oração pequena (SC) e que não atribuem papel temático ao argumento externo, nem Caso ao argumento interno. Ou seja, os verbos presentes nas construções locativas são verbos de tipo inacusativo. Duarte (2003:542) corrobora esta posição, a propósito do verbo copulativo, afirmando que este se pode encaixar na lista de verbos inacusativos pois o complemento que selecciona tem como papel temático Tema e não selecciona papel temático para o argumento externo, não permitindo licenciar o caso Acusativo ao seu complemento.

Para além de assumir que os verbos presentes nas construções ‘locativas’ são inacusativos, Ribeiro (1996:357) afirma que a estrutura sintáctica das frases existenciais, possessivas e perifrásticas é a mesma, seguindo ainda nisto Guéron (1986). Deste modo,

¹⁵ Cf. Duarte 2003:548

os NP que se encontram na posição de sujeito são gerados dentro da SC e movem-se para receber caso Nominativo (Ribeiro 1996: 361).

Segundo Ribeiro (1996:357), a SC seleccionada por estes verbos tem apenas valor aspectual, que denota um estado, e não são considerados verbos plenos, mas sim auxiliares verbais pois não atribuem papel temático de Agente, Tema ou Origem. Observe-se o exemplo retirado de (Ribeiro 1996: 358):

(32) en tempo de rei Totilo foi huu homem muito honrado.

A estrutura para a frase em (1) é a seguinte:

(33)[_I en tempo de rei Totilo _{PP} _i [_{VP} vfoi[SC huu homem muito honrado _{NP} ~~en tempo de rei Totilo~~ _i]]]

Segundo Ribeiro (1996:357), o PP é um operador Locativo que “licencia o predicado estrutural”, no entanto, o papel temático Locativo para além de ser um papel secundário, “não conta como argumento lexical do verbo” (Ribeiro 1996: 358).

Ribeiro (1996) propõe que os verbos presentes nas frases locativas tenham uma única estrutura sintáctica, e que, por não atribuírem papel temático à SC que seleccionam, são já verbos auxiliares. Ou seja, os verbos nas estruturas ‘locativas’ apresentam a particularidade de poderem ou não atribuir papel temático, e, como tal, podem ser analisados como verbos auxiliares. O verbo *seer*, segundo a autora, “é um auxiliar verbal nas construções existenciais e locativas” (Ribeiro 1996: 361). A relação estrutural que se pode estabelecer entre os verbos “locativos” e os verbos dos tempos compostos perfectivos baseia-se na Teoria Temática: “eles se caracterizam como verbos auxiliares, não atribuidores de papel temático” (Ribeiro 1996: 361). Isto é, segundo a autora, um verbo auxiliar em Português parece estar associado ao traço Locativo (Ribeiro 1996: 376).

4.4. A perífrase *ser* + participípio passado: uma hipótese de mudança

Em Português Antigo, a construção perifrástica de *ser* + PtP ocorria com verbos ergativos ou inacusativos, nomeadamente *nascer*, *morrer*, *partir*, *chegar* (Mattos e Silva 1989: 444). Estas construções tinham valor activo e indicavam um evento perfectivo (Mattos e Silva 1989, 1994, 2008; Silva Dias 1970; Said Ali 1971). Esta perífrase deu lugar, em Português, a uma outra, agora construída com os auxiliares *ter* e *haver*. Mattos e Silva regista que a perífrase *ser* + PtP permaneceu na língua “pelo menos” até ao século XVI (Mattos e Silva 1994: 62), mas Ribeiro (1996) já tem menos certezas quanto à

cronologia desta mudança. Por sua vez, Posner (1996) adianta o início da Idade Moderna como o período da língua em que a construção de *ser* + PtP de inacusativos deixou de ocorrer. A mudança começou a desenhar-se a partir do século XV porque, segundo Ribeiro (1996), verbos que costumavam ser acompanhados pelo auxiliar *seer* passam a co-ocorrer com *teer* e *aver* (Ribeiro 1996: 375). Atente-se em dois exemplos oferecidos pela autora:

(34) onde o Prior com seus irmãos *aviam* estomçe *chegado* (CDJII, Cap. XXXIII).

(35) que ja *era partido* caminho de Samtarem (CDJI, 383 A.D.).

Esta construção perifrástica já existia em Latim Clássico e tinha dois valores: o valor passivo e o valor perfectivo (Vincent 1982: 86). Vincent (1982) observa que o verbo *esse* era auxiliar perfectivo junto de verbos depoentes de movimento, de localização e posição e de mudança de estado. De acordo com Vincent (1982), estes verbos têm sintacticamente e semanticamente uma semelhança: são verbos de um lugar, i.e., seleccionam um sujeito que recebe o caso “Neutro” (Vincent 1982: 86). Aliás, Vincent (1982) defende que a selecção do auxiliar *habere* ou *esse* está intimamente relacionada com a estrutura argumental do verbo. Isto é, para o autor, os verbos que seleccionam um sujeito Neutro, como os de movimento, posição e localização, escolhem *esse* como auxiliar, e os verbos que seleccionam um sujeito Agente têm *habere* como auxiliar. Esta relação ainda se pode verificar em Italiano (Vincent 1982: 87,88). O autor entende a evolução das formas perifrásticas entre o latim e os diferentes romances como um *continuum* em que o Italiano é o mais conservador e o Português o mais inovador (Vincent 1982: 96). Este autor também sublinha o século XVI como data para o desaparecimento de *ser* desta construção (Vincent 1982:96).

Mattos e Silva a partir de uma sua comunicação intitulada *A Emergência do «Tempo Composto» na História da Língua Portuguesa* (1996) e apoiada num *corpus* constituído por textos do século XIII (*O testamento de Afonso II*, *Cantigas de Santa Maria* e o *Foro Real* e documentos notariais desse período editados por Clarinda Maia), concluiu o seguinte a propósito da utilização de *ser*, *estar*, *haver*, *ter* + PtP (Mattos e Silva 2008: 439):

(i) Selecção prioritária de *ser* + PP [-transitivo], mas já a possibilidade de *haver* + PP [-transitivo], documentados nessas últimas estruturas os verbos *jazer*, *dormir*, *aparecer*, e *passar*, no *Foro Real* e nas *Cantigas de Santa Maria*;

(ii) Concordância do PP com objecto directo nas estruturas haver/ter [+transitivo], mas já a possibilidade de não concordância, documentada no *Foro Real* e nas *Cantigas de Santa Maria*;

(iii) Predominância de *haver* nas estruturas com PP [+ transitivo], mas já a presença de *ter* nessa estrutura, no *Foro Real*, nas *Cantigas de Santa Maria* e na documentação editada por Clarinda Maia.

Estas conclusões demonstram que a perífrase *ser* + PtP era predominante em Português Antigo com verbos inacusativos, embora se desenhasse já a formação dos tempos compostos com os auxiliares *haver* e *ter*, mesmo junto de verbos inacusativos. Ambar (1996) e Duarte (2003: 513) também reiteram a ideia de que na construção perifrástica em causa, em Português Antigo, *ser* era um auxiliar de tempo composto de verbos inacusativos, e assumem que frases contemporâneas como *Era chegada a ocasião tão esperada* são ecos dessa remota perífrase.

Sobre o desaparecimento da perífrase em causa, que levou à exclusão de *ser* em construções perfectivas activas, Ribeiro (1996) avança com a hipótese de que ele pode estar relacionado com a perda do traço Locativo nas frases existenciais e locativas (Ribeiro 1990). Nestas, o verbo *ser* foi sendo substituído por *estar*; naquelas, foi substituído por *haver*. A perda do traço Locativo levou à exclusão do verbo *ser* em frases existenciais, “que requerem um operador Locativo”, o que, consequentemente, abriu caminho para a exclusão do verbo *ser* como auxiliar temporal nas estruturas perifrásticas (Ribeiro 1996: 376). Relembre-se que, segundo Ribeiro (1996), o verbo *seer* nas estruturas existenciais e locativas é já um auxiliar temporal.

Marquilhas (2009), acrescentando uma nova proposta à de Ribeiro (1996), sugere que a elisão do constituinte locativo nas estruturas de tempo composto, por não ser obrigatória, poderá ter provocado uma reanálise do verbo auxiliar *ser*. Isto porque as construções em que o locativo é omitido se tornam estruturas muito vulneráveis a uma reanálise. As novas construções são inovações linguísticas que a criança absorve no processo de aquisição e, neste sentido, está-se perante um cenário típico propício à mudança na gramática: a criança está exposta a dados primários diferentes dos da geração anterior, potenciando uma mudança no parâmetro. Assim, Marquilhas (2009) defende que a frequente elisão desse constituinte terá sido determinante para as crianças entenderem as estruturas sem o constituinte locativo como copulativas, e não como construções de tempos compostos.

Em suma, o desenvolvimento diacrónico da expressão de existência parece estar intimamente associado com o desenvolvimento do verbo *ser* como auxiliar de tempo composto. A evolução deste verbo poderá estar relacionada com a perda do traço locativo nessas construções. Todavia, tal como observa Rosa V. Mattos e Silva, ainda hoje a problemática do verbo auxiliar não é consensual, e muito menos o é em relação a tempos pretéritos da língua “sobretudo por ter sido pouco explorado” (Mattos e Silva 1994: 62).

Na sequência desta revisão de estudos, pretende-se analisar os dados recolhidos em Português Antigo. No entanto, embora esta tese tenha predominantemente um carácter descritivo, tentará não perder de vista alguma abordagem explicativa. Neste sentido, pretende-se responder essencialmente a duas questões: (i) até quando é que a perífrase *ser* + PtP inacusativo se manteve na língua; (ii) terá sido a perda do traço Locativo que provocou a reanálise destas estruturas ou outras causas também conduziram a uma mudança na gramática?

5. Organização do Estudo

5.1. Um *corpus* para estudos diacrónicos: problemáticas

Um *corpus* que atravessasse um longo período de tempo tem de ser necessariamente diversificado “já que atravessa séculos, se estende por amplo território e provém de emissores de natureza as mais distintas, e na maioria das vezes, desconhecidos” (Mattos e Silva 1989: 18). Além disso, a abrangência de um *corpus* histórico estará sempre longe do desejável já que é praticamente impossível compreender todos os textos representativos de um período passado da língua.

Para além da impossibilidade de trabalhar todos os textos, o investigador da língua histórica defronta-se com outros problemas que têm a ver, por um lado, com o estado de conservação dos documentos, e, por outro, com a qualidade das suas edições. No que diz respeito aos textos medievais, por exemplo, é sabido que por vezes existem várias versões do mesmo texto e que nem sempre correspondem fielmente ao original. Além disso, a cópia dos textos realizada pelos copistas nem sempre era fiel ao original por motivos de vária ordem. Outro problema que os textos antigos apresentam tem a ver com questões de datação e de autoria, pois muitos textos não são passíveis de serem datados com exactidão e muitos não têm autor atribuído. Finalmente, a inexistência de uma norma gráfica também cria alguns obstáculos ao linguista histórico, já que é esperável que os escribas escrevessem como falavam, ou como teriam ouvido pronunciar certo vocábulo. No entanto, a riqueza destes textos está precisamente nessa aproximação à língua falada, que permite ao investigador da língua em diacronia analisar e reconstruir a língua de tempos antigos.

Em relação aos textos literários, o investigador terá mais facilidade em recolher textos poéticos, pois os textos poéticos já foram quase todos localizados e analisados. De acordo com o estudioso Giuseppe Tavani, existem 1685 (Mateus e Silva 1989: 18) textos poéticos medievais, constituindo o acervo poético galego-português. Devido ao grande número de textos poéticos medievais, foi desenvolvida uma vasta literatura em torno destes documentos, o que também facilita o estudo dos mesmos.

Todavia, como foi já mencionado, é importante num estudo em diacronia obter a maior variedade de documentos possível, e é quando o investigador pretende criar um *corpus* em prosa que as maiores dificuldades surgem, pelo menos em relação ao período

arcaico da língua portuguesa. Um dos problemas dos textos literários em prosa tem a ver com a questão da datação, como sublinha Mattos e Silva (1989:19,22): “os documentos literários em prosa, sobretudo anteriores ao século XV, apresentam complexos problemas de datação, isto é, de situação cronológica no que a tradição filológica convencionou chamar de fase arcaica da língua portuguesa: do século XIII ao XV”. Outro desafio apontado pela autora é a questão da tipologia das obras, ou seja, o historiador da língua tem de seleccionar os textos mais representativos de cada tipo literário, para além ter de levar em consideração se a obra é ou não traduzida, “estabelecer uma tipologia com base na temática das obras literárias” (Mattos e Silva 1989:19). Finalmente, o acervo poético português parece constituir uma unidade fechada e completa, aquilo a que Mattos e Silva (1989:20) chama de “inventário fechado”, mas em contrapartida o acervo literário em prosa “é sem dúvida aberto” (Mattos e Silva 1989:20), dado que existem várias versões da mesma obra e que muitas obras estão ainda por encontrar (Mattos e Silva 1989: 20).

A prosa literária pode ser dividida em ficcional, historiográfica e pragmática (Mattos e Silva 1989:28), sendo também necessário ter em conta se se trata de traduções ou de originais portugueses. Mattos e Silva (1989) indica alguns exemplos destes textos que podem constituir um *corpus* expressivo em prosa: são eles a *Demanda do Santo Graal* (século XV), *José de Arimateia* (entre 1527 e 1536) e *Amadis de Gaula*, para os textos de prosa ficcional¹⁶; em relação à historiografia portuguesa, que teve o seu início com D. Pedro, Conde de Barcelos, a autora indica a *Crónica Geral de Espanha* de 1344, toda a obra de Fernão Lopes (primeira metade do século XV) – *Crónica de D. Pedro*, *Crónica de D. Fernando* e *Crónica de D. João I*; *Livro de Linhagens* (século XIV) e as crónicas de Gomes Eanes de Zurara (meados do século XV). A literatura de Fernão Lopes é expressiva do “dialecto literário” (Mattos e Silva 1989: 31) de Lisboa da primeira metade do século XV, e o seu registo é considerado, em relação ao registo do seu sucessor, mais natural, vigoroso e, “talvez mais próximo da fala comum” (Mattos e Silva 1989: 31). As crónicas de Gomes Eanes Zurara são mais eloquentes, retóricas e representativas do “dialecto literário cortesão posterior aos meados do século XV” (Mattos e Silva 1989: 31). Também se podem considerar as biografias anónimas da rainha Santa Isabel em *A Vida e Milagres de Dona Isabel* (século XIV), de D. Nuno Álvares Pereira (século XIV) na *Crónica do Condestável* e a biografia do mártir D. Fernando de Avis, cuja autoria foi atribuída a frei

¹⁶ Embora os códices contendo estes textos sejam do século XV, a sua génese remonta ao século XIII (Mattos e Silva 1989: 29).

João Álvares, *Vida do Infante Santo* (século XV). No que respeita aos textos de carácter religioso, moral e pedagógico, os exemplos dados pela autora são as traduções dos *Diálogos de São Gregório*, de que existem algumas versões, uma datada de 1416, outra do final do século XIV ou início do século XV e finalmente uma outra, a mais antiga, mas sem data atribuída, e que tem muitas características linguísticas do fim do século XIV (Mattos e Silva 1989: 32); *Imitação de Cristo*, uma tradução, do século XV, realizada por frei João Álvares; *Vida e Feitos de Júlio César*, também do século XV; *Leal Conselheiro de D. Duarte*, *O Livro dos Ofícios* e o *Livro da Virtuosa Benfeitoria* (traduções encomendadas por D. Pedro); *Livro da Montaria* de D. João I, *Livro de Ensinança de Bem Cavalgar Toda a Cela*, de D. Duarte, *O Livro da Falcoaria* de Pêro Menino, do século XIV, o *Livro do Esopo* – uma tradução do século XV-, e o *Livro das Aves*¹⁷, de que, segundo a autora, existe uma outra versão anterior ao século XV (Mattos e Silva 1989: 34).

Os textos não-literários também terão de fazer parte de um *corpus* histórico pois são de extrema importância para quem se dedica aos estudos linguísticos. São documentos normalmente datados, localizados e foram realizados por diversas pessoas, oriundas de diferentes pontos do país e de diversos estratos sociais. Como tal, são fundamentais para estudos de fonologia, fonética, morfologia e grafémica. Embora os textos não-literários sejam ricos em termos linguísticos devido às particularidades mencionadas acima, foram durante muito tempo menosprezados para estudos no âmbito da sintaxe porque apresentam pouca variação, criando alguns constrangimentos :“(...) não sendo tão expressivos, por seu carácter formular, para o estudo da morfo-sintaxe e da sintaxe”. (Mattos e Silva 1989:23). Mas esta perspectiva tem sido contrariada com a realização de vários trabalhos recentes, como a tese de doutoramento de Ana Maria Martins (2000), *Clíticos na História do Português*. Neste trabalho também se pretende, com estes textos, dar continuidade à convicção de que de facto os textos não literários podem ser úteis para o conhecimento sintáctico.

5.2. Problemática da periodização da língua portuguesa

A problemática da demarcação dos diferentes períodos da língua portuguesa é uma questão que ,até ao momento, não encontrou consenso entre os historiadores da língua.

¹⁷ Ou *História Natural das Aves* (Silva 1989: 34).

São várias as periodizações da língua portuguesa que os estudos tradicionais apresentam (Leite de Vasconcelos 1911, Manuel Said Ali 1931, Carolina Michaëlis 1946, Pilar Vasquez Cuesta 1971, entre outros); divergem tanto em relação à terminologia usada para os diferentes períodos como em relação às balizas temporais dos mesmos. Por exemplo, encontram-se nos diferentes estudos tanto o termo *Arcaico* (Carolina Michêlis 1911) como o *Antigo* (Said Ali 1931) para a Idade Média. Dentro de cada período mais abrangente, existem subdivisões, que também se distanciam na questão da designação como na questão dos próprios limites temporais. Enquanto Pilar Vasquez Cuesta subdivide o período *Antigo* em *Galego-Português*, que se estende até 1385, e em *Pré-Clássico*, até 1536, já Lindley Cintra (cf. Castro: 1999) subdivide o mesmo período em *Antigo*, até 1420, e *Médio*, até meados do século XVI. Embora haja oscilações quanto aos limites de cada época, no que respeita ao período *Antigo* ou *Arcaico* da língua portuguesa, aquele que importa para este trabalho, é possível estabelecer uma fronteira quase consensual a partir dos vários estudos. O seu início será o século XIII, marcado pelos documentos *Testamento de Afonso II* de 1214 e *Notícia do Torto*, possivelmente datável de 1214-1216. No entanto, a questão do início do período medieval da língua ainda permanece em debate devido à nova proposta de Ana Maria Martins, que defende a *Notícia de Fiadores* como sendo o primeiro documento escrito em Português. Castro (2006: 109), em relação à proposta avançada por Ana Maria Martins, afirma que a classificação deste documento como o mais antigo documento escrito em Português tem sido objecto de muitas objecções. Uma dessas objecções, vinda de José António Souto Cabo, é a de que o documento é muito pequeno e, como tal, não é produtivo em termos de informação sobre a língua portuguesa (Castro 2006:109). Souto Cabo também investigou a documentação medieval portuguesa e adiantou que o documento mais antigo é o *Pacto de Gomes Pais e Ramires Pais*, datável entre Abril de 1173 e Abril de 1175 (Castro 2006:109). Castro (2006:111) defende que, no essencial, e perante a emergência de nova documentação, o que importa é dar continuidade a este trabalho de recolha e estudo para a constituição de um *corpus* de documentação primitiva mais amplo do que até aqui se conhecia. Além disso, também ressalva que no que concerne o início da produção escrita em Português, bem como a delimitação do período antigo, é “tudo discutível” (Castro 2006: 95) muito embora avance, em termos simbólicos, com o ano de 1255 como data que delimita o final da “produção primitiva portuguesa” (Castro 2006: 95). Ou seja, foi a partir de 1255, com a Chancelaria de Afonso III, que se iniciou oficialmente a produção de documentos em Português. Mas o que importa reter é que a existência desta

produção primitiva – que agora conta com nova documentação (*Notícia de Fiadores e Pacto de Gomes Pais e Ramires Pais*)- prova que se escrevia em Português no século XII.

O final do período antigo pode-se colocar em meados do século XVI, mas mais uma vez esta fronteira não é consensual, embora vários estudos estritamente linguísticos dêem fundamento a esta proposta (Mattos e Silva 2007).

Esta divergência de periodizações resulta de diferentes perspectivas sobre a matéria em causa. As discrepâncias quanto às diferentes periodizações da língua portuguesa explicam-se, em parte, porque os autores se baseiam em critérios diferentes e, como tal, subjectivos (Mattos e Silva 2007, Maia 1999, Cardeira 2005). Alguns desses critérios assentam em factores históricos, outros em factores literários, outros ainda em factores estritamente linguísticos, como a periodização de Bechara (1991). Deste modo, cada divisão é produto de um estudo subjectivo, pois para além de as motivações de cada autor divergirem, a língua é um instrumento dinâmico, sujeita a mudanças que levam o seu tempo a estabelecer-se numa determinada comunidade, constituindo por isso cada época uma divisão algo “artificial” (Maia 1995). Todavia, embora o exercício da periodização da língua portuguesa tenha este carácter “arbitrário”, ele é “muito benéfico – ou até mesmo imprescindível” (Maia 1995: 22). Mattos e Silva (2007) insiste, há já 20 anos, que é necessário analisar linguisticamente “em uma mesma documentação seriada, desde finais do século XII até, pelo menos, os meados do XVI, senão até seu final, para que se tenha um mapeamento rigoroso e consequente das mudanças fónicas, mórnicas, sintácticas e léxico-semânticas ocorridas entre os limites referidos”. Maia (1995, 1999) aproxima-se neste ponto de Mattos e Silva pois também defende que apenas um estudo exaustivo dos textos ajudará esta questão: “só um estudo desta natureza [uma investigação sistemática de toda a documentação medieval subsistente] permitirá determinar com rigor o limite do período arcaico e as suas possíveis subdivisões” (Maia 1999: 31). Embora ache fundamental um estudo profundo da língua, Maia (1995, 1999) também considera importante a articulação de critérios linguísticos com critérios externos, como os de carácter histórico, social e cultural, que sem dúvida influenciam a mudança na língua (Maia 1999: 34). Para resolver a problemática da delimitação da língua portuguesa, para esta autora, também é importante que se tragam para a Linguística Histórica disciplinas a ela alheias mas que podem ajudar nesta matéria, nomeadamente a Sociolinguística (Maia 1995). Segundo Maia, a Sociolinguística, com a teoria variacionista, tem vindo a analisar os manuscritos antigos numa perspectiva social, através de um estudo sistemático da variação linguística nos textos, dando-lhes um tratamento quantitativo, que cria logaritmos probabilísticos, também

aplicáveis à Linguística Histórica (Maia 1995: 20). Uma abordagem diferente é a apresentada por Galves *et al.* (2006). A partir da análise sintáctica de vários textos do século XVI ao século XIX, as várias linguistas apresentam uma nova periodização à luz da Teoria Generativista e da Teoria da Mudança. Tal como é observado no artigo de 2006, para os estudos generativistas, um novo período é aquele que apresenta uma gramática diferente da do estágio anterior (Galves *et al.* 2006: 47). Esta nova gramática surge na fase da aquisição, i.e., é no momento da aquisição que a mudança começa. Assim, a perspectiva generativista preocupa-se mais, para a questão da periodização, com a data do nascimento do autor, e não tanto com a data de elaboração de um texto. O que esta abordagem traz de novo é que se foca no “momento do ‘surgimento’ das novas formas, enquanto, na periodização tradicional importa o momento do ‘desaparecimento’ das formas antigas” (Galves *et al.* 2006: 51).

Em suma, como afirma Cardeira (2005: 32), o tópico da periodização ainda não se pode dar por encerrado e nunca poderá vir a ser consensual: “A periodização de uma língua não é, nem poderia ser, consensual”, embora seja possível encontrar pontos convergentes entre as várias periodizações. Este trabalho, como já foi referido, assenta no período tradicionalmente denominado *Arcaico* ou *Antigo*, que se estende, segundo a maioria da literatura assume, do século XIII ao século XVI, período a que correspondem os textos aqui analisados.

5.3. A abrangência textual do *corpus*

Esta dissertação de mestrado concentra-se nos seguintes textos:

- (i) *Flores de Direito* (segunda metade do século XIII), edição de Jacob de Junta (Ferreira, José de Azevedo (2001), *Estudos de História da Língua Portuguesa*, Braga, Universidade do Minho).
- (ii) *Documentos Portugueses do Noroeste e da Região de Lisboa – Da Produção Primitiva ao Século XVI* (Martins, Ana Maria (2001), *Documentos Portugueses do Noroeste e da Região de Lisboa – Da Produção Primitiva ao Século XVI*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda).
- (iii) *Segunda Partida*, Afonso X (Século XIV) (dois fragmentos), edição de José de Azevedo Ferreira (Ferreira, José de Azevedo (2001), *Estudos de História da Língua Portuguesa*, Braga, Universidade do Minho).

- (iv) *Terceira Partida*, Afonso X (Século XIV) (dois fragmentos), edição de José de Azevedo Ferreira (Ferreira, José de Azevedo (2001), *Estudos de História da Língua Portuguesa*, Braga, Universidade do Minho).
- (v) *História do galego-português* (seculo XIII a XV) (Maia, Clarinda (1986), *História do galego-português*, Coimbra, Instituto Nacional de Investigação Científica).
- (vi) *Crónica de D. Fernando* (século XV), Fernão Lopes (Giuliano Macchi (ed.) (2004), Lisboa Imprensa Nacional Casa da Moeda).
- (vii) *Crónica de D. Pedro de Meneses* (meados do século XV), de Gomes Eanes de Zurara, Teresa Brocardo (ed), Lisboa, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (1997).

Com estes textos, pretendeu-se obter uma amostra de textos que fosse variada para se poder oferecer um quadro representativo do estado da língua daquele período, embora se ressalve novamente que apenas um estudo desenvolvido e sistemático de todos os textos da época, ou desejavelmente de uma sua maioria, pode dar esse quadro completo. Neste sentido, optou-se por textos não literários e por textos literários.

Os textos não literários que figuram neste trabalho são: *Flores de Direyto*, *Segunda e Terceira Partida* de Afonso X e os documentos notariais editados por Ana Maria Martins e Clarinda Maia. Os textos literários que constituem este *corpus* são: a *Crónica de D. Fernando*, a *Crónica de D. Pedro de Meneses*.

5.4. Os textos do *corpus*: caracterização

O texto *Flores de Dereyto* que consta da obra de José de Azevedo Ferreira (Azevedo Ferreira 2001) é o que faz parte do projecto de Jacob Junta, e que não está concluído. Este texto foi editado de acordo com o códice nº4 do Maço 6º de *Forais Antigos* da Torre do Tombo.

Os dois fragmentos da *Segunda Partida* de Afonso X que estão editados na obra mencionada de Azevedo Ferreira são os que pertencem a Braga e à Torre do Tombo, em Lisboa. O fragmento que se encontra na Biblioteca Pública de Braga é composto por “dois fólhos seguidos, r e v, e é constituído pelas leis 10 (final) a 18 (quase completa) do título XXVI” (Azevedo Ferreira 2001:292). Quanto ao fragmento da Torre do Tombo, o autor também encontrou dois fólhos, mas apenas editou uma parte pois estavam colados à parte interna de duas capas e não arriscou separá-los (Azevedo Ferreira 2001: 293). No primeiro fólio encontra-se “mais de metade da lei 3 e quase toda a lei 4 do título XX “ (Azevedo Ferreira

2001: 293). Após uma análise filológica dos dois fragmentos, Azevedo Ferreira concluiu (i) que os dois textos são de códices distintos pois as características paleográficas são diferentes, bem como o é a grafia de cada copista; (ii) que por os dois fragmentos serem de títulos diferentes, se presume que cada um deles “faria parte de uma cópia completa da Segunda Partida” (Azevedo Ferreira 2001: 303); (iii) que a inexistência de concordância na numeração das leis no fragmento de Braga faz presumir a hipótese de “uma adaptação portuguesa da Segunda Partida” (Azevedo Ferreira 2001: 303) e, finalmente (iv) que nenhum dos fragmentos corresponde ao original, sendo que as duas cópias terão sido produzidas a partir de um texto desconhecido.

Em relação aos dois fragmentos da *Terceira Partida* de Afonso X, um pertence à Biblioteca Geral da Universidade do Minho (antiga Biblioteca Pública de Braga) e o outro também pertence à Torre do Tombo (Azevedo Ferreira 2001). Segundo Azevedo Ferreira, o fragmento de Braga foi divulgado pela primeira vez em 1926, pela mão do Professor Manuel Paulo Merêa; mais tarde, o Professor Avelino de Jesus Costa também o menciona para adiantar a teoria de que se possa tratar de uma nova versão da *Terceira Partida* (Ferreira 2001: 377).

O texto de Braga é composto por dois fólios com rosto e verso. Neste documento, com o título XVI, encontram-se as leis 36, ainda que parcialmente, 37, 38 e 39 e o início da 40. Sob o título XVII é possível encontrar o fim da lei 2, bem como as leis 3, 4, 5 e o início da 6 (Ferreira 2001: 378). Em relação ao segundo fragmento, este foi encontrado no espólio do Dr. Silva Marques, e pertence agora à Torre do Tombo, e, como tal, o autor designou este fragmento de *Ms.S.Marques* para o poder diferenciar do códice nº3 do Núcleo Antigo da Torre do Tombo, que tem a *Terceira Partida* completa. O autor denominou este último *Ms.Torre do Tombo* (Azevedo Ferreira 2001: 378).

Segundo Azevedo Ferreira (2001), a versão de Braga é mais próxima do original castelhano do que a versão da Torre do Tombo, mas o autor também concluiu que as duas versões são cópias do mesmo original “mas em que o Ms.Torre do Tombo foi adaptado à linguagem do copista ou sofreu erros de interpretação do próprio copista” (Azevedo Ferreira 2001: 383). Em relação à datação, o autor afirma que o de Braga parece ser o mais antigo, não apenas por ser o mais próximo do original, mas também porque apresenta muitos arcaísmos. Neste sentido, a tradução do texto de Braga é anterior a 1341, data do manuscrito da *Torre do Tombo* (Azevedo Ferreira: 384)

O texto *S. Marques* é também formado por dois fólios de rosto e verso. Este manuscrito, sob o título V, contém as leis 17, 18, 19 e 20 e parte da lei 21, e com o título VII, apresenta as leis 8, 9, 10 e 11.

Também este fragmento se aproxima mais do original castelhano do que a versão da Torre do Tombo “embora não se afastem demasiado quer de um quer de outro” (Azevedo Ferreira 2001: 391). Devido a esta proximidade, o autor defende que ambos derivam do mesmo original, apresentando cada um deles idiossincrasias dos copistas, embora ressalve que só uma comparação mais profunda permitirá chegar a conclusões mais sólidas. Pondo em confronto os três manuscritos, o autor concluiu que o de Braga é o mais antigo, o mais inteligível e que é o que mais se distancia do da *Torre do Tombo*; que este e o *S. Marques* apresentam muitas afinidades, embora este último tenha sido copiado a partir do de Braga, pois está muito próximo do castelhano; finalmente, por o *Ms. da Torre do Tombo* e o *S. Marques* terem algumas semelhanças, o autor afirma que o primeiro terá sido copiado a partir deste último (Azevedo Ferreira 2001: 396). De acordo com estas conclusões, Azevedo Ferreira (2001) afirma que muito provavelmente a *Terceira Partida* foi traduzida para Português presumivelmente no fim do reinado de D. Dinis.

Ana Maria Martins, na sua tese de doutoramento¹⁸, analisou e editou um conjunto de textos oficiais de extremo valor para o estudo do Português medieval. Esses textos são provenientes de duas áreas geográficas: o Noroeste de Portugal e a região de Lisboa. Em 2001, tais documentos são reeditados como uma obra independente e já não como apêndice documental do trabalho de 1994 – “ (...) a presente publicação basicamente retoma a edição de 1994, ainda que com pequenos acertos no que respeita à constituição do *corpus*” (Martins 2001:7). Constituem esta obra 218 documentos notariais provenientes das áreas geográficas indicadas acima, sendo que os da região do Noroeste de Portugal são oriundos de vários mosteiros, mas em maior número (77) provêm do Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho; os da região de Lisboa (110) são todos originários do Mosteiro de Chelas. Estes documentos foram originalmente escritos entre o século XIII e o século XVI mas o primeiro documento desta colecção, do Mosteiro de S. Salvador da Moreira, é possivelmente do século XII.

A *História do galego-português* de Clarinda de Azevedo Maia (1986) também reúne um *corpus* de textos oficiais (169 textos) datados entre o século XII e o século XVI,

¹⁸ Martins, Ana Maria (ed.) (1994) *Clíticos na História do português*, Dissertação de Doutoramento, Lisboa.

produzidos na Galiza, Minho e Douro Litoral. A partir do estudo das informações contidas nesses documentos, nomeadamente a partir das informações sobre os notários, sobre a região geográfica ou ainda sobre as informações das testemunhas, Maia (1986) localizou a origem destes textos: em relação aos textos produzidos em Portugal, aqueles que importam para este trabalho, 14 são oriundos do Douro Litoral e 18 do Minho.

A *Crónica de D. Fernando*, de Fernão Lopes, editada segunda vez por Giuliano Macchi, teve a sua primeira edição apenas em 1816, ao contrário do que sucedera com as outras duas crónicas do autor, a *Crónica de D. Pedro* e a *Crónica de D. João I*, que foram editadas, respectivamente, em 1735 e em 1644, e os códices “que constituem a tradição manuscrita” da *Crónica de D. Fernando* são ao todo 40 (Macchi 2004: vii). Os mais antigos são do século XVI ou do final do século XV. Para a sua edição, Macchi (2004) analisou todos os 40 manuscritos que constituem a tradição escrita desta crónica¹⁹, o que tornou este trabalho numa tarefa notável e bastante árdua. Estes 40 manuscritos estão distribuídos por vários arquivos, quer nacionais (Lisboa, Porto, Évora, Coimbra e Muge), quer internacionais (Londres e Madrid). Este texto é um extenso volume, que se divide em 177 capítulos, e como tal, constitui uma importante fonte documental para o estudo linguístico.

A *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, de Gomes Eanes de Zurara, é constituída por cento e dois capítulos, divididos em dois livros, e tem como tema nuclear os acontecimentos em Ceuta durante a capitania de D. Pedro de Meneses (Brocardo 1997:9). Esta crónica, elaborada pelo sucessor de Fernão Lopes, terá sido iniciada em 1458, e a sua elaboração parte do “obedecimento à vontade expressa de Afonso V, naturalmente desejoso de colocar em relevo feitos africanos” (Brocardo 1997: 12). No que concerne à data da sua conclusão, segundo os manuscritos conhecidos da obra, terá ocorrido em 1463, havendo , no entanto, dados que parecem sugerir que a data do seu término foi 1464 (Brocardo 1997: 13). Para a sua edição, Brocardo (1997) utilizou duas versões da crónica: a versão da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (C), que corresponde ao Manuscrito 439, e a versão da Biblioteca da Sociedade de Geografia de Lisboa (G), que corresponde ao manuscrito 146.B.7. (Brocardo 1997:155). O manuscrito 439 de Coimbra é o mais antigo e deve ter sido copiado no início do século XVI; o manuscrito 146.B.7. é o segundo mais antigo e é também uma versão do século XVI (Brocardo 1997: 155).

¹⁹ Para uma informação mais pormenorizada sobre cada manuscrito veja Macchi (2004).

Também devido à sua grande extensão, à semelhança da *Crónica de D. Fernando*, este texto oferece um bom objecto de estudo para a linguística, principalmente para estudos da língua que se debrucem sobre as mudanças do século XV.

Em suma, para clarificar a constituição dos textos do *corpus*, segue a sinopse:

Século	Texto	Tipo
XIII	<i>Flores de Direito</i> (FD)	Não literário
XIII a XVI	Documentos Notariais (DN)	Não Literário
XIII a XV	<i>História do galego-português</i> (HGP)	Não Literário
XIV	<i>Segunda Partida</i> (SP) (dois fragmentos)	Não literário
XIV	<i>Terceira Partida</i> (TP) (dois fragmentos)	Não literário
XV	<i>Crónica de D. Fernando</i> (CDF) <i>Crónica de D. Pedro de Meneses</i> (CDPM)	Literário

Tabela 1: Textos do *corpus*

Doravante, serão utilizadas as siglas no quadro acima para designar os textos do *corpus*.

5.5. Metodologia: recolha de dados

Como foi referido na Introdução, este trabalho começou por uma recolha de dados a partir do *corpus* online *Corpus do Português*²⁰. Para a selecção desses dados foram escolhidos todos os textos do século XIII ao século XVI, e neles procurou-se a sequência *ser* (todas as formas) junto de participípios passados de verbos inacusativos. A pesquisa envolveu muito tempo e devolveu muitas construções. Todavia, uma observação aprofundada às edições utilizadas por este *corpus* mostrou que nem todas eram fiáveis. Por exemplo, muitos textos têm a informação de que foram digitalizados, mas não é disponibilizada a informação sobre as edições a partir das quais foram realizadas tais digitalizações. Perante algumas inconsistências que esta base dados apresenta no que respeita às edições usadas, decidiu-se descartá-la, bem como todos os dados que dela haviam sido retirados, uma vez que não seriam totalmente fiáveis. Os critérios de pesquisa desses dados foram os seguintes: seleccionaram-se construções com o verbo *ser* (todas as formas) junto de participípios passados inacusativos, de participípios presentes e em estruturas predicativas. Depois foram também seleccionadas estruturas predicativas com o verbo *estar* (todas as formas). Relembre-se que aquando desta pesquisa, o intuito

²⁰ Davies & Ferreira (2006), disponível em <http://www.corpusdoportugues.org>.

era investigar o percurso diacrónico de *ser* em Português Europeu. Os dados vão desde o século XIII ao século XVI e foram localizadas construções em textos literários e não literários. Com esta pesquisa conseguiu-se reunir perto de 200 construções ao todo (cf. Anexo 3)²¹. Resta ressaltar que este *corpus* é muito útil para retirar exemplos e confirmar outros, porque se acredita que na sua larga maioria as edições serão fidedignas; no entanto, para servir de *corpus* base a partir do qual se retirem os dados de um trabalho de responsabilidade apresenta algumas deficiências.

Após esta recolha, e depois de considerado o objecto de estudo deste trabalho, a descrição de *ser* como auxiliar de tempo composto e a consequente exclusão deste verbo como auxiliar perfectivo, seleccionaram-se os manuscritos descritos na secção 5.4. No conjunto, observaram-se cinco documentos não literários: *Flores de Direyto* (século XIII), que é constituído pelo Livro I com um prólogo e XV Títulos (15 leis) e pelo Livro II com IV Títulos (4 leis), sendo que cada Título é constituído por um fólio com rosto e verso ; dois fragmentos da *Segunda Partida* de Afonso X (século XIV), constituídos por dois fólhos, com rosto e verso; 218 documentos notarias (século XIII ao XVI), provenientes de duas regiões geográficas distintas – Noroeste de Portugal e Lisboa de duas regiões geográficas distintas – Noroeste de Portugal e Lisboa; 169 documentos notariais (século XIII a XV), que constam da *História do galego-português*, que de igual modo são provenientes de regiões geográficas diferentes– Minho e Douro Litoral. No que respeita aos documentos literários observaram-se duas crónicas, ambas do século XV: *Crónica de D. Fernando*, de Fernão Lopes, com 177 capítulos e a *Crónica de D. Pedro de Meneses*, de Gomes Eanes Zurara com 102 capítulos. Em suma, o *corpus* aqui analisado, embora com poucos manuscritos em termos de quantidade, no seu conjunto é bastante extenso.

Para a recolha de dados procedeu-se da seguinte forma: os dados dos textos Documentos Notariais e *História do galego-português*, dos fragmentos da *Segunda Partida* e da *Terceira Partida*, e das *Flores de Direyto* foram isolados a partir da leitura, em suporte de papel, dos manuscritos, o que constituiu uma tarefa mais demorada, ao passo que os dados das crónicas de *D. Pedro de Meneses* e de *D. Fernando* foram isolados a partir de ficheiros electrónicos dos mesmos textos, o que já facilitou a consulta. Foram seleccionadas dois tipos de construções: (1) todas as construções de *ser* + particípio passado de verbos inacusativos e (2) construções em que o verbo não é inacusativo mas em que a construção sintáctica em causa inacusativizou o verbo. Para se

²¹ O anexo 3 encontra-se no CD que acompanha esta dissertação.

poder ter uma perspectiva mais ampla sobre a questão dos verbos auxiliares de tempos compostos em Português Antigo, também se procedeu a uma pesquisa nos textos do *corpus* sobre a ocorrência de *haver* e *ter* junto de participios passados inacusativos, bem como *estar*. O método de recolha foi idêntico ao descrito acima. A análise em questão será apresentada no capítulo seguinte.

6. Análise de Dados

Neste capítulo serão analisados os dados seleccionados a partir do *corpus* apresentado. Este capítulo divide-se em três secções: na primeira secção serão descritos em termos quantitativos, os dados encontrados; na segunda secção serão analisados sintacticamente esses mesmos dados ,e, finalmente, na última secção serão tecidas as conclusões em face da análise dos dados.

6.1. Perífrase *ser* + PtP de verbos inacusativos: os dados

Nos textos analisados (cf.5.4. e 5.5.), foram encontradas 73 construções de *ser* + PtP inacusativo. No *corpus*, os verbos inacusativos que ocorrem com o auxiliar *ser* são: *acabar*²², *chegar*, *começar*, *entrar*, *finar*, *morrer*, *passar*, *partir*, *sair*, *trespassar*²³, *tornar*. A construção *ser* + PtP inacusativo foi localizada em quase todos os textos do *corpus*, excepto nos documentos da *História do galego-português* e na *Segunda Partida*.

A tabela 2 ilustra a ocorrência da sequência *ser* + PtP inacusativo nos textos do *corpus*:

Texto	<i>Ser</i> + PtP	Total % <i>Ser</i> + PtP
SP	0	0%
HGP	0	0%
TP	1	1%
FD	3	4%
DN	11	15%
CDF	28	38%
CDPM	30	42%
Total	73	100%

Tabela 2 : Total de construções de *Ser* + PtP inacusativo no *corpus*

22 Com o valor de 'terminar', 'morrer'.

23 Com o valor de 'passar'

Observe-se (cf.tabela 3) agora a distribuição da construção perifrástica por século:

Século	Ser + PtP	Total % Ser + PtP
XIII	4	5%
XIV	8	11%
XV	61	84%
Total	73	100%

Tabela 3: Total de construções de Ser + PtP inacusativo por século

A maior frequência é no século XV com 61 ocorrências para apenas 8 ocorrências no século XIV e 4 no século XIII. Finalmente, atente-se (cf.tabela 4) a distribuição destas construções perifrásticas por tipo de texto. As *Flores de Direito*, a *Terceira Partida* e os Documentos Notariais constituem o grupo de textos não-literários e os textos literários correspondem à *Crónica de D. Fernando* e à *Crónica de D. Pedro de Meneses*.

Texto	Ocorrências	Total %
Não-literário	15	20%
Literário	58	80%
Total	73	100%

Tabela 4: Total de construções de Ser + PtP inacusativo por tipo de texto

Os textos literários são os que usam mais este tipo de construção de tempo composto, por oposição aos documentos não-literários que apresentam, na sua totalidade, 15 construções deste tipo.

Em termos quantitativos, o que se conclui é:

- (i) Predominância (quase categórica) de *ser* + PtP inacusativo;
- (ii) Muito baixa frequência na selecção de *haver* + PtP inacusativo (apenas 5 construções localizadas na *Crónica de D. Fernando*);
- (iii) Muito baixa frequência na selecção *estar* + PtP inacusativo (apenas 1 construção atestada nos Documentos Notariais)
- (iv) Ausência da selecção de *ter* + PtP inacusativo;

6.2. Análise sintáctica

Os dados recolhidos evidenciaram as particularidades sintácticas que de seguida se

apresentam. Para esta análise também será verificada a proposta avançada por Ribeiro (1996) (cf. 4.4.)

O particípio passado concorda sempre, em género e número, com o sujeito, como ilustram os exemplos de (cf.1) a (cf.3):

- (1) esta Sancha gil que Auja bem sejs Anos que *era passada* (séc. XIV, DN)
- (2) renouo deste ãno que sse seguía pois ía *era começado* (séc. XIV, DN)
- (3) Ora que vos *Deus* livrou, queremo-nos tornar, caa nos não pareceeo rrazão, aymda que soubessemos como ell rrey *hera partido*, de vos ño noteficarmos o bõo desejo do comde e assy daquelles senhores que com elle são (séc.XV,CDPM)

A concordância morfológica do particípio passado com o NP_[sujeito] é expectável, por um lado, porque, como foi descrito no capítulo 4, o PtP nas construções de tempo composto em Português Antigo ainda exhibe marcas de concordância com o grupo nominal objecto; por outro, porque com o verbo auxiliar *ser* há sempre concordância do PtP com o NP_[sujeito], e disto são exemplo as construções passivas. Relativamente à concordância do PtP com o objecto, as estruturas inacusativas não se distanciam muito das passivas: em ambas o sujeito de superfície é na origem complemento do verbo, i.e. do PtP, deslocando-se desta posição, onde recebe o seu papel temático, para uma posição casual, a posição de especificador de I como exemplificado em:

- (4) [_I Sancha _i era [_{VP} passada t _i]]

No entanto, a estrutura (4) acima, derivando embora a concordância entre *Sancha* e o verbo, não explica a concordância com o PtP. Kayne (1989) propõe que a estrutura participial é projecção de AgrP. Nesta projecção dar-se-ia a concordância entre o PtP e o seu NP objecto, através da subida deste para a posição de Spec de Agr. A estrutura em (4) seria assim reinterpretada como (5):

- (5) [_I Sancha _i era [_{AgrP} ~~Sancha~~ _i Agr_ passada _k [_{VP} ~~passada~~ _k ~~Sancha~~ _i]]]

A concordância do PtP faz-se em AgrP pela relação de concordância Spec-head, tal como acontece com o sujeito. Em Chomsky (1995) este Agr é reetiquetado como Agr0P (agreement object phrase). Ambar (1996) e Pesetsky e Torrego (2001) propõem a substituição de Agr0P por TobjP (tense object phrase). Observe-se que embora estas projecções sejam responsáveis pela verificação de caso Acusativo, nas construções participiais o PtP absorve o Caso, pelo que o objecto movido para Spec,Tobj, onde devia

ser legitimado o Caso acusativo, continua sem Caso, tendo assim de subir para Spec, I onde o Caso Nominativo é verificado. Hoje, no Programa Minimalista, (cf. por exemplo Chomsky 2008), a estrutura da frase contém uma projecção – vP- que deriva estas relações, havendo no entanto na literatura discussão sobre a coexistência ou não de vP com TobjP (cf. Pesetsky e Torrego 2001, entre outros). A concordância do PtP com o objecto nestas construções inacusativas em Português Antigo, que têm como auxiliar *ser*, decorre assim dos princípios universais da gramática, nomeadamente Teoria Temática e Teoria de Caso.

Também se verificou que na maioria das construções o sujeito precede o verbo, ou seja, a ordem mais frequente é Suj_V. Surgiram no entanto 9 construções em que o sujeito não precede o verbo, encontrando-se antes em posição pós-verbal (cf. 6, 7, 8, 9 e 10) . Atente-se nas construções em que o sujeito surge após o verbo:

- (6) E assy dy Em diante ã cada hũu ano per o dito dia ataa *serem acabadas* as ditas tres pesoas *E finadas* todas tres (séc.XV, DN)
- (7) *Seendo ja andados oito dias d'abrill*, entrarom os cardeaaes pella manhã, segundo forma de dereito, no conclavi pera enle- gerem, como he seu costume (séc.XV, CDF)
- (8) porque quando elle esta estoria mamdou escrever *jaa heram passados açerca de vimte annos* que rregnava nos quais se passarão muy gramdes e notaveis feitos, assy acabados por sua *propia* pessoa como por seus servidores (séc.XV, CDPM)
- (9) caa, por sua ymfimda piadade, ate oge, que *sam passados* coremta e çimco annos, sempre aquella çidade foy muy vallemtemente defemdida pellos nossos naturais (séc.XV, CDPM)
- (10) - Eu - disse o mouro - são da allcabella de Beneçaide, o quall contemde com a allcabella de Beneigem por causa de hũa moça que foy tomada do taymbo, sobre a quall se allevamtou tanto arruydo, *que sam jaa mortos* d'amballas partes beẽ *seysçentos mouros* (séc. XV, CDPM)

Como se viu na secção 4, uma das hipóteses para tratar a ordem V_Suj nestas construções é admitir, com Duarte (2003), que o complexo V_I atribui caso por c-comando ao sujeito no especificador de VP que selecciona. Um questão que se coloca sobre esta hipótese é a de saber por que razão isto não acontece em todas as estruturas como

exemplificado em:

(11) [_{IP} I _ comprou_i [_{VP} o João [_V ~~comprou~~_i o livro]]]

predizendo para o Português uma ordem canónica VSO. Perante este tipo de construções, é tentador estabelecer uma relação com a análise de Ambar (1988) (cf. secção 4), segundo a qual CP contém um Operador de Tempo e Verbo. Assumindo esta análise, e dada a escassez no corpus de estruturas com esta ordem V_Suj, é-se levado a pôr a hipótese de que a subida do verbo não seria produtiva nesta época. A confirmação ou infirmação desta hipótese levar-nos-ia para um outro trabalho, nomeadamente sobre Foco e Movimento do Verbo. Registe-se ainda, no entanto, que os cinco casos encontrados com ordem aux_PtP_Suj incluem expressões temporais do tipo *coremta e çimco annos* e os advérbios *já* e *oge*, que sugerem também que, nestas estruturas, o Operador de Tempo proposto por Ambar (1988) é por elas legitimado.

Observe-se que, para admitir a hipótese de subida do verbo para C, derivando a ordem registada nestas 5 construções, seria necessário admitir que o particípio passado do verbo inacusativo se deslocou para junto do auxiliar, subindo com ele para C. A favor desta hipótese, tem-se o facto de não surgirem em quase todo o *corpus* exemplos de estruturas com elementos lexicais intervindo entre o auxiliar e o PtP. Em todo o *corpus*, surgem apenas três estruturas que constituem aparente excepção a esta generalização, mas nas três os elementos intervenientes são advérbios de um tipo restrito: *hy*, *aqu* e *já* (cf. 12, 13 e 14):

(12) os quaes sromêtos leudos presente o dito Joham rrodriguiz e Gonçalo martjnz uimeeyro e Gil martjnz procurador e antõijo iuyãez que *fforõ hy chegados* (séc.XIV, DN)

(13) polla quall rrazom *somos aqui chegados*, e estamos em este lugar de Navarrete, que he nos termos de Castella

(14) E dizia que a dicta vinha que asy o dicto domygos gill fezera *Era Ja morta* e não daua nada (séc. XV, DN)

O facto de só advérbios deste tipo ocorrerem entre o verbo auxiliar e o PtP, e em número exíguo, leva a considerar a hipótese sugerida por Castro e Costa (2001) e por Ambar *et al.* (2002) segundo a qual estes advérbios são cabeças (X^0). Para os últimos autores, por exemplo, advérbios do tipo *já* são cabeças (X^0), que podem intervir, a par dos clíticos (também cabeças), entre *sempre* (o advérbio que estudam) e o verbo, que na análise proposta forma com *sempre* uma unidade amalgamada em I^0 , antes de subir para

a periferia esquerda (CP desdobrado). Assim, pela ausência no *corpus* de estruturas em que entre o auxiliar e o PtP intervenham elementos diferentes dos mencionados (*já, aqui e aí*) é-se levado a pensar que em Português Antigo o auxiliar e o PtP formam uma unidade.

Observe-se no entanto que, embora os dados revelem que a ordem predominante é *Ser* [auxiliar] + PtP, foi localizada uma construção em que o particípio passado antecede o verbo auxiliar (cf.15), atestada nos Documentos Notariais, e 4 em que o sujeito surge interpolado entre o auxiliar e o PtP (cf. 16, 17, 18 e 19) :

- (15) aos dictos affomso ãnes e sua molher e herdeyros duas courellas de vynhas, mortas *que Eram* no dicto logo de vylla longa com suas casarias (séc.XV, DN)
- (16) e nom seendo ainda os emba-xadores d'el-rrei d'Aragom partidos d'aquel logar d'Al-canhaães (séc.XV, CDF)
- (17) ca bem devees, senhor, d'entender que *seendo elles entrados* per força ou per outro quallquer modo, o gram cajom e desonrra que lhes de tall feito podia vñir.(séc.XV, CDF)
- (18) E *semdo o ymfamte dom êrrique tornado* a Lixboa com êtemçã de se logo partyr, chegarã as cartas do comde nas quaes rrecomtava como os mouros que ho tinham çercado *heram jaa partidos* (séc.XV, CDPM)
- (19) E *sêdo o mes de Julho começado*, pera aviamento achegou a Çepta hũ castelão que hera ho comitre dell rey de Castella (séc.XV, CDPM)

Relativamente à primeira exemplificada em (15), a ocorrência do particípio, separado do auxiliar, numa posição acima do pronome relativo *que*, mostra que o particípio se moveu, sugerindo assim que a observação feita acima sobre a interpolação dos advérbios fica de certa forma comprometida, i.e., particípio e auxiliar parecem não formar uma unidade dada a possibilidade de movimento do PtP, embora restrito a um caso. Se formassem uma unidade, este movimento do particípio não seria possível, dado que implicaria uma 'excorporação', depois de uma incorporação, o que não é permitido pela teoria.

Relativamente ao segundo tipo de construções, com o sujeito a intervir entre o auxiliar e o particípio, pode-se afirmar que apontam no mesmo sentido. Nestas, o auxiliar move-se para C, ficando o particípio em I. Este comportamento do Português mantém-se

nos nossos dias e constitui uma excepção no quadro das línguas românicas. Observem-se os seguintes exemplos do Português vs. Francês:

(20) a. O que tem a Maria dito ?

b. O que tem dito a Maria ?.

(21) a. Qu'a dit Marie ?

b. * Qu'a Marie dit ?

Sobre estas estruturas, vejam-se os trabalhos de Ambar, nomeadamente Ambar (1988) e Ambar e Pollock (2002). O número limitado de ocorrências destas estruturas no *corpus* sugere que é nesta altura que o Português se separa de outras línguas românicas, adquirindo um padrão típico de línguas não românicas, como é o caso do inglês:

(22) What has Mary said?

Embora este não tenha sido um tema considerado antes da elaboração deste trabalho, é-se levado a ele pelo *corpus*. Deixa-se esta questão para investigação futura, que terá de ser feita sobre um *corpus* mais alargado.

Retome-se então a proposta de que o verbo *ser* foi excluído destas estruturas devido à perda do traço Locativo (Ribeiro 1996). Esta perda teve como consequência a ausência de *seer* primeiro nas construções locativas, depois nas construções existenciais, e finalmente nas construções de tempos composto. Recorde-se também que o verbo *seer* é já um verbo auxiliar temporal nas estruturas existenciais, i.e., nessas estruturas o verbo *seer* já sofrera uma gramaticalização (Ribeiro 1996). Para se verificar esta hipótese, analisaram-se as estruturas documentadas em face da ausência ou não do constituinte locativo.

A observação dos dados evidencia que das 73 estruturas localizadas de *ser* + Ptp inacusativo, 24 exibem explicitamente o constituinte locativo, como revelam os exemplos de (23)-(28):

(23) E sobraquisto qual delles morrer primeiro deue logo auíj'r a moesteiro o meyo do renouo do casal e a meyadade das sobreditas. iii. libras e meia. e des que Martin perez e sa moller Amada martijz *forẽ pasados deste mũdo* (século XIII, DN)

(24) os quaes sromẽtos leudos presente o dito Joham rrodriguiz e Gonçalo martjnz uimeeyro e Gil martjnz procurador e antõijo iuyãez que *fforõ hy chegados* (1339, DN)

(25) Luzia domingujz mulher que ffoj de Johãne estevez vareiola A qual Luzía domingujz *Era ffinada deste mondo* (1377, DN)

(26) e rrecebeo el-rrei sua carta, em que lhe fez saber a rrazom por que *era chegado a sua terra*, e que lhe enviasse dizer se viiria honde el estava, ou como lhe prazia que fizesse (século XV, CDF)

(27) e andando allá, soube el-rrei como el *era mui entrado em casa d'el-rrei* e de seus filhos, o duque d'Allancastro e o conde de Cambrig e bem-quisto d'elles todos (século XV, CDF)

(28) polla quall rrazom *somos aqui chegados*, e estamos em este lugar de Navarrete, que he nos termos de Castella (século XV, CDF)

O locativo pode ser preenchido por um PP, como por exemplo em (23), (25), (26) e (27), ou por um AdvP como por exemplo em (24) e (28).

Na maioria das construções, em 49 mais precisamente, esse constituinte locativo é omitido. Observem-se os exemplos (29) – (33):

(29) esta Sancha gil que Auja bem seja Anos que *era passada* (DN, século XIV)

(30) E por em mamdou la a Pero Bugalho com C^{to}XX homens amtre de pee e besteyros, avisamd'o logo que deyxsasse çimquoemta ã huũ porto que he em çima, porque, sabemdo os mouros que elles *heram passados*, não lho filhassem primeiro. (século XV, CDPM)

(31) E semdo o ymfamte dom êrrique tornado a Lixboa com êtemçã de se logo partyr, chegarã as cartas do comde nas quaes rrecomtava como os mouros que ho tinham çercado *heram jaa partidos* (século XV, CDPM)

(32) O desmanho foi tam grande em-na cidade por esta rrazom que cuidarom que *eram entrados* (CF, século XV)

(33) Grande arroido foi no arreall quando souberom que el-rrei dom Pedro *era morto* (CF, século XV)

6.2.1. Análise semântica

O verbo *ser* na maioria das construções surge no modo indicativo. No entanto, foram localizadas algumas construções de tempo composto em que o verbo auxiliar se encontra

no modo conjuntivo (cf. 34,35), no infinitivo pessoal (cf.36), no condicional (cf.37) e no gerúndio (cf.38):

(34) como se o *fillo for saydo* do poder do padre (século XIII, FD)

(35) Pero se as testemunhas *fossem ia mortas* (século XIV, TP)

(36) E assy dy Em diante ã cada hũu ano per dito dia ataa *seerem acabadas* as ditas tres pessoas E *finadas* todas tres (século XV, DN)

(37) que tamto que as fustas viessem logo todos aviam de ser juntos com hos mouros, omde per força os cristãos *seriã êtrados*. (século XV CDPM)

(38) E *semdo jaa entrados* no mes d'Abril (século XV, CDPM)

Todas as construções de tempo composto têm aspecto perfeito ou acabado, à excepção da construção em (39):

(39) Senhor - disse elle - muyta gente *he entrada* nesta noite, e vym assy trigosamente por vos avisar (Séc. XV, CDPM)

A ambiguidade em (39) advém do SN *muyta gente*, sujeito da oração, que por ser construído por um pronome indefinido cria precisamente a pluralidade de eventos descrita em Howe e Amaral (2009), e esta pluralidade de eventos, veiculada pelo sujeito é compatível com o pretérito perfeito composto em Português actual. Neste sentido, não é possível determinar com exactidão se se está perante uma construção perfectiva ou já iterativa, já que ambas as leituras são aceitáveis.

6.3. Conclusão

A análise sintáctica dos dados permite tecer as seguintes conclusões:

- (i) Concordância morfológica do PtP inacusativo com o sujeito da oração, objecto inicial do particípio inacusativo;
- (ii) Intervenção de elementos lexicais entre *ser* e PtP restrita a advérbios do tipo *já, aí, aqui*, com registo de apenas três construções no *corpus* considerado;
- (iii) Na ordem predominante no *corpus*, o sujeito precede o auxiliar *ser* e o particípio inacusativo segue-o, com o padrão NP_V_[aux]PtP_[inacusativo]. Foram registadas, no entanto, 5 ocorrências de sujeito pós-verbal, sendo mantida a concordância com o auxiliar. De igual modo, foram localizadas

3 construções de sujeito interpolado entre o verbo auxiliar e o PtP. Nas 4 estruturas se sujeito pós-verbal surgem expressões temporais;

(iv) O constituinte locativo na maioria das construções (49 vezes) é omitido;

O valor aspectual veiculado pelo tempo composto é sempre perfeito, excepto numa construção, que levanta questões de ambiguidade a este nível.

No que respeita às questões a que se pretendeu responder neste trabalho (cf. 4.4.), concluiu-se o seguinte: (i) em relação à primeira questão - até quando é que a perífrase *ser* + PtP inacusativo se manteve na língua -, os dados mostram que tal aconteceu pelo menos até ao século XV; (ii) no que concerne à segunda questão - terá a perda do traço Locativo provocado a reanálise destas estruturas? -, essa afigura-se mais complexa. A participação do verbo *ser* nas construções existenciais em Português Antigo licenciava-o a ser auxiliar de tempos compostos pois na sua grelha temática mantinha o traço Locativo, precisamente por ser um verbo locativo que necessita de um constituinte locativo para poder realizar a predicação. Em certa medida, parece óbvio encontrar construções de tempo composto com o verbo *ser*, uma vez que este verbo, já auxiliar, não tinha ainda sido excluído das estruturas existenciais. Também parece ser possível estabelecer-se uma relação com o avanço diacrónico de outros verbos 'locativos', como *estar* e *haver*, com a mudança, em Português Antigo, na sequência *ser* + PtP. A construção *ser* + PtP manteve-se, pelo menos, até ao século XV, altura em que se começou a desenhar a mudança. Ora no século XV o verbo *estar* surge muito mais frequentemente em estruturas locativas transitórias e o verbo *aver* (existencial) expande-se para o campo semântico de *ser* (Mattos e Silva 1994). Estas mudanças são coincidentes com o início da transformação da sequência *ser* + PtPinacusativo em Português Antigo.

Todavia, o que a maioria dos dados revela é que há uma frequente omissão do constituinte locativo. É preciso ter em conta que o constituinte locativo, denominado na gramática tradicional como complemento circunstancial (de tempo ou lugar) não é um constituinte obrigatório, ou seja, é um adjunto, pelo que a sua omissão é gramatical. Só em construções com determinados verbos, como é o caso do verbo *morar* (Ambar 1988), ou até mesmo o caso do verbo *seer* existencial, é que o constituinte locativo é obrigatório para poder formar uma relação predicativa com o NP sujeito (cf. capítulo 3). Recorde-se também a proposta de Marquilhas (2009) (cf. 4.4.), complementando a de Ribeiro (1996), em que se considera que construções em que o locativo é elidido são muito vulneráveis a

uma reanálise. De facto, o que os dados mostram é essa frequente omissão, que poderá ter conduzido a uma ambiguidade estrutural e, conseqüentemente, a uma reanálise. São frases como as de (cf.40) – (cf.42) que podem criar essa ambiguidade:

(40) e ora pois a Deus prougue de vos poer com el-rrei dom Henrrique em paz, e el
he ja morto e vossa terra está d'assesego (séc.XV, CF)

(41) O doo foi mui grande nom soamente na cidade mas em todollos logares d'onde
gentes em ella forom enviadas, cuidando que quantos n'ella hiiam todos *eram*
mortos, posto que lh'os da gallee dissessem que nom eram salvo cativos
(séc.XV, CDF)

(42) E ã esto chegou Gastam da Ilha, e apos elle o comde, o qual vio jazer o cavallo
em que fora Pero Vazquez Pimto e, pemsando que *hera morto* ou preso
(séc.XV, CPM)

O verbo *morrer* é o verbo inacusativo mais frequente no *corpus* e, na maioria das estruturas com este verbo, o constituinte locativo é elidido. Neste sentido, estas construções criam ambiguidade na medida em que podem ser interpretadas como estruturas de tempo composto ou como estruturas copulativas. Assim, está-se perante um contexto propício à ocorrência de uma reanálise. Relembre-se que a reanálise é um processo que altera a estrutura profunda sem alterar necessariamente a estrutura em superfície. A estrutura profunda de uma construção como em (cf.43) poderá ter as seguintes representações:

(43) a. Grande arroido foi no arreall quando souberom que el-rrei dom Pedro

VP [era_{aux} [VP [P_{TP} morto]]] = estrutura profunda antes da reanálise

b. Grande arroido foi no arreall quando souberom que el-rrei dom Pedro

VP [era [SC_{cópula} [P_{TP} morto]]] = estrutura profunda após a reanálise

Em (cf.43a.) a reanálise ainda não ocorrera, e em (cf.43b.) já ocorrera, mas em linearidade não é visível esta mudança.

A ocorrência simultânea de duas estruturas – uma possivelmente copulativa e outra possivelmente de tempo composto - não são incompatíveis. Está-se perante o sistema de Kroch (1994) de 'Gramáticas em Competição'. A forma antiga pode conviver com a forma nova até que a forma antiga se extinga definitivamente.

Em suma, os dados, como são exclusivamente de estruturas de tempo composto, não permitem, com clareza, demonstrar a relação entre verbo auxiliar e verbo 'locativo'.

Apenas permitem aceitar a hipótese de que o verbo *ser* enquanto verbo existencial em Português Antigo licenciava-o a ser verbo auxiliar, porque mantinha o traço Locativo. O que será necessário realizar, futuramente, é uma recolha sistemática de estruturas locativas com *ser* e *estar* para se poderem comparar com as de tempo composto (construções com *ter* e *haver*).

7. Considerações Finais

A partir da interpretação dos dados recolhidos podem-se delinear as seguintes considerações.

É possível localizar a existência de tempo composto em Português, i.e., uma estrutura temporal perifrástica composta por verbo auxiliar e verbo principal no particípio passado com valor activo (na sua maioria de aspecto perfectivo), desde, pelo menos, o século XIII (Mattos e Silva 1997). O verbo *ser* era o auxiliar por excelência de tempos compostos com particípios passados de verbos inacusativos, pelo menos até ao século XV, sendo que a literatura em causa indica que esta construção se manteve até ao século XVI (Mattos e Silva 1989, 2008; Ribeiro 1996). Em todo o caso, o uso de *tempo composto* era diminuto em Português Antigo. A esta mesma conclusão chegou Mattos e Silva (2000, 2008:441) ao salientar que “a baixa frequência do tempo composto é constante em todos os documentos do período arcaico por mim analisados”. Além disso, a autora também observa que a expansão do *tempo composto* se dá na primeira metade do século XV (Mattos e Silva 2008:438). Esta evidência também é suportada pelos dados apresentados neste trabalho, i.e., a maioria das estruturas documentadas reportam-se ao século XV. Além disso, a frequência aumenta de século para século.

No que respeita às motivações que levaram à exclusão de *ser* como verbo auxiliar de tempo composto, este trabalho apresentou a hipótese de que existe uma relação entre verbos ‘locativos’ e auxiliares – ambos são verbos inacusativos e não têm grelha temática- e procurou estabelecer uma relação entre a evolução diacrónica daqueles verbos com a evolução diacrónica de *ser* enquanto auxiliar. Esta dissertação também seguiu na esteira da Teoria da Mudança. Foram referidos vários estudos que mostram que em muitas línguas do mundo existe essa correlação. Esta relação entre verbos auxiliares e ‘locativos’ parece também manifestar-se em Português Europeu, na medida em que o verbo *ser*, como verbo ‘locativo’, participava, em Português Antigo, em estruturas existenciais como auxiliar temporal porque não conseguia atribuir papel temático, atribuindo apenas o papel temático de Locativo, que é considerado um papel secundário. A sua exclusão das estruturas existenciais levou-o à exclusão de verbo auxiliar de construções activas de tempo composto com verbos inacusativos porque na sua grelha temática perdeu o traço locativo, o que o não licenciava enquanto verbo auxiliar. Esta hipótese parece ser suportada com dados de outras línguas românicas,

nomeadamente os do francês e os do italiano. Nestas línguas, a construção de tempo composto de verbos inacusativos com o auxiliar *ser* ainda se mantém, assim como o verbo *ser* ainda participa nas estruturas locativas em francês (*le livre est sur la table*) e nas existenciais em italiano (*siamo in due*).

A reanálise parece ter sido provocada por duas mudanças na língua. A primeira mudança foi o desaparecimento do verbo *ser* nas estruturas locativas. Na sua evolução o verbo *ser* teria uma grelha temática em que figurava o traço locativo mas no seu desenvolvimento diacrónico acabou por perder propriedade. A segunda mudança, talvez motivada por questões pragmáticas, foi a frequente omissão do constituinte locativo, que não era obrigatório. Isto é, é possível que tenha ocorrido uma generalização da omissão do constituinte locativo, quer em estruturas em que o mesmo era obrigatório para estabelecer a relação prediativa – como por exemplo nos verbos existenciais-, quer em estruturas em que este constituinte não era de facto forçoso. Este factor poderá ter tido um papel preponderante na exclusão de *ser* enquanto auxiliar, pois essas estruturas poderão ter sido reinterpretadas como estruturas copulativas e não como estruturas de tempo composto. Esta reinterpretação poderá ter conduzido a uma mudança de parâmetro na língua, ou seja, os falantes de gerações diferentes poderão ter reajustado o valor do parâmetro de acordo com as experiências linguísticas que tiveram.

Posto isto, parece que a proposta avançada por Ribeiro (1996) se afigura como válida e a explorar, se bem que, pelas razões expostas, se tenha percebido que os dados recolhidos não são suficientes para suportar, claramente, a correlacção entre verbo auxiliar e verbo ‘locativo’

Além disso, há ainda um caminho a percorrer no que diz respeito à questão do verbo auxiliar em Português e da própria problemática da emergência de *tempo composto*. Esta ideia de que ainda há muito a fazer sobre o verbo auxiliar foi sentida por Mattos e Silva (1994:62) e até por Ribeiro (1996), que nas conclusões do seu artigo também sugere que é necessário investigar se certos fenómenos de concordância não terão também estado envolvidos na exclusão de *ser* da sequência em estudo. No entanto, se se tiver apenas em conta o critério temático, então os dados parecem ser insuficientes, i.e., esta perspectiva parece não ser suficiente para dar conta da exclusão de *ser* como auxiliar de tempo composto. Se o traço Locativo é o que caracteriza um verbo auxiliar em Português, por que razão o verbo *ser* se mantém como auxiliar de estruturas passivas? Outra observação que se pode colocar é a de que se o Locativo é um papel secundário e, como tal, opcional, ou seja, é um adjunto, poderá não fazer parte da grelha temática de um

verbo, pelo que a sua presença ou ausência não deveria influir nas propriedades intrínsecas do verbo, neste caso, o verbo *ser*.

Para que se possa chegar a respostas mais profundas sobre a questão de *ser* como auxiliar, julga-se importante realizar um estudo sistemático de todos os textos remanescentes do período medieval, ou pelo menos da sua maioria. É trabalho que terá de ser empreendido futuramente e em comparação com o comportamento sintáctico de *ter* e *haver*, por um lado e *estar*, por outro.

O estudo aqui apresentado pretendeu dar um contributo para a investigação da construção medieval *ser* + PtP inacusativo. Espera-se que o trabalho aqui desenvolvido, de teor sobretudo descritivo, possa contribuir, ainda que modestamente para o conhecimento da sequência de tempo composto *ser* + PtPinacusativo e, por outro lado, para a problemática da própria categoria de *verbo auxiliar* e do estatuto do verbo *ser*.

Bibliografia

- Ali, M.Said (1964), *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*, São Paulo, Melhoramentos
- Ambar, M. (1987). "The order of NP_subject_Auxiliary_Past Participle in Wh-questions and the barrierhood of IP", in *Actes du Premier Colloque de la Société de Linguistique du Maroc*, Rabat.
- Ambar, M. (1988), *Para uma sintaxe de inversão sujeito-verbo em português*, Dissertação de Doutorado, Universidade de Lisboa Faculdade de Letras.
- Ambar, M. (1992). "Temps et structure de la phrase en portugais", in Obenauer, H.-G. & A.Zribi Hertz (org.) *Structure de la Phrase et Théorie du Liage*, Sciences du Langage, Paris, PUV.
- Ambar, M. (1996) "Participles vs. Infinitives", in *Semantic Issues in Romance Syntax Current Issues in Linguistic Theory*, Esthela Trevino e José Lema (orgs.), A, John Benjamins.
- Ambar, M. (1996). "The syntax of Focus – a unified approach". Presented at *International Workshop on Focus*, ms. U. Lisbon.
- Ambar, M. et al. (2002) "Tense, Quantification and Clause Structure in EP and BP. Evidence from a comparative study on *sempre*" in *Romance Languages and Linguistic Theory 2002 – Selected Papers from 'Going Romance'*, Groningen, 28-30 November 2002. Amsterdam, John Benjamins.
- Ambar, M. e Jean-Yves Pollock. (2002). "Topic vs. Comment in some Subject Inversion Sentences in French and Portuguese". *Journal of Portuguese Linguistics* 1.1. , Lisboa, pp.,119-138.
- Amaral, P., e C. Howe (2009) (no prelo) "Nominal and verbal plurality in the diachrony of the Portuguese Present Perfect" in *Proceedings of the Workshop on Nominal and Verbal Plurality*, Berlin/New York, Max Niemeyer Verlag.
- Avelar, J (2004) *Dinâmicas morfossintáticas com 'ter', 'ser' e 'estar' em português brasileiro*, Dissertação de mestrado, IEL-Unicamp.
- Avelar, J. (2006) *De verbo funcional a verbo substantivo: uma hipótese para a supressão de HAVER no português brasileiro*. Porto Alegre, Letras de Hoje, v. 143, pp. 49-74.
- Barbosa, J.S. (1881), *Grammatica Philosophica da língua portugueza*, Lisboa, Academia Real das Ciências.
- Benveniste, E. (1988), *Problemáticas de Linguística Geral I*, Maria da Glória Novak e Maria Luiza Neri (trad.), Campinas, Pontes.
- Brocardo, M.T. (2006), '*Haver e Ter em Português Medieval. Dados de Textos dos Séculos XIV e XV*' in '*Revue de Linguistique Romane*', v.70, pp. 95-122.
- Callou, D. e J. Avelar (2007) "Sobre a Emergência dos Verbos Possessivos em Contextos Existenciais no Português Brasileiro" in *Descrição, História e Aquisição do Português Brasileiro*, Ataliba T. de Castilho; Maria Aparecida Torres Moraes; Ruth E. Vasconcellos Lopes; Sonia Maria Lazzarini Cyrino. (Org.), Campinas, Pontes, v. 1, pp. 375-402.

- Campbell, L. (2004), *Historical Linguistics: An Introduction*, Massachusetts, Cambridge MIT.
- Cardeira, E. (2004), *Entre o português antigo e o português clássico*, Lisboa, INMC.
- Cardoso, A.e S. Pereira (2003): "Contributos para o estudo da emergência do tempo composto em Português" in "Revista da ABRALIN - Associação Brasileira deLinguística", 2(2), pp.159-181.
- Castro, A.e J. Costa (2001) "Possessivos e advérbios: formas fracas como X^o". in *Actas do XVII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa.
- Chomsky, N. (1995), *The Minimalist Program*, Massachusetts, MIT.
- Chomsky, N. (2008). "On Phases" in *Foundational Issues in Linguistic Theory: Essays in Honor of Jean-Roger Vergnaud*. Freidin, Robert, Carlos Otero and Maria-Luisa Zubzarreta (eds). Cambridge, Mass., MIT, pp. 133-166.
- Clark, E.V. (1978), "Locational: Existential, Locative and Possessive Constructions" in Joseph Greenberg (org.) *Universals of Human Language*, vol. 4, Stanford, Stanford University Press.
- Costa, J. (1997) "L'opposition *Ser/Estar* en portugais" in *Être et Avoir, Syntaxe, sémantique, typologie*, Alain Rouveret (dir.), Vincennes, Press Universitaires de Vincennes, pp.139-155.
- Duarte, I. (2003), 'Relações gramaticais, esquemas relacionais e ordem de palavras' in *Gramática da Língua Portuguesa*, Maria Helena Mira Mateus *et al.* (org.), Lisboa, Caminho, pp.295-316.
- Duarte, I. (2003), "A família das construções inacusativas" in *Gramática da Língua Portuguesa*, Maria Helena Mira Mateus *et al.* (org.), Lisboa, Caminho, pp.507-538.
- Ferreira, José de Azevedo (2001), *Estudos de História da Língua Portuguesa*, Braga, Universidade do Minho.
- Galves, C., *et al.*, (2006) "Novas perspectivas para antigas questões: revisitando a periodização da língua portuguesa", in *Grammatische Strukturen des Europäischen Portugiesisch*, Annette Endruschat; Rolf Kemmler; Barbara Schafer-Prie t. (Org.), Tübingen, Calepinus Verlag, pp. 45-75.
- Guéron J. e T. Hoekstra (1995), "The temporal interpretation of predication" in *Syntax and Semantics, Small Clauses* A. Cardinaletti and M.T. Guasti (ed.) ,San Diego, Academic Press, p.77-103.
- Harris, A. e L. Campbell (1995), *Historical syntax in cross-linguistic perspective*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Heine, B. *et al.* (1991), *Grammaticalization: A conceptual framework*. Chicago: University of Chicago Press.
- Heycock, C.e A. Kroch (1998), "Inversion Equation in Copular Sentences" in Wilder *et al.* (eds.), *Proceedings of the ZAS Workshop on (pseudo)clefts* (pdf. da internet) www.ling.upenn.edu/papers/faculty/tony_kroch/papers/berlin.pdf;
- Hopper, P. e E. Traugott (2003), *Grammaticalization*, Cambridge, Cambridge University Press.

- Kayne, R. (1983), "Chains, categories external to S, and French complex inversion", in *Natural Language and Linguistic Theory*, vol.1, n.1, pp.108-139.
- Kayne, R. (1989), "Facets of Romance Past Participle Agreement" in *Dialect variation and the theory of grammar*, Dordrecht, Foris.
- Kroch, A. (1989) "Reflexes on Grammar in Patterns of Language Change" in "Language Variation and Change", n.1, pp.199-244 (disponível em pdf: <http://www.stanford.edu/~kiparsky/Papers/kroch89.pdf>).
- Kroch, A. (1994), "Morphosyntactic Variation" in "Papers from the 30th Regional Meeting of the Chicago Linguistics Society", (disponível em pdf: <http://www.sfb441.uni-tuebingen.de/veranstaltungen/morphosyntax.pdf>).
- Kroch, A. (2001) "Syntactic Change" in *The Handbook of Syntactic Theory*, Mark Baltin e Chris Collin (ed.), Malden, Blackwell.
- Lightfoot, D. (1979), *Principles of Diachronic Syntax*, Cambridge, Cambridge University Press;
- Lightfoot, D. (1999), *The Development of Language, Acquisition, Change and, Evolution*, Oxford, Blackwell.
- Lightfoot, D. (2006), *How new languages emerge*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Lopes, F. (século XV), *Crónica de D. Fernando*, Giuliano Macchi (ed.) (2004), Lisboa, INCM.
- Lyon, J. (1969), *Introduction to Theoretical Linguistics*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Maia, C. de Azevedo (1986), *História do galego-português*, Coimbra, Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Maia, C. de Azevedo (1995), "Sociolinguística histórica e periodização linguística, Algumas reflexões sobre a distinção entre *português arcaico* e *português moderno*", in "Diacrítica", Universidade de Minho.
- Maia, C. de Azevedo (1999) "Periodização na história da língua portuguesa: *status questionis* e perspectivas de investigação futura" in "Estudos de história da língua portuguesa", Eberhard Gärtner, Christine Hundt e Axel Schönberger (eds), Frankfurt, Biblioteca Luso-Brasileira, vol. 7, pp: 21-39.
- Marquilhas, R. (2009), "Eu ainda sou vivo". Sobre a edição e análise linguística de cartas de gente vulgar" in "Estudos de Lingüística Galega", nº 1, pp-47-55.
- Martins, A. M. (2001) *Documentos Portugueses do Noroeste e da Região de Lisboa – Da Produção Primitiva ao Século XVI*, Lisboa, INMC.
- Mattos e Silva, R.V. (1987), "Ser, Estar, Jazer, Andar No Português Trecentista" Arquivo do Centro Cultural Português, Paris, v. 1, n. XXIII, p. 31-47;
- Mattos e Silva, R.V. (1989), *Estruturas Trecentistas*, Lisboa, INCM.
- Mattos e Silva, R.V. (1994) *O Português Arcaico, Sintaxe e Morfologia*, São Paulo, Contexto.
- Mattos e Silva, R.V.(2007), "Novas Contribuições para a História da Língua Portuguesa, Ainda os Limites do Português Arcaico" Diadorim (Rio de Janeiro), v. 2, pp. 99-113.

- Mattos e Silva, R.V. (2008) *O Português Arcaico, Sintaxe e Morfologia*, Lisboa, INMC.
- Moro, A. (1995), "Small Clauses with predicative nominals" in A. Cardinaletti and M.T. Guasti (ed.) *Syntax and Semantics, Small Clauses*, Academic Press, San Diego, pp.109-127.
- Oliveira, F. (2003), 'Tempo e Aspecto' in *Gramática da Língua Portuguesa*, Maria Helena Mira Mateus et al. (org.), Lisboa, Caminho.
- Pesetsky, D. e E.Torrego. (2001). "T-to-C Movement: Causes and Consequences" in *Ken Hale: A Life in Language*, M. Kenstowicz, (ed.) Cambridge, Massachusetts, MIT pp.355-326.
- Posner, R. (1996), *The Romance Languages*. Cambridge. Cambridge University Press.
- Ribeiro, J.Peral (1959) "*ESSERE, SEDERE e STARE nas línguas românicas" in "Boletim de Filologia", Lisboa, Centro de Estudos Filológicos, tomo XVII, pp. 147-176.
- Ribeiro, I. (1993): "A formação dos tempos compostos: a evolução histórica das formas *ter, haver e ser*", in *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. Homenagem a *Fernando Tarallo*, Ian Roberts e Mary Kato (orgs), Campinas, Editora da Unicamp, pp.343-386.
- Roberts, I., Roussou, A. (2002), "The History of the Future" in *Syntactic Effects of Morphological Change*, pp.23-57.
- Roberts, I., Roussou, A (2003), *Syntactic Change, A Minimalist Approach to Grammaticalization*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Roberts, I. (2007), *Diachronic Syntax*, Oxford, University Press.
- Rouveret, Alain, (1998) "Points du vu sur le verb *être*", in *Être et Avoir, Syntaxe, sémantique, typologie*, Alain Rouveret (dir.), Vincennes, Press Universitaires de Vincennes, pp.11-67.
- Silva Dias, A. E. da (1970), *Syntaxe Histórica Portuguesa*, Lisboa, Livraria Clássica Editora.
- Vincent, N. (1982) "The development of the auxiliaries *HABERE* and *ESSE* in romance" in *Studies in the Romance Verb*, London, Caneberra, Croom Helm.
- Zurara, G.E. (século XV), *Crónica de D. Pedro de Meneses*, Teresa Brocardo (ed), Lisboa, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.

Anexos

Anexo 1

Apresentação dos dados recolhidos do *corpus*: *Ser* + Particípio Passado
Inacusativo

Flores de Direyto

1. como se o fillo *for saydo* de poder do padre (p.428)
2. Pero se ante que o ano seya conprido do dya que estes plazos *fore~ passados* aaquel dia ueer. (p.439)
3. e se o plazo *for passado*. e mays deffensões quiser pôer nõ deue seer ouuido subr'ellas se nõ iurar que ante do plazo nõ soube aquellas deffensões. (p.443)

Documentos Notariais

4. E sobraquisto qual delles morrer primeiro deue logo auíj'r a moesteiro o meyo do renouo do casal e a meyadade das sobreditas. iii. libras e meia. e des que Martin perez e sa moller Amada martijz *fore~ pasados* deste mu~do (1279, Mosteiro de Pedroso)
5. moradores no lugar que chamã pumares na freyguisía da dita sancta ouvaya e que *son pasados* (1321, Mosteiro de S.Miguel de Vilarinho).
6. esta Sancha gil que Auja bem sejs Anos que *era passada* (1328, Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho)
7. Anos que *ssom traspaçados* (1328, Mosteiro de S.Miguel de Vilarinho)
8. os quaes sromêtos leudos presente o dito Joham rrodriguiz e Gonçalo martjnz uimeeyro e Gil martjnz procurador e antõijo iuyãez que *fforõ hy chegados* (1339, Mosteiro S.Miguel de Vilarinho).
9. pediu ao dito Prol que quãto era o renouo deste ãno que sse seguía pois ía *era começado* (1339, Mosteiro de S.Miguel de Vilarinho)
10. Estando no dito logo Johã viçente procurador do dito moestey'ro o dito Johã viçente disse que a dita vjnha trouxera ã outro tempo Luzia domingujz molher que ffoj de Johãne esteve vareiollla A qual Luzia

dominguiz *Era ffinada* deste mondo E que portanto dissera e
Requerera a Gonçalo martijz come Erdey'ro da dita Luzía dominguiz
(1377, Mosteiro de Chelas)

11. E porque ffuy' certo que Gonçalo dominguiz que era conteudo no dicto
estormêto por Testame~tej'ro *era ía passado* de meu offício (1353,
Mosteiro de Chelas)

12. E dizia *que* a dicta vinha *que* asy o dicto domygos gill fezera *Era Ja
morta* e nõ daua nada (1422, Mosteiro de Chelas)

13. E vjnte E ojto anos na quall ffazya mençõ antre as outras cousas que
os dictos graujell e ãnes E sua molher venderom aos dictos affomso
ãnes e sua molher e herdeyros duas courellas de vynhas, *mortas que
Eram* no dicto logo de vylla longa com suas casarias (1429, Mosteiro de
Chelas)

14. E assy dy Em diante ã cada hũu ano per o dito dia ataa *serem
acabadas* as ditas tres pesoas *E finadas* todas tres (1470, Mosteiro de
Chelas).

Terceira Partida

15. Pero se as testemunhas *fossem ia mortas* (Manuscrito Torre do Tombo
412)

16. Pero sse as testimonhas *ffossem ia mortas* (Manuscrito Silva Marques
412)

Crónica de D.Fernando

17. ataa que a batalha antre el-rrei dom Pedro e el-rrei dom Henrrique
fosse passada (p. 20)

18. e alli lhe disserom como hũus seiscentos de cavallo dos seus, antre
castellaãos e genetes, que el mandara por cobrar a vitela d'Agreda
que estava contra elle, *eram passados* pera el-rrei dom Pedro (p.21)

19. E foi rrequerido Affonsso Lopez que desse o logar, pois o termo *ja era
passado* (p.134)

20. polla quall rrazom *somos aqui chegados*, e estamos em este logar de Navarrete, que he nos termos de Castella. (p. 28)
21. O desmanho foi tam grande em-na cidade por esta rrazom que cuidarom que *eram entrados*. (p.66)
22. e cometerom ho logar, e do primeiro combato entrarom a cerca primeira, e as gentes do logar acolherom-sse aa cerca velha, e alli se defenderom de guisa que nom *forom entrados* (p.126)
23. da quall cousa os de fora ouverom gram prazer, e muitos da cidade ouve hi taaes que veendo aquello cuidarom per força *seerem entrados*. (p. 130)
24. ca bem devees, senhor, d'entender que *seendo elles entrados* per força ou per outro quallquer modo, o gram cajom e desonrra que lhes de tall feito podia vïir.(p. 150)
25. foi hũu d'elles Joham Fernandez d'Andeiro, naturall da Crunha, que sse vehera pera elle quando el-rrei dom Fernando fora a Galliza; e hindo-sse assi do rreino, foi pella Crunha e rroubou-a e meteo-sse em naves e foi-sse pera Ingraterra; e andando allá, soube el-rrei como el *era mui entrado* em casa d'el-rrei e de seus filhos, o duque d'Allancastro e o conde de Cambrig e bem-quisto d'elles todos (p.417)
26. porém que taaes ouve hi que tres vezes *forom entradas* e tres vezes deitarom os emmii-gos fora; (p.444)
27. E polla fraqueza do logar e pollo fogo que lhe poserom aas portas *forom logo entrados* per força, e foi ell o primeiro que entrou dentro; (p.520)
28. e rrecebeo el-rrei sua carta, em que lhe fez saber a rrazom por que *era chegado* a sua terra, e que lhe enviasse dizer se vïiria honde el estava, ou como lhe prazia que fizesse.(p.249)
29. e nom *seendo* ainda os emba-xadores d'el-rrei d'Aragom *partidos* d'aquel logar d'Al-canhaães (p. 12)

30. El-rrei dom Henrrique, honde viinha, soube novas como el-rrei dom Fernando *era partido* e como sse tornara pera Purtugall (p.108)
31. El-rrei dom Fernando, quando soube que el-rrei dom Henrrique *era partido* de sobre Guimaraães (p.119)
32. Feito esto assi escusamente, posto que o quitamento fosse de praça, vio el-rrei que lhe compria *seer partido* d'o que prometera a el-rrei dom Henrrique em rrazom do casa-mento de sua filha com elle (p. 203).
33. Foi muito amigo de seu irmão dom Joham meestre d'Avis, de guisa que como el-rrei dom Pedro hordenara que sempre acompanhassem ambos quando eram na corte, assi nunca *eram partidos* de monte e de caça e comer e dormir e das outras conversações husadas d'aquelles que sse bem amam. (p.348)
34. e elles hindo pello caminho, acharom hũu Fernam Gallego seu manteheiro quelhes disse como o iffante *era partido* e de que guisa, o quall lhes mandava dizer que sse o amavom (p. 383)
35. O capitam das gallees de Castella, quando isto vio, enviou dizer a el-rrei seu senhor como as gallees de Portugall *eram tornadas* e como era sua mercee de fazer; (p.404)
36. Veede se era bõo jogo d'elles: levando à agua as bestas d'el-rrei, lançarom mão d'ellas, e tomarom--nas per força, dizendo que el-rrei lhe devia solldo e que o queriam penhorar em ellas; e foi assi de feito que as tomarom, e per mandado do conde *forom tornadas*. (p.466)
37. *Seendo ja andados* oito dias d'abrill, entrarom os cardeaaes pella manhã, segundo forma de dereito, no conclavi pera enle- gerem, como he seu costume (p. 387)
38. Grande arroido foi no arreall quando souberom que el-rrei dom Pedro *era morto*; (p.85)
39. posto que algũus digam que el nom tomou em esta guerra se nom titulo de vingador da morte d'el-rrei dom Pedro seu primo, esto nom foi d'esta guisa, mas faziam entender a el-rrei, e ell assi o dezia, que pois

el-rrei dom Pedro *era morto*, que el ficava erdeiro nos rreinos de Castella e de Leom, ca era bisneto legitimo d'el-rrei dom Sancho de Castella, neto da rrainha dona Beatriz filha do dito rrei dom Sancho; (p.101)

40.E quando as gallees de Portugall souberom como el-rrei dom Henrrique *era morto* partirom-sse da companhia das outras e veherom-sse pera Lixboa. (p.403)

41.E porque sempre tive coração d'aver d'isto vingança, como visse tempo aazado, agora que me parece que o melhor posso fazer que em outra sazom, pois que *el he morto*, tenho voontade de o poer em obra; (p.414)

42.e ora pois a Deus prougue de vos poer com el-rrei dom Henrrique em paz, e el *he ja morto* e vossa terra está d'assesego, (p.415)

43.O doo foi mui grande nom soomente na cidade mas em todollos logares d'onde gentes em ella foram enviadas, cuidando que quantos n'ella hiiam todos *eram mortos*, posto que lh'os da gallee dissessem que nom eram salvo cativos.(p.447)

44.e aquell filho bastardo d'el-rrei de Ingraterra que dissemos foi o primeiro que o começou de combater, e desi os outros; e os que eram dentro deffendiam-sse quanto podiam, e deram-lhe de cima hũa gram pedrada, em guisa que cahiu logo em terra e todos cuidarom que *era morto* (p.520)

Crónica de D.Pedro de Meneses

45.porque quamdo elle esta estoria mamdou escrever *jaa heram passados* acerca de vimte annos que rregnava nos quais se passarão muy gramdes e notaveis feitos, assy acabados por sua propia pessoa como por seus servidores. (p.174)

46.caa, por sua ymfimda piadade, ate oge, que *sam passados* coremta e çimco annos, sempre aquella çidade foy muy vallemtememte defemdida pellos nossos naturais (p.214)

47. E *sẽdo ho mes de Julho começado*, pera aviamemto achegou a Çepta hũ castellão que hera ho comitre dell rrey de Castella. (p. 423)
48. Hũ bizcainho *foy chagado* ao derradeiro perigo de hũa grande lamçada que ouve nas costas, com ha quall lhe cortarão duas das primçipaes (p.308)
- 49.- Amigos, nos *somos chegados* açerca de Çepta, segumdo me estes nossos guiadores tem dito. (p.706)
50. E por em mamdou la a Pero Bugalho com Ct^oXX homens amtre de pee e besteyros, avisamd'o logo que deyxasse çimquoemta ã hũ porto que he em çima, porque, sabemdo os mouros que elles *heram passados*, não lho filhassem primeiro. (p.363)
51. Os nossos foram dereitamentemte ao aduar, mas quamdo chegarão ja hy nũ acharão nenhũ, caa todos *heram passados* da outra parte, porẽ poseram-lhe fogo e queymarã hũa parte delle. (p.402)
52. e porquamto lhe fora escripto de Taryfa que hũ lenho d'Alcaçar *hera passado* a Gibralhtar pera llevar messageiros (p.406)
53. E *semdo* o ymfamte dom ãrrique *tornado* a Lixboa com ãtemçã de se logo partyr, chegarã as cartas do comde nas quaes rrecomtava como os mouros que ho tinham çercado heram jaa partidos (p.494)
54. Os ymfamtes e toda a outra frota que veo a este socorro, ã cujo esforço estes *cristãos* que estam ã Çepta fezerõ esta tam grande ousadia, *sam jaa tornados* pera ho rregno (p.529)
55. Omde avees de saber que, avemdo o comde dom Pedro emformação de duas aldeas que heram na falldra daquella serra comtra o Vall de Negrão, ordenou mamdar laa seus allmogavares pera se çerteficar do proveito que se nellas podia fazer, os quaes *semdo tornados* daquella viagẽ (p. 329)
56. E quamdo pera esto foy rrequerido elle *hera jaa finado* (p.600)

57. E *sendo* o ymfamte dom êrrique *tornado* a Lixboa com êtemçã de se logo partyr, chegarã as cartas do comde nas quaes rrecomtava como os mouros que ho tinham çercado *heram jaa partidos* (p.494)
58. E tanto que começarão de mover assy começarã de poer ho fogo a llenha que trouxerão, de guysa que foy de todo queymada amte que daquelle lugar *fossem partidos*. (p. 486)
59. Ora que vos Deus livrou, queremos-nos tornar, caa nos não pareceeo rrazão, aynda que soubessemos como ell rrey *hera partido*, de vos não noteficarmos o bõo desejo do comde e assy daquelles senhores que com elle são. (p. 559)
60. E esto he que o velho *que ally estaa por capitão he partido* pera o seu rregno dõde elle he naturall (p.661)
- 61.- Senhor - disse elle - muyta gente *he emtrada* nesta noite, e vym assy trigosamente por vos avisar. (p.296)
62. Çimco, porẽ, morrerom amte de ho navio *ser êtrado*, cuja morte foy azo de se aquella emtrada aver com menos perigo dos nossos. (p. 309)
63. E *sendo jaa emtrados* no mes d'Abrill, ouve novas como se perçeebiã os mouros pera vyrem sobr'elle, pello quall suas gentes foram avisadas e elle atemto do que lhe pertemçia pera tall auto. (p.314)
64. que tanto que as fustas viessem logo todos aviam de ser juntos com hos muros, omde per força os cristãos *seriã êtrados*, e que emtão saberiam que diferemça avia de Cristo a Mafamede, ca todos aviã de ser degollados (p. 456)
65. E como as fustas vyram que lhe vinha Pero Vazquez de comtra, começarã de se lamçar ao maar e *foram llogo emtradas*. (p.629)
66. E como quer que o outeiro fosse agro e mao de emtrar a quẽ o de tam neçessaria vomtade defemdia, porẽ ouverõ de *ser emtrados* (p. 667)
67. Mas não foy o avisamemto do comde em vãõ, caa, em queremdo amanheçer, estando todos atemtos na pregaçãõ, de que aynda a *terça parte não hera passada* (p.314)

68. O comde, quamdo vio que Pero Lopez *hera morto*, mamdou assy aos de cavallo como aos de pee que jaa hy heram que çercassem bẽ o momte de guisa que nenhũ mouro nõ escapasse, como de feito ho fezerão. (p.313)
- 69.- Eu - disse o mouro - são da allcabella de Beneçaide, o quall comtemde com a allcabella de Beneigem por causa de hũa moça que foy tomada do taymbo, sobre a quall se allevamtou tamto arruydo, *que sam jaa mortos* d'amballas partes bẽ seysçemtos mouros. (p.335)
70. e hũa cabeça de hũ mouro que os do muro da çidade matarão, a quall llevavã assy allta em hũa lamça, e as bamdeiras arrastamdo, damdo voz que ho comde *hera morto* e que aquella hera sua cabeça (p.464)
71. E como muitos delles *heram jaa mortos e feridos*, tamto que vyrã os nossos leixaram a praya, em cujo rrecolhymemto se acreçemtou muito mais sua perda (p.484)
72. Oo, - disse elle - nobre fidallgo! Pera vos husardes de vossa nobreza, vos me deviaes soltar llyvrememte sã outra rremdição, sequer por não perderdes o exerççio da cavalaria, caa, pois Aabu, e desy Zaem, e os outros melhores daquy derrador *sam mortos*, jaa não avera hy quẽ vos venha guerrear, e, se vos me solltais, jaa sabeis que me temdes aquy cada mes. (p.522)
73. E ã esto chegou Gastam da Ilha, e apos elle o comde, o qual vio jazer o cavallo em que fora Pero Vazquez Pimto e, pemsamdo que *hera morto ou preso* (p.618)
74. E em esto chegarã novas como Rruy Mẽdez *hera morto* e que os outros estavã ã gramde pressa. (p.648)

Anexo 2

Apresentação dos dados recolhidos do *corpus*: *Haver* + Participípio
Passado Inacusativo

Flores de Direyto

1. ata que sa rrazõ ou sa querela ouuer acabada (p. 422)
2. nõ deuẽ fallar cū nenhua das partes ata que o aya acabado. (p.449)

Crónica de D.Fernando

3. e pois que a casa de França era a mayor do rreino dos christãos, que nom devia fallecer sua ajuda aos que em tall caso ouvessem caido (p.54)
4. e veo-sse caminho dereito de Coimbra, e alli se juntarom com elle o meestre de Santiago e o meestre d'Alcantara e as companhas da Andaluzia que aviam entrado per aquella comarca. (p. 252)
5. rrogando-lhe per suas cartas ao cardeall que assolvesse el e seu rreino d'algũu caso d'es-comunham ou interdito, se em ello aviam caido, ficando em sua firmeza todallas cousas contheudas nos trautos (p. 295)
6. dizendo que sabia per certas novas como el e muitos bõos cavalleiros e homẽes d'armas aviam chegado a Lixboa por fazer guerra e dano em seu rreino, em ajuda d'el-rrei dom Fernando (p. 464)
7. El-rrei de Castella em este comeos avia entrado per Por-tugall e cercara hũu castello que chamam Almeida (p. 449)

Estar + Participípio Passado Inacusativo

Documentos Notariais

8. Enquanto Gomez Lourenço, o velho, era julgado à revelia, o outro réu, questionado pelo juiz, preferiu prescindir da dita herdade, cuja vinha alegava *estar já morta*, a manter os termos do contrato. Feito na Vila d'Alverca por Rodrigo Estevez, tabelião de El Rei na dita vila.

Anexo 3²⁴

(i) Apresentação dos dados não considerados: *Ser + Particípio*
Passado Inacusativo

a. *Ser + Morrer* : Século XIV

1. quando as elle ouvvyu e soube como *era morto* seu sobrinho e todollos que con elle forõ mortos e desbaratados, nũa no mundo ouve pesar que se lhe a este acostasse. (*Crónica Geral de Espanha de 1344*)

2. e per este arco entendeo o emperador que *era morto* e assy era (*Crónica Geral de Espanha de 1344*)

3. E, despois que os Suevos vyron que *era morto*, ãvyaron a el rey Teuderigo os seus sacerdotes com grande humyldade e pedyronlhe por mercee que lhes perdoasse. (*Crónica Geral de Espanha de 1344*)

4. E, quando os Godos vyron como *era morto* el rey Allarigo e que seu filho Amallarico era de tam pequena hydade que nõ podya reger, forom em grande coyta (*Crónica Geral de Espanha de 1344*)

5. E, ante que allo chegasse, veeronlhe novas como *era morto* el rey Teudero e que o matarõ seus vasallos (*Crónica Geral de Espanha de 1344*)

6. E, quando souberom de como Almicar *era morto*, jûtou este Asdrubal gram poder (*Crónica Geral de Espanha de 1344*)

7. quando as elle ouvvyu e soube como *era morto* seu sobrinho e todollos que con elle forõ mortos (*Crónica Geral de Espanha de 1344*)

8. sabede que, quando souberon que el rei dom Rodrigo *era morto* e que os mouros se regyam (*Crónica Geral de Espanha de 1344*)

9. que era rey muy esforçado e muy forte e muy ben aventurado em batalhas e os avya muito apremados e quebrantados con lides e correduras, que *era morto* e que reynava em seu logar el rei dõ Ramiro (*Crónica Geral de Espanha de 1344*)

10. E os de Tolledo, quando souberõ que Abdenaamer *era morto* (*Crónica Geral de Espanha de 1344*)

11. acharom por novas certas que tres dyas avya ja que *era morto* o conde Sam Diaz. (*Crónica Geral de Espanha de 1344*)

²⁴ Todos os dados que constam neste Anexo não foram considerados nem analisados pelas razões que são mencionadas na Introdução a este trabalho e na secção 5.5. Servem apenas para exemplificar a recolha de dados que precedeu este trabalho.

12. Mas, quando a achou frya e lhe catou o rosto e vio como *era morto* começou a dar vozes e fazer muy grande doo (*Crónica Geral de Espanha de 1344*)
13. E, quãdo soube que seu padre *era morto* (*Crónica Geral de Espanha de 1344*)
14. bispo dom Frumyo tornousse logo a seu bispado, como soube que el rey *era morto*. (*Crónica Geral de Espanha de 1344*)
15. E elles disseronlhe que *era morto* e que avya oyto dias que era soterrado (*Crónica Geral de Espanha de 1344*)
16. Depois que o conde chegou aa hermyda e soube ã como *era morto* o mōge Sã Palayo (*Crónica Geral de Espanha de 1344*)
17. E, desde eu soube ã como *era morto* (*Crónica Geral de Espanha de 1344*)
18. E ao conde chegou recado ã como *era morto* dom Gustiuz Gonçallvez (*Crónica Geral de Espanha de 1344*)
19. Em outro dya, quando os da terra souberõ como seu senhor *era morto* (*Crónica Geral de Espanha de 1344*)
20. E pesoulhes muyto de coraçõ, ca entenderom que *era morto* (*Crónica Geral de Espanha de 1344*)
21. Mas Mahomat fez entõ que todollos mouros creessem que Yssem *era morto*. (*Crónica Geral de Espanha de 1344*)
22. o que dissemos ante desto que fezera creer ao poboo que *era morto* (*Crónica Geral de Espanha de 1344*)
23. em este anno aquelle Tacim, logo que soube em como seu irmão *era morto* (*Crónica Geral de Espanha de 1344*)
24. Quando os de Cordova ouviron dizer como seu senhor *era morto*, (*Crónica Geral de Espanha de 1344*)
25. o qual era adyantado de Cepta, como *era morto* seu irmão e o reyno desemparado (*Crónica Geral de Espanha de 1344*)
26. E os Leoneses, quando o ão viron, entenderon que ou *era morto* ou preso (*Crónica geral de Espanha de 1344*)
27. que avya feita algũa maa cousa e cuydou logo o que era, como *era morto* el rei. (*Crónica Geral de Espanha de 1344*)
28. ão se quiserom arrevatar pero seu senhor *era morto* (*Crónica Geral de Espanha de 1344*)
29. el rei dom Afomso, a Tolledo, em que lhe fazia saber como *era morto* rey dom Sancho (*Crónica Geral de Espanha de 1344*)
30. em aquelle camynho que viinha cõ recado a el rei de Tolledo ã como *era morto* el rei dõ Sancho (*Crónica Geral de Espanha de 1344*)
31. como elle sabya que seu irmão el rei dõ Sancho *era morto*, (*Crónica Geral de Espanha de 1344*)

32. Mas, logo que soube que *era morto* o papa Urbano e posto em seu logar Pascalis (*Crónica Geral de Espanha de 1344*)
33. a sella cairõ pellas ancas do cavallo, de tal guisa que penssarom que *era morto* (*Crónica Geral de Espanha de 1344*)
34. E todos cuydarõ que *era morto*. (*Crónica Geral de Espanha de 1344*)
35. Como os mouros de Valença souberom como *era morto* o Çide (*Crónica Geral de Espanha de 1344*)
36. que escprevera Gil Diaz, que dizia commo *era morto* o Çide(*Crónica Geral de Espanha de 1344*)
37. e a todos seus parêtes e amigos en que lhe faziã saber commo *era morto* o Çide (*Crónica Geral de Espanha de 1344*)
38. El rey dõ Afonso estava en Tolledo quando lhe trouxerõ as novas como *era morto* o Çide (*Crónica Geral de Espanha de 1344*)
39. Quando el rey d'Aragõ soube commo *era morto* seu sogro (*Crónica Geral de Espanha de 1344*)
40. atrevêdose enno fazimento que avia com ella, coidãdoa d'aver por molher pois que *era morto* o cõde don Gomez, (*Crónica Geral de Espanha de 1344*)
41. e era irmãão meor de dõ Egas Muniz que a esta sazom *ja era morto*, (*Crónica Geral de Espanha de 1344*)
42. chegoulhe recado como *era morto* seu padre. (*Crónica Geral de Espanha de 1344*)
43. ca fosse certo que el rey de Castella *era morto* e que tiinha tempo pera seer emperador (*Crónica Geral de Espanha de 1344*)
44. e afirmaron como el rey de Castella *era morto* (*Crónica Geral de Espanha de 1344*)
45. que el rey dom Anrrique era vivo e sãão e que non creesse que *era morto*. (*Crónica Geral de Espanha de 1344*)
46. pois el rey dom Anrrique *era morto* (*Crónica Geral de Espanha de 1344*)
47. chegaronlhe novas como *era morto* seu padre el rey dom Afonso de Leon. (*Crónica Geral de Espanha de 1344*)
48. E depois que todollos da hoste souberom como el rey *era morto*, (*Crónica Geral de Espanha de 1344*)
49. e como hya seu feito de bem em melhor e souberõ como Abetihen *era morto* (*Crónica Geral de Espanha de 1344*)
50. Como veo recado a el rey que *era morto* dom Diego Lopez d'Alfaro (*Crónica Geral de Espanha de 1344*)

b. *Ser + Morrer*. Século XV

51. Ante do começo deste euãgelho escreue sam Matheus no mesmo capitulo que começou Jhesu de mostrar a seus discipollos que lhes era forçado yr a jherusalê soffrer muytas cousas dos velhos & leterados & príncipes dos sacerdotes. & *seer morto* & ao terçeyro dia resuscitado (*Evangelhos e epístolas com suas exposições em romance*, Gonçalves de Santa Maria)

52. Apedrejando a Paulo tiraronno fora da cidade creendo elle *seer morto* (*Evangelhos e epístolas com suas exposições em romance*, Gonçalves de Santa Maria)

53. Esto perteeçe aos artigos da ffe Jhesu *seer morto* verdadeiramēte & resurgido assy deos padre que resuçitou a Jhesu xpisto (*Evangelhos e epístolas com suas exposições em romance*, Gonçalves de Santa Maria)

54. E, quando Dalides viu que ûu dos seus cavaleiros jazia mal ferido, houve tam gram pesar que bem queria *seer morto*, em tal que se vingasse. (*A demanda do Santo Graal*, cópia do século XV)

55. E por esto querria *seer morto* mais que vivo (*A demanda do Santo Graal*, cópia do século XV)

56. E levara-me a a donzela, se vos ambos nom achárades, e mais quisera *seer morto* ca me levar alá”. (*A demanda do Santo Graal*)

57. E havia ende tam gram pesar que bem querria *seer morto* ali logo (*A demanda do Santo Graal*)

58. E Galvom, que bem cuidou a *seer morto*, leixou-se cair em terra (*A demanda do Santo Graal*)

59. E bem nos aveo, que pouco lhe faleceu de *seer morto* que per vós que per mim (*A demanda do Santo Graal*)

60. Nom, disse el, se Deus me ajude, ante queria *seer morto*. (*A demanda do Santo Graal*)

61. Assi o disse Erec e achou-se tam mal pois que bem quisera *seer morto* (*A demanda do Santo Graal*)

62. Entom se ergeu com tamanho pesar que bem quisera *seer morto* e disse a sa irmãã (*A demanda do Santo Graal*)

63. houve tam gram pesar e tam gram vergonça que ante quisera *seer morto* ca vivo (*A demanda do Santo Graal*)

64. Quando Taulat vio seus coirmãos mortos houve tam gram pesar que bem quisera *seer morto* (*A demanda do Santo Graal*)

65. Assi Deus m’ajude, disse Persival, ante eu i queria *seer morto*. (*A demanda do Santo Graal*)

66.

67. E quando el ouvio aquelas novas houve tam gram pesar que bem quisera *seer morto* aquela hora. (*A demanda do Santo Graal*)

68. E assi Deus m'ajude eu ante queria *seer morto* ca vos nom mostrar em esta batalha se som cavaleiro se nom (*A demanda do Santo Graal*)

69. Entom feriu ende ûû da espada travessa de tam gram ferida que o fez caer em terra atam estrogido que bem cuidou a *seer morto*. (*A demanda do Santo Graal*)

70. E rei Mars, que verdadeiramente coidou *seer morto*, ficou os geolhos ante el e juntou as mãos (*A demanda do Santo Graal*)

71. E outrossi ar disse Meraugis que havia mui gram pavor d'aquela hora *seer morto*. (*A demanda do Santo Graal*)

72. e sacarom-no fora e deram com el tam grande caeda em terra que cuidou *seer morto* (*A demanda do Santo Graal*)

73. E houve entom gram pesar, que bem quisera *seer morto* (*A demanda do Santo Graal*)

74. Entom tornou chorando muito e foi-se pelas ruas do castelo com tam gram pesar que bem quisera *seer morto* (*A demanda do Santo Graal*)

75. Eu cobiiço *seer morto* e *seer cõ* Jhesu Christo, que he uerdadeyro e muy alto bem (*Orto do Esposo*)

76. ca aqueles que começaram o arroido *eram mortos* (*Vida e Feitos de Júlio César*)

77. E em esto meeo chegarom novas a Santarem de como o meestre matara o conde Joam Fernandez e que tambem *eram mortos* o bispo de Lisboa e o priol de Guimaaraaes, que era por a parte da rainha. (*Crónica do Condestável Nuno Alvares*)

78. O corpo do cavaleiro nos faz entender o poboo que vivera sob aquela dureza gram tempo dos corações, assi que eles *eram mortos* e confundidos por muitos pecados mortaes que haviam sobre a si achegados e acrecentavam sobre si de dia em dia. (*A Demanda do Santo Graal*)

79. Como rei Artur soube quantos *eram mortos* na demanda (*A demanda do Santo Graal*)

80. Quando el-rei ouviu que tantos *eram mortos* abaixou a cabeça com gram pesar (*A demanda do Santo Graal*)

81. e em a Pequena Bretanha e em Cornualha que todos cavaleiros da Mesa Redonda *eram mortos* na demanda do Santo Graal. (*A demanda do Santo Graal*)

82. E contou a rei Mars como os outros *eram mortos* e como el escapara. (*A demanda do Santo Graal*)

83. E Galaaz, quando viu que os de Cornualha e os de Sansonha *eram mortos* e desbaratados (*A demanda do Santo Graal*)

84. cercou rei Artur em Camalot porque ouviu dizer que todos cavaleiros da Mesa Redonda *eram mortos* (*A demanda do Santo Graal*)

85. Mas quando Gaeriet viu que eram seus irmãos em terra, foi muĩ sanhudo ca bem cuidou que *eram mortos* (*A demanda do Santo Graal*)

86. E esto podiam eles ligeiramente fazer, ca todos os homens bõos *eram mortos* na batalha (*A demanda do Santo Graal*)

87. E tantos *eram mortos* que ja nhum ousava provar a ventura (*Crónica Troiana*)

88. pezoulhe muito porque bem lhe parecia que morreria alli Jasom como outros muitos cavaleiros *eram mortos* (*Crónica Troiana*)

c. Ser + Morrer. Século XVI

89. E quando lhe deram a nova de como el-rey *era morto* disse (*Vida e feitos d'el-rey D. João Segundo*, Garcia de Resende)

90. E o cardeal de Portugal Dom Jorge da Costa, querendo grande mal a el-rey Dom Joam, e muyto grande bem a el-rey Dom Afonso, cuja feytura era quando lhe disseram como *era morto* el-rey Dom Joam (*Vida e feitos d'el-rey D. João Segundo*, Garcia de Resende)

91. e grande acatamento d' el-rey de Portugal sabendo como o Dom Joam da Silva *era morto* e christão disse que morrera bem aventurado pois morrera christão (*Vida e feitos d'el-rey D. João Segundo*, Garcia de Resende)

92. has tiveram por nam verdadeiras, e cuidaram que eram falsas e que el-rey *era morto* (*Vida e feitos d'el-rey D. João Segundo*, Garcia de Resende)

93. o pobre mancebo ja nam tinha que comer na corte, nem vestido com que parecer quando lhe trouxeram nouas que seu pay *era morto*, & o officio tomado a suas yrmaãs (*Contos e historias de proveito e exemplo*, Gonçalo Fernandes Trancoso)

94. E tanto que vindo nouas, que *era morto* o Mestre sala la donde fora (*Contos e historias de proveito e exemplo*, Gonçalo Fernandes Trancoso)

95. deixou-se ficar um pouco atras com Filena, que lhe contou todas as cousas de que ele era inocente, e como pelo salvar lançara na corte que *era morto* (*Crónica do Imperador Clarimundo*, João de Barros)

96. Santa Barbora Virgem, cuidei que *era morto*! (*Estrangeiros*, Sá de Miranda)

97. por lhe vir recado que este Rei, que entam regnaua, *era morto* em batalha, por el rei Eduarte (*Crónica de D. João II*, Rui de Pina)

98. vendo-se poderoso em ciencia e obras maravilhosas, e que *era morto* o Farão de quem se temia (*Rópica pñefma*, João de Barros)

99. e como teve novas, que o Accedecan *era morto*, determinou de se passar pera Cananor (*Década 5*, Diogo do Couto)

100. e tanto que Narsenaque soube que *era morto*, e que ho mamdara matar (*Crónica dos Reis de Bisnaga*)

101. resgatar sua molher, que em poder d elrey estava, pois seu filho *era morto* (*Crónica dos Reis de Bisnaga*)

102. não escapavão por o ryo ser de muyta augoa, e os d elrey que estavam de cima que asy como o homem parecia *era morto*, (*Crónica dos Reis de Bisnaga*)

103. chegarão nouas pela armada do Reino de que Veo por capitão mor João Gomez da silua que depois foi Vedor da fazenda do Reino que *era morto* fernão Martinz freire que estaua po r capitão em mosambique (*Década 8*, Diogo do Couto)

104. por lhe vir recado que este Rei, que entam regnaua, *era morto* em batalha, por elrei Eduarte (*Crónica de D.João II*, Damião de Góis)

d. *Ser + Entrar* : Século XIV

105. E desta guisa *foy entrado* o curral.(*Crónica Geral de Espanha*)

106. et aportarõ ãno porto que soýam chamar Ssyra Poys que o verão *foy entrado* (*Crónica Troiana*)

107. Et deploys que Pares *foy entrado*, fez suas orações et seus sacrificios, a costume dos troyaos (*Crónica Troiana*)

108. Et sabede que, desque naçeu, que nũa *foy entrado* en tã grã traballo, nẽ en batalla tã fera (*Crónica Troiana*)

109. novas de como hũu alto homen de França, que avia nome Boyssso, *era entrado* em sua terra cõ grande hoste e que lha andava destroindo (*Crónica Geral de Espanha*)

110. conde dom Fernã Gonçallvez a dizerlhe ã como Abdenaamer, rey de Cordova, *era entrado* em sua terra cõ muy grande poder de mouros (*Crónica Geral de Espanha*)

111. que el rey dõ Fernando de Portugal, neto de dõ Johã Manuel, *era entrado* ã Galiza e tomara Corunha (*Crónica Geral de Espanha*)

e. *Ser + Entrar* : Século XV

112. E, estando el-rey em Coymbra, e o condestabre com elle, conçertando el-rey sua hyda pera entrar em Castella, lhe veeo recado de como o meestre de Santiago de Castella *era entrado* em Portugal per Antre Tejo e Udyana, (*Estoria de D.Nuno Alvares Pereira*)

113. E tamto andou fazendo ata que el-rey Ismar, quando soube que ele *era entrado* em sua terra e que tanta guerra e mal lhe fazia (Crónica de Portugal)

114. E ele foi sempre ante a bandeira e aderencou pera aquele cabeça onde aqueles senhores e gente estavam e per força e com trabalho per prazer de Deos o entrou e, ante que *fosse entrado*, (Crónica do Condestável Nuno Alvares)

115. E, ante que *fosse entrado*, os castellaãos decerom a elle muy rriigo e foy antre elles (Crónica do Condestável Nuno Alvares)

116. e alonga-os dos diaboos e he muro muy forte da alma que não pode *seer entrado*. (Virgeu de consolaçom)

117. Quando o bõo servo fiel *for entrado* no prazer e alegria do seu Senhor, sera sen nêhûu embargo de graça e cõ toda avondança de Deos, e todo seu alvidro sera en pensamento de Deos. (Virgeu de consolaçom)

f. Ser+ Entrar : Século XVI

118. E entendendo os Padres que *era entrado* o pregador, se forão a riba ao mosteiro, o qual estava cheio de homens e mulheres, (História do Japam)

119. Ihe deram nova como o mestre de Santiago de Castella com duas mil lanças *era entrado* e estava pousado na Ribeyra do Digebe (Vida e Feitos de D. João II, Garcia de Resende)

120. Ali naquela ribeira se deixou o Imperador ficar o inverno, que já *era entrado*, (Década 5, Diogo do Couto)

121. Que se *era entrado* naquelas Ilhas com tempo fortuito, que se fôssem logo pera aquela fortaleza, (Década 5, Diogo do Couto)

122. por lhe parecer que no inuerno, que ja *era entrado* nam teria delles neçessidade (Crónica do Príncipe D. João II, Damião de Góis)

123. Aquy diremos huû pouco poys *somos entrado* no proposito da noua princesa veuua depois diremos das moças casadas. (O espelho de Cristina)

124. Tanto que forão acabadas as festas se foy pera a cidade nova, estando elrey na cidade nova, diserão lhe em como *hera entrado* hûu embaixador do ydallcão, (Crónica dos Reis de Bisnaga)

125. Soa-se nisto por Malaca que *é entrado* o padre Francisco, levam as novas ao enfermo e logo o Senhor deu mostras que por ele lhe trazia a saúde da alma, (História da vida do Padre S. Francisco Xavier)

126. Moço Tudo vos hei de dizer nam m'há de ficar nada cá disse com'eu *fui entrado* ind'esse doudo prefia olhai aquela fantasia de clérigo escomungado. Clérigo No creio qu'eso dería. (Gil Vicente)

g. *Ser + Sair* : Sèculo XIV

127. E, depois que esto ouve feito enna Gasconha, ã hyndosse della, chegoulhe mandado ã como de terra de mouros *era sayda* grãde hoste e que viinha contra elle. (*Crónica Geral de Espanha*)

128. . que pero antre nos nom ouuese outro senhor saluo a nossa senhoria tanto que soubestes que o boo Rey meu padre cuja alma deus aia *era saido* deste mundo sem auer nosso (Chancelarias Portuguesas)

129. E, estando elle ã Çamora ajuntando sua hoste pera lhes correr a terra, veolhe recado como seu irmão dom Afonso *era saido* da horden (*Crónica Geral de Espanha*)

h. *Ser + Sair* : Século XV

130. Et de cõmo avia Adam moy grande dolor por la morte de Abel, et outrosy por Caym que fezera aquesta nemyga, et *era seydo* et ydo fora da terra. (*General Estoria*)

131. . Mas como da morte nẽhũa pessoa seia jsenta. & o dito Rei *seia saido* da miseria deste mundo. (*Crónica de D. Pedro*, Fernão Lopes)

132. que pero antre nos nom ouuese outro senhor saluo a nossa senhoria tanto que soubestes que o boo Rey meu padre cuja alma deus aia *era saido* deste mundo (Chancelarias Portuguesas)

133. E el Rei ueosse emtom a seuilha por mandar fazer galees & emcaminhar de fazer armada no anno seguimte tanto que as tregoas *fossem saidas* Em este comeos duramdo a tregoa. (*Crónica de D. Pedro*, Fernão Lopes)

i. *Ser + Sair* : Século XVI

134. E, para maior dissimulação, mandou o Marques ao seu secretario, logo diante da Marquesa, que fosse a cidade, a despachar certos negocios importantes. Pois, como o Marques *fosse saido* a caça (Gonçalo Fernandes Trancoso)

135. Porque hum mez depois de *ser sahido* do Miaco (História do Japam)

136. o luis fernandez *foise saindo* para fora muj perseguido das fustas do Camorym, (Diogo do Couto)

j. *Ser + Chegar* : Século XIV

137. e ã tal guisa que o conde de Tollosa cayu ã terra, como aquelle que *era chegado* aa morte (*Crónica Geral de Espanha*)

138. Mas, des que começarõ a lidar, nõ o pode soffrer o cavallo, ca *era chegado* aa morte do grande golpe que dera no ferrolho, e leixousse cayr com elle. (*Crónica Geral de Espanha*)

139. E Abemafomad, rey de Nebla, *foy chegado* a tal aficamento de non teer vianda pera sy nem pera os que con el estavã. (*Crónica Geral de Espanha*)

140. despois que mandou Abemaffa pera Juballa, como ja ouvystes, fezlhe dar grandes tormentos de guisa que *foi chegado* a pont o de morte. (*Crónica Geral de Espanha*)

141. Tanto que a noyte *foy chegada*, moveo Mugit con toda sua companhia e tan escusamẽte que nõca poren os da vila souberon parte..(*Crónica Geral de Espanha*)

142. Pero se eu a tenpo *fosse chegado* que tomasse vingança de todo este mal que ey rreçebido de gregos, estonçe seria ledo; (*Crónica Troiana*)

143. Et esto he grã marauilla, que caualeyro tã ardido *fosse chegado* por aficamento d'amor a tã grã couardiçe. (*Crónica Troiana*)

144. Da morte d'Achilis Poys que a ora *fuj chegada* en que Achilles auja a yr ao tenplo, el vío que a noyte era moyto escura et que se quiría ia leuantar a lûa (*Crónica Troiana*)

145. Et se se ela a m'j tãto nõ chegara, nõ uoluera a rroda cõmo uolueu, nõ me uẽera tãto mal cõmo me uẽo, nõ *fora chegada* a morte que nõca meresçí. (*Crónica Troiana*)

146. e esia na medida da perfeysom do coprimento de Jhesu christo e agora otenpo da minha morte *he chegado* e odessego que eu auja de seer coJhesu christo (*Barlaam e Josephat*)

k. *Ser + Chegar* : Século XV

147. o dia *he chegado* (*Evangelhos e epístolas com suas exposições em romance*)

148. assy como faz o verdadeyro desprezador dos bẽes do mûdo, mas senpre *he chegado* aa terra e alongado do regno de Deus. (*Orto do Esposo*)

149. E, segundo conta o philosopho que chamã Fissiolago, depois que esta aue ha quinhentos ãnos, sabe que o tenpo da sua morte *he chegado*. (*Orto do Esposo*)

150.

151. E peendença que faça nõ lhe prestara pera salvaçõ, mais pera perdiçõ, porque aquel que *he chegado* a Deos (*Virgeu de comsolaçon*)

152. E ele, porem, cuidava que *era chegado* a morte (*Crónica do Condestável Nuno Álvares*)

153. E elle porem cuydava que *era chegado* aa morte pollos muytos golpes que en sy sintia, (*História de D. Nuno Álvares*)

154. E pois que a naturall condiçom nos obriga de fazer bem ao que nom conhecemos, mais aficadamente somos theudos pera desto usar com aquelles a que per natureza e per uontade *somos chegados*. (*Livro da virtuosa feitoria*)

155. Mais nom se fizeram mal, ca muito *eram chegados*. (*Vida e feitos de Júlio César*)

156. que os moradores da vila eram devisos, porque os grandes todos *eram chegados* e criados da rainha, porque a vila era sua e queriam dala a rainha e a el rei de Castela, e os miudos eram por parte do meestre. (*Crónica do Condestável Nuno Álvares*)

I. *Ser + Chegar* : Século XVI

157. hû em que fosse o estribeiro, cõ este aparato chegou & o estribeiro a caualllo, forão am ambos ao pé da varanda, dõde ja el Rey *era chegado*. (Gonçalo Fernandes Trancoso)

158. E, segundo estava apaixonado, cuidaram alguns que queria ir espancar o Governador, que a este tempo estava armando alguns cavaleiros, a quem logo foi dito como o Marichal *era chegado* e que se ia pera a cidade muito menencorio, porque não esperara por ele. (Fernão Lopes de Castanheda)

159. E partidos dali, chegando a ela, já o acháram, porque *era chegado* do dia d'antes. (Diogo do Couto)

160. E tornando a Diogo de Reinoso, deixou-se andar por ali até se enfadar, que se passou a Maçuá, onde já havia dous dias que *era chegado* Manuel da Cunha, que com os mais Portugueses estava agazalhado em uma aldêa de Christãos (Diogo do Couto)

161. Aqui hum feiticeiro renovando os odios antigos, começou de ajuntar & amotinar a gente, bradando a grãdes vozes & dizendo que *era chegado* o tempo de vingar as offensas de seus deoses, (Padre Amador Rebello)

162. Chegados a Firando, forão alli bem recebidos assim do tono, senhor da terra, como da mais gente, por cauza do navio de portuguezes, que havia dous mezes *era chegado* naquelle porto (*História do Japão*)

163. Todas as vezes que vinha de fora ao Miaco mandava hum fidalgo diante fazer-nos a saber como *era chegado* (*História do Japão*)

- (ii) Apresentação dos dados não considerados: *Ser* + Participípio Presente

m. *Ser* + *Ausente* : Século XIV

164. E depois hûu anno e mais o dito bispo dom theobaldo era e *ffoi absente* continuadamente fora dos ditos Regnos de Portugal (*Chartularium Universitatis Portugalensis*)

n. *Ser* + *Ausente*: Século XV

165. quãtas vezes errar & for acusado. & *seendo o abade absente*. (*Constituições do Bispado do Porto*, Dom Diogo de Sousa)

166. nom que a luz *absente seja* a el, mas porque el *he absente* dela (*Livro de Vita Christi*)

167. presente por mî & en nome da dita Ynes Gonçalues, mjiña moller, que *he absente* (*História do galego-português*.)

168. & Afonso Gonçalues do Pousadoyro, morador enna dita fижllesia, que *he absente* (*História do galego-português*)

o. *Ser* + *Ausente*: Século XVI

169. E quando o chanceller moor *fosse absente*, (*Leis extravagantes*, Duarte Nunes Leão)

170. Mas ja meus males estão leues em meu coraçam por que sey queu *sendo absente* (*Cancioneiro*, Garcia de Resende)

171. em vossa pessoa a defensam, gouerno, e regimento destes Regnos em quanto eu *for absente* delles (*Crónica de D. João II*, Rui de Pina)

172. Redondela, que soodes presente, et a vosa moller Marja Gonçalues Barreyra, que *he absente* (*História do galego-português*)

173. seja perante o ouvidor geral estando prezente e, *sendo absente* (*Pai dos Cristãos*)

174. e cavalleyros de sua casa, delles que na corte estavam e outros que *eram ausentes* (*Vida e feitos d'el-rey D. João Segundo*, Garcia de Resende)

- (iii) Apresentação dos dados não considerados: verbo *ser* em estruturas predicativas

p. Século XIV

175. assy aos eclessiasticos como aos leigos, que todos *eram delle muy contentes* (*Crónica Geral de Espanha*)
176. Mas agora *eram ledos e contentes* ã si meesmos (*Crónica Geral de Espanha*)
177. Cõ ysto *forõ contentes* os de hũa cidade e da outra. (*Crónica Geral de Espanha*)
178. Et senpre ja *serey triste* porla bõa gente de Troya (*Crónica Troiana*)
179. en este pleito semella que uos ueio moyto alegre, cõmoquer que outro alg'ũ *seia triste* (*Crónica Troiana*)
180. Et de mĩ uos digo que ja senpre *serey triste* (*Crónica Troiana*)

q. Século XV

181. Carta de Dejamira pera Hercules Hercules Alcides alegrome e prazme de ouvir que crecem teus louvores e fama dos teus grandes e gloriosos feitos mas *sou triste* e muito pesante por ouvir a maa conta que do teu real sangue deste. (*Crónica Troiana*)
182. E alem desto me mandou dizer outras cousas, as quaes eu, não ousando de dizer a outrem, *sou serito* que a vos descobri, asy que não seria maravilha se de tal ero como este foses castigado bẽe. (*Crónica de Portugal*)
183. bem que *sou livre* de mau companheiro que havia, que longamente foi comigo (*Demanda do Santo Graal*)
184. nosso desejo al queira ca do que a el praz, somos ou desejamos sempre *seer contentes* (*Leal Conselheiro*)
185. perssoas que amamos, pois homẽes e molheres som, perfeiçom nom busquemos, mas *sejamos contentes* do razoado com lealdade e boa voontade. (*Leal Conselheiro*)
186. Da lynhagem que descendemos e desposiçom natural de nossos corpos devemos *seer contentes* (*Leal Conselheiro*)
187. por a rrazom suso scripta sempre devemos *seer contentes*, (*Leal Conselheiro*)
188. convem remar sempre contra vento e maree, e que nom levemos remo, querendo *seer contentes* do bem (*Leal Conselheiro*)

r. Século XVI

189. *sam contente* de lhe dar a licença, (*Vida e feitos d'el-rey Dom João Segundo*, Garcia de Resende)

190. Que nam *era contente* de fazer honrra e merce aos valentes homens (*Vida e feitos d'el-rey Dom João Segundo*, Garcia de Resende)

191. E avendo muyto poucos dias que el-rey *era doente*, foram as febres tam rijas (*Vida e feitos d'el-rey Dom João Segundo*, Garcia de Resende)

192. nom embargãdo seu estado E ella a fara *seer contente* de taes vyandas (*O espelho de Cristina*)

193. nom *seer contente* de trazer vestydura de tal mester(*O espelho de Cristina*)

194. fazendolhe promesas que todavya fique mas a boa senhora se escusara sagesmête dizendo que *he doente* & que como for saam podera seer que tornara. (*O espelho de Cristina*)

195. Senhoras meu corac'am querey por Deos confortar que por querer *he doente* de payxam (*Cancioneiro*, Garcia de Resende)

(iv) Apresentação de dados não considerados: verbo *estar* em estruturas predicativas

s. Século XIV

196. E os cristãos, que *estavã muy tristes* e muy desacordados (*Crónica Geral de Espanha*)

197. E, *estando assi triste* por que o Cide o doestara (*Crónica Geral de Espanha*)

198. ca moyto *est'ã tristes* et desmayados (*Crónica Troiana*)

199. estonçe quen rrijsse, nẽ quen falasse en alegría nẽ en gabãça, mays ante *estauã todos moy tristes* et faziã grã doo. (*Crónica Troiana*)

200. disse barlaao aJosaphate por que cofortou assua alma que *estaua muj triste* (*Barlaam e Josephat*)

t. Século XV

201. Em aquelle tempo era huû presidente cujo filho *estaua doente* em capharnaû. (*Evangelhos e epístolas com suas exposições em romance*, Gonçalo de Santa Maria)

202. E saberas que eu som aquella mulher que *estaua doente* em galilea (*General Estoria*, Vespasiano)

u. Século XVI

203. quanto nam fosse ho duque Dom Diogo como era ordenado, porque ao tal tempo *estava doente*. (*Vida e feitos d'el-rey Dom João Segundo*, Garcia de Resende)

204. e a princesa ao Moesteiro de Nossa Senhora do Espinheiro, e a raynha por *estar doente* ficou na cidade muy guardada. (*Vida e feitos d'el-rey Dom João Segundo*, Garcia de Resende)

205. Neste ãno aqui em Torres Vedras *esteve el-rey muito doente* (*Vida e feitos d'el-rey Dom João Segundo*, Garcia de Resende)

206. Acertando os Padres ambos de *estarem doentes no Sacai* (*História do Japam*)

207. que nunca as visitasse em suas casas, salvo numa extrema necessidade de as confessar *estando doentes* (*História do Japam*)

208. recolheu-se à nau em que *estavam outros pobres doentes* (*História do Japam*)